



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História



LARA KÁSSIA AMORIM FERREIRA

**DOCERE, DELECTARE, MOVERE
FORMAS E USOS DA HISTÓRIA
ANTIGA NO IMPERIAL COLÉGIO DE
PEDRO II**

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

F383 Ferreira, Lara Kássia Amorim
Docere, delectare, movere formas e usos da
história antiga no Imperial Colégio de Pedro II /
Lara Kássia Amorim Ferreira. -- Rio de Janeiro,
2022.
100

Orientador: Rodrigo Turin.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Ensino de História, 2022.

1. História antiga. 2. Ensino de história. I.
Turin, Rodrigo, orient. II. Título.

Lara Kássia Amorim Ferreira

Docere, delectare, movere formas e usos da história antiga no Imperial Colégio de Pedro II

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção de grau de Mestre em História. Área de concentração 7.05.00.00-02 História

Aprovada em: 30/03/2022.

Banca examinadora:

Prof^o. Dr^o. Rodrigo Turin (orientador)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^o Dr^o. Pedro Caldas

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a. Nathália Sanglard

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Lara Kássia Amorim Ferreira

**Docere, delectare, movere, formas e usos da história antiga no Imperial Colégio de
Pedro II**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro como requisito para
obtenção de grau de Mestre em história

Orientador: Prof^o. Dr^o. Rodrigo Turin

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, o Prof^o. Dr^o. Rodrigo Turin, o qual sempre tem fornecido ótimas orientações para a criação e o desenvolvimento da presente tese, a todos os professores do PPGH da Unirio, pelas úteis dicas de leitura e desenvolvimento do presente trabalho, por incentivarem a escrita da história. Agradeço também a Priscila Luvizotto da secretaria do PPGH, sempre muito atenciosa, e aos professores que participaram da minha banca de qualificação: a Prof.^a Dr.^a Rebeca Gontijo (UFRRJ) e o Prof^o. Dr^o. Eduardo Cardoso (PUC – RJ), pelos conselhos e diretrizes que indicaram e fizeram engrandecer o presente trabalho. A todos o meu muito obrigada.

Ferreira, Lara Kássia Amorim. **Docere, delectare, movere, formas e usos da história antiga no Imperial Colégio de Pedro II**. 2022. 100 f. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

Este trabalho visa compreender como as formas e usos da Antiguidade Clássica foram utilizadas no Imperial Colégio de Pedro II no período oitocentista através da análise dos planos curriculares de 1851, 1858 e 1862 percebendo as mudanças na utilização do clássico neste corte cronológico e ainda farei a análise do uso da antiguidade no compêndio de Justiniano José da Rocha, percebendo como as disciplinas de cunho clássico integraram os estudos do colégio e a função que tinham no ensino, seja como fonte ou como modelo. Desejo perceber as mudanças no uso da Antiguidade e sua utilização pela elite carioca, a qual procurou através da educação humanista e clássica obter uma legitimação para a sua política de um Império centralizado na província do Rio de Janeiro e o modo como a história nacional deveria estar inserida na história universal, reivindicando um passado greco-romano para assegurar a marca de civilização para a nova nação que estava sendo construída ideologicamente.

Palavras-chave: Antiguidade clássica. Compêndio de Justiniano José da Rocha. Imperial Colégio de Pedro II.

Ferreira, Lara Kassia Amorim. **Docere, delete, movere, forms and uses of ancient history at the Imperial College of Pedro II.** 2022. 100 p. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ABSTRACT

This work aims to understand how the forms and uses of Classical Antiquity were used in the Imperial College of Pedro II in the 19th century through the analysis of the curricular plans of 1851, 1858 and 1862, realizing the changes in the use of the classic in this chronological cut and I will still analyze of the use of antiquity in Justiniano José da Rocha's compendium, realizing how classical disciplines integrated school studies and the role they had in teaching, either as a source or as a model. I want to understand the changes in the use of Antiquity and its use by the carioca elite, which sought through humanist and classical education to obtain legitimacy for its policy of an Empire centralized in the province of Rio de Janeiro and the way in which national history should be inserted in universal history, claiming a Greco-Roman past to ensure the mark of civilization for the new nation that was being constructed ideologically.

Keywords: Classical antiquity. Compendium of Justiniano José da Rocha. Imperial College of Pedro II.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Plano curricular do ano de 1851.....	p 72
Tabela 2 – Plano curricular do ano de 1858.....	p 75
Tabela 3 – Plano curricular do ano de 1862.....	p 78

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1 A construção de um projeto nacional	9
1.1 Construindo a nação.....	9
1.2 Sobre o conceito de nação.....	13
1.3 A questão da identidade nacional.....	21
1.4 A fundação do Colégio Pedro II.....	24
1.5 A escrita da história nacional.....	26
1.6 “E por isso escrevemos”.....	32
Capítulo 2 A experiência do tempo no mundo luso-brasileiro, a busca por uma afirmação de civilização e sua inserção na história universal	42
2.1 Sobre a história nacional.....	42
2.2 Sobre o conceito de civilização.....	52
2.3 A Antiguidade Clássica na escrita da história.....	61
2.4 A ressignificação do Clássico.....	62
Capítulo 3 A presença dos antigos no Colégio Pedro II	71
3.1 As adaptações dos planos curriculares do Colégio.....	71
3.2 Análise do compêndio da História Universal de Justiniano José da Rocha.....	80
Conclusão	98
Referências	100

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa compreender as formas e usos da Antiguidade Clássica no Imperial Colégio de Pedro II durante o século XIX, observando como estes usos estiveram ligados à criação e legitimação do conceito de Nação brasileira. Para tanto, começarei discutindo como o termo Nação era compreendido no período oitocentista e as alterações que foi sofrendo. Dentre as mudanças sofridas cabe destacar a sua passagem de designação do grupo de cidadãos – a boa gente – para um termo que deveria englobar a razão histórica que permeava toda a história do Brasil e deveria dar sentido ao seu progresso.

Viso perceber como este processo foi alterado pela mudança na percepção temporal, de um tempo cíclico luso-americano, para um tempo linear e associado ao progresso; percebendo como a questão das desigualdades do corpo social brasileiro – a exclusão de negros e índios do corpo social – serviu como catalisador no processo de unificação do Império brasileiro, firmado pela Coroa e “filho das luzes”. Ainda ressalto o modo como a elite colocou-se a cargo da escrita da história nacional e fundou lugares de memória, como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e o Imperial Colégio de Pedro II. Por este meio visando à criação de uma história nacional que legitimasse o Império do Brasil como uma nação branca, cristã e civilizada frente às demais nações.

Neste quadro, a Antiguidade Clássica deveria surgir como a ponte que conectava o Brasil à genealogia das nações, a certa concepção de civilização europeia e, ao mesmo tempo, inserir o Brasil nessa “marcha das nações” encabeçada pela Europa, rumo ao progresso e atrelada às ideias iluministas.

Irei observar como o Colégio Pedro II foi criado com o propósito de servir a estas demandas, com o objetivo de servir de padrão ao ensino secundário brasileiro – feito que não conseguiu alcançar. Porém, ainda assim, a sua importância na formação da nação como entidade legítima é inquestionável, dado a sua peculiaridade de ser a única instituição que fornecia o título de Bacharel em letras e com isso franqueava a entrada dos seus alunos ao ensino superior do Império. Vale ressaltar também a ligação direta entre o Colégio e a Monarquia, o seu ensino destinado a elite – e aos futuros funcionários da burocracia estatal – além da sua pretensão de modelo aos demais colégios secundaristas.

Desejo observar como o conceito de civilização influenciou na escrita da história, seguindo a metodologia de Koselleck sobre a análise dos conceitos e, por esse modo, observar as

modificações sofridas pelo conceito de civilização e as mudanças na concepção de apreensão do tempo.

Deste ponto abro uma pequena discussão para compreender as alterações nas formas de recepção e uso da Antiguidade Clássica na Europa, considerando que tal processo refletiu-se na escrita da história do Brasil.

A escrita da história não se trata de um projeto ingênuo, ela tem uma narrativa, o que é destacado e o que é suplantado fazem parte do processo da narrativa, daí a importância de refletir o porquê da história antiga aparecer no plano de estudos do Colégio Pedro II. Desejo observar como a história antiga foi utilizada no ensino, observar quais foram as disciplinas de cunho clássico que foram lecionadas e a frequência que tais disciplinas tiveram nos estudos. Desejo ainda observar o modo como essa história antiga foi ministrada no ensino, o papel dado aos autores clássicos e as suas obras, como no caso do ensino de retórica, no qual a importância não se restringia ao conteúdo da obra dos antigos, mas ao modo como faziam a argumentação. Os conteúdos relacionados à antiguidade também passavam pelo ensino da língua grega e latina, e da disciplina de retórica, a qual deveria dar as ferramentas para o aluno aprender a redigir um discurso agradável e convincente independente do assunto que o estudante fosse tratar. A retórica foi utilizada até mesmo para defender a religião cristã, fazendo frente ao paganismo, era importante saber utilizar a técnica da retórica mesmo que o assunto tratado fosse de encontro aos temas clássicos – como foi o caso na questão religiosa.

Ainda assim, os conteúdos clássicos também foram valorizados, as vezes como fontes- as quais deveriam ser analisadas pelo historiador; e as vezes como exemplos de virtude e moral.

Por fim, analisarei como este quadro do uso dos antigos se manifestou nos planos de estudo do Colégio Pedro II no período imperial, elenquei para tanto os planos de estudo dos anos 1851, 1858 e 1862. Com isto visou averiguar a atenção dada aos antigos, percebendo que houveram momentos onde foi dada maior atenção aos estudos humanistas e outros momentos em que foi concedida maior atenção aos estudos cientificistas. Este efeito devendo-se as mudanças no plano político entre conservadores e liberais, na procura de legitimar o Brasil como civilizado ou salientar a sua ligação com o progresso.

Também desejo observar como a Antiguidade foi utilizada na parte que contempla a História Antiga do Compêndio de História Universal de Justiniano José da Rocha, de 1860. Verificar qual a importância destinada aos antigos, qual o grau de confiabilidade dado aos seus escritos e a importância que este estudo teria como fornecedor de exemplos para a literatura e para a virtude dos alunos.

Capítulo 1 A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO NACIONAL

1.1 CONSTRUINDO A NAÇÃO

“γνωθισεαυτόν”¹

Neste capítulo pretendo fazer reflexões sobre as diretrizes ideológicas que serviram de base às ideias da elite imperial brasileira no período oitocentista, compreendendo como os conceitos de nação e de identidade chegaram ao Brasil sendo aqui reformulados para se adequarem à sociedade brasileira. Almejo compreender o porquê da necessidade da elaboração da escrita de uma história nacional pela elite imperial, observando como esta se serviu da Antiguidade Clássica para fazer uma conexão entre o Brasil e o Velho Mundo.

Através da análise do processo de construção da legitimidade nacional, no campo específico da escrita da história, fica evidente a estruturação de um campo referencial em que a Antiguidade foi utilizada como ferramenta legitimadora da nação. A Antiguidade foi utilizada como fonte para legitimar um passado digno da nação que se almejava criar e da unidade simbólica que estava sendo gestada.

Este estudo assera sobre o uso da Antiguidade como um dos fenômenos que deram base à formação da estrutura simbólica da nação que estava sendo desenvolvida no século XIX. Além disso, também se torna possível a percepção da identidade coletiva que a elite imperial almejava criar. Porém, vale ter em mente que tal uso foi apenas um dos fenômenos que contribuíram para a formação da nação. Outras esferas, não menos fundamentais nesta construção, não serão aprofundadas aqui devido ao escopo desta obra. Porém a existência dessas outras esferas - como o campo das letras, das artes e da religião, dentre outros – não deve ser negligenciada.

Este projeto de uma escrita da história da nação pautava-se na ambição de criar a unidade do império brasileiro, a salvo das correntes separatistas internas que assolavam várias províncias; e formatar o discurso de uma unidade política e territorial perante as demais nações, os intelectuais ligados a corte brasileira pretendiam inserir o Brasil em uma genealogia das nações, ou seja, legitimando o seu surgimento como fruto de um processo que remontava às

¹ “Conhece-te a ti mesmo”, frase com diferentes interpretações de significado ao longo do tempo, originalmente escrito no templo de Apolo em Delfos, Grécia.

suas origens à Antiguidade Greco-Romana, e que passou por transformações, como os seus “pares”², as nações europeias.

O IHGB pretendia construir uma imagem do Brasil independente e civilizado, para tal adotou a ideia do Brasil como herdeiro da civilização portuguesa, em uma tentativa de “domesticar” o passado, ou seja, escrever uma história que fosse digna e fornecesse os pilares para a construção de uma grande nação.

O IHGB, domesticando o passado, passou a interpretar os acontecimentos relativos à independência do Brasil como uma renovação, mais do que uma revolução, para desta forma manter o Brasil no patamar europeu de um país civilizado e não como algo novo – correndo o risco de ser visto como bárbaro ou selvagem.

Entretanto, a transição para a independência do Brasil não ocorreu com a suavidade e a naturalidade que o IHGB gostaria de demonstrar que tivesse sido. João Pimenta analisa esse período emancipatório brasileiro e revela que a interpretação dos acontecimentos relativos à independência gerou um debate na historiografia e não foi suave como expressa pelos escritos do IHGB, mas antes uma revolução³. Com isso é possível perceber que a ideia exposta pelo IHGB de uma independência mais como uma renovação do que revolução é menos relativa ao fato em si do que ao modo como o IHGB estava domesticando o passado.

Estes grupos de eruditos do IHGB procuravam também inserir o Brasil em uma marcha das civilizações, escrevendo uma história como se o império brasileiro estivesse como que destinado para o progresso, onde a passagem do tempo refletiria em evolução. Entretanto, a “juventude” da nação brasileira não seria um embaraço, pois o IHGB colocava o Brasil como se este tivesse herdado de Portugal um arcabouço do *modus* de uma civilização, sendo que a mudança da dinastia portuguesa para a brasileira teria sido um fluir sem rupturas, mais uma renovação do que uma revolução. A legitimidade da coroa portuguesa teria passado da coroa portuguesa para seus descendentes, só que estes seriam a coroa brasileira.

Para a compreensão do processo do uso da Antiguidade Clássica na construção da identidade nacional, vou delimitar a minha análise ao plano educacional, admitindo o Colégio Pedro II como objeto de estudo, devido ao caráter de padrão para o ensino secundário de todo o Brasil que tal instituição almejava ter. Para melhor trabalhar com o meu objeto, primeiro

² Tal noção, das nações europeias tidas como pares da brasileira, deve ser aqui considerada como parte da retórica das camadas eruditas próximas a corte brasileira e não supor que tal isonomia tenha realmente ocorrido por qualquer das partes. Mais a frente voltarei a essa questão quando tratando sobre as nações tidas como “atrasadas” e o método para recuperarem a distância frente as demais nações “civilizadas”.

³G. PIMENTA, J. P. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 2, n. 3, p. 53-82, 11.

contemplarei a criação do Imperial Colégio Pedro II⁴, observando como sua fundação fez parte de um rol de medidas que buscavam oficializar o Brasil como uma nação. Dentre tais medidas, vale destacar a criação de outras instituições que deveriam desenvolver a história nacional como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e a Biblioteca Nacional. Irei fazer uma pequena discussão sobre o contexto político da época da fundação do Colégio Pedro II, verificando como o surgimento desta e de outras instituições no período imperial responderam a uma demanda pela asseveração da existência de um Império brasileiro uno e legítimo. Com isto será possível observar o papel que estas instituições desempenharam, surgindo como lugares de memória, com o intuito de escrever uma história nacional e criar uma memória que desse uma noção de pertencimento aos diversos grupos heterogêneos que compunham o Brasil.

Fundando o collegio de Pedro II com tenção de dar um modelo a quantos collegios o governo ou a indústria particular houvessem de estabelecer, B. P. Vasconcellos creou uma cadeira de historia, e encarregou-nos de occupal-a. O pensamento do ministro manifestava-se pelo desenvolvimento e largueza dado nos Estatutos a esse estudo novo nas nossas aulas, e para o qual era indispensável mandar vir livros, estudar e organizar compendios...O que o prudente ministro pôde fazer, foi feito...⁵

Como fica visível nesse trecho, o Colégio Pedro II pretendia, mais do que de fato conseguiu, servir de molde para as demais instituições secundaristas do Brasil, tanto públicas quanto privadas.

É possível perceber pela fonte a importância da disciplina de história no colégio “oficial” e esta disciplina já ganhou relevância desde a fundação do colégio, já ocupando um grande papel no plano de estudos e tendo sido foco da análise e ponderação do próprio ministro B. P. Vasconcellos; desse modo o IHGB tratava de redigir a história oficial, domesticando o passado, enquanto o Colégio Pedro II deveria propagar, e por assim fazer, solidificar a história nacional oficial, onde o Brasil era alçado a parte integrante da história universal.

Depois, farei uma breve análise de conceitos, mostrando como foi sendo construído e trabalhado o termo “nação” pelos grupos brasileiros eruditos oitocentistas, devido ao fato de este conceito estar no cerne das preocupações da elite imperial do século XIX, observando o caráter polissemântico do termo e a sua alteração devido à época e aos agentes que empregavam

⁴PAPAGNO, Giuseppe. Instituições. In: **Enciclopédia Einaudi: Direito e Classes**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, v. 39, p. 160-200. O mecanismo originário das instituições não estaria no ato instituidor, mas no seu reconhecimento, sendo que a instituição seria tudo aquilo que estabelece uma disciplina social, um reconhecimento e um sentimento de pertencimento à sociedade e só existiria enquanto reconhecida como instituição. Desse modo, o Colégio Pedro II e as demais instituições listadas devem ser compreendidas considerando efetivo o seu projeto de criar símbolos para a nova ordem que se instituía.

⁵ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de história universal**. Rio de Janeiro, Typographia do regenerador de Just. J. da Rocha, 1860. Prefácio do compêndio, sem numeração da página., mantive a grafia original do arquivo.

tal denominação. Meu estudo começará partindo da Europa, onde o conceito de nação primeiro aparece e depois passando para o caso do Brasil.

Outro conceito que irei trabalhar é o de “identidade”, muito embora tal conceito só apareça desenvolvido sob esta definição no século XX, sendo que no século XIX aparecerá o termo “caráter nacional”, o qual será a matriz que possibilitará a definição da identidade, como tal, no século seguinte. Embora este conceito ainda não existisse de modo formulado, as ideias que viriam a se condensar e formular o conceito já estavam presentes e quando ele começou a se esboçar ainda era algo polimorfo. Pretendo trabalhar com esta nuvem de ideias e perceber como foi surgindo e se definindo a identidade, considerando como tal questão está conectada à valorização da nação e a definição de si pela diferenciação com o outro. Uso o conceito de identidade como uma ferramenta de acesso para compreender quais valores e características estavam sendo exaltados como comuns àquela sociedade imperial, e pretendo entender o porquê tal preocupação em formar uma unidade simbólica partiu da elite carioca ligada à corte. Deste modo, observando como a questão da definição da identidade, devido a sua conexão com o conceito de nação, está intrinsecamente relacionada à valorização da nação e à definição de si pela diferenciação com o outro. Assim pretendo verificar como o conceito de identidade foi sofrendo alterações ao longo do tempo e apresenta-se de modo polimorfo. Minha análise será centrada no corte cronológico do desenvolvimento da comunidade imaginada da nação, no século XIX, onde o conceito de identidade associa, indissolúvelmente, o indivíduo à sua nação, e tal ordem de pensamentos reflete na conduta do indivíduo frente à sociedade.

Anderson reflete sobre a diferença de comunidades reais e comunidades imaginadas, sendo que estas últimas são marcadas pelo caráter simbólico que possuem onde seus membros reconhecem-se como sendo eles próprios parte do grupo, como exemplos estão as nações modernas⁶. Por intermédio de tal análise é possível ver a importância do reconhecimento de símbolos pelos cidadãos que liguem os indivíduos ao conjunto o qual será a nação.

Ainda contemplarei brevemente o modo como a disciplina histórica deveria criar um espírito comum, uma unidade identitária, através da história nacional. É nesse ínterim que foi apresentada uma história pacificada, onde o mito da harmonia das três raças fundadoras deveria servir de base para o país que surgia e assim assegurar as fronteiras nacionais.

1.2 SOBRE O CONCEITO DE NAÇÃO

⁶ Sobre o conceito de comunidades imaginadas Cf.: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Para compreender a construção da nação, primeiro é necessário compreender o que faz ela ter esse caráter único e que abranja a coletividade do seu povo, que a torna única dentre tantas outras, notando que a construção desta figura atende a uma demanda específica. Pretendo explorar como os conceitos de nação, identidade e história estão ligados e identificar o que fez o conceito de nação tornar-se uma necessidade a ser definida pela elite letrada brasileira no século XIX, e como seu desenvolvimento deu-se de modo simultâneo, não por coincidência, com o desenvolvimento da história nacional.

O conceito de nação, embora simples na aparência, na verdade revela-se curiosamente inquietante quando paramos para analisá-lo e defini-lo. O que é uma nação? Bastaria dizer que é a existência de um povo com costumes em comum, um Estado com território definido, normas para regulá-lo e soberania exclusiva sobre seu território? Mas quais costumes em comum seriam definidores? A língua, a religião, a tradição?

Vejo que tal definição não bastaria para abarcar vários países no mundo contemporâneo cujo povo cultua várias religiões, fala diversas línguas e tem tradições diferentes⁷. Como o caso da China e da Índia, onde diversas religiões dividem espaço e as de maior número de seguidores, a budista e a hinduísta, são extremamente diferentes uma da outra. Sobre a questão da língua, tal não é pré-requisito, pois existem vários países com mais do que uma língua oficial, sem contar os diversos dialetos. Caso comum, porém não exclusivo, a diversos países da África, como o Congo e o Zimbábue, cujos passados como colônias europeias impuseram fronteiras artificiais, separando povos que compartilhavam maior identificação entre si e comprimindo no mesmo território povos diferentes, sem contar a imposição da língua do colonizador.

Na Antiguidade não existiam nações, tal conceito só foi desenvolvido na época moderna por meio de diversos catalisadores políticos, ideológicos e culturais, tal como afirma Stuart Hall sobre o surgimento e as variações do conceito de identidade⁸. No século XIX surgiu a perspectiva da nação, em parte como resposta a uma necessidade de um novo conceito de identidade após a fraturação da identidade dos indivíduos como sujeitos, que ocorreu a partir da Revolução Francesa. A nação foi compreendida pelos seus contemporâneos como uma estrutura de um povo com um passado em comum, um espírito coletivo no presente e seguiria em rumo ao progresso, como se este fosse uma linha temporal contínua e clara, como coloca

⁷BOURDIEU, Pierre. "A produção e a reprodução da língua legítima". *In: A economia das trocas linguísticas*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. P. 29-52.

⁸HALL, Stuart. A Identidade em Questão. *In: Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006. P.7-22.

Manoel Guimarães, o qual percebe que o grupo de estudiosos do IHGB pretendia dar um sentido a escrita da história baseado em ideais iluministas, porém adaptados a sociedade brasileira⁹.

A imagem da nação no século XIX associava-se a de um indivíduo, imbuído de um passado, utilizando os termos cunhados por Koselleck: um espaço de experiências, vivendo em um presente; e um horizonte de expectativas, almejando um futuro¹⁰. Além disso, a nação deveria manter características próprias que a diferenciasses das outras, como uma experiência histórica peculiar, formando uma identidade coletiva que se assemelharia a uma identidade de um indivíduo.

Para os eruditos do final do século XVIII e início do século XIX, o conceito de nação estava em processo de criação. Almejava-se construir um conjunto de referências comuns, porém não se obteve uma unanimidade a respeito desse conceito e a ideia de nação manteve-se com concepções e usos diversos, como coloca Anne-Marie Thiesse, ao afirmar que a construção identitária do que compunha uma nação só encontraria forma definida no final do século XIX, superando querelas de identidades regionais ao incorporá-las à história geral e, como ocorreu diversas vezes na Europa, coexistindo com identidades de classes¹¹.

Na perspectiva atual, percebe-se que este processo de constituição de uma nação não foi algo natural e o “passado em comum” foi baseado na escolha de um mito fundacional que deveria servir de suporte para a comunidade imaginada que os grupos interessados na constituição da nação pretendiam desenvolver na época da formação desta. Demétrio Magnoli acredita que o conceito de nação, no Brasil, surgiu como reação à sua definição em Portugal a partir da Revolução do Porto de 1820¹². Em 1820 não se falava em nação brasileira, porém em 1822, sim. O Império deveria definir as suas bases sociais, onde estaria o poder do Estado. É nesse contexto que se desenvolve o mito do Brasil como uma unidade pré-existente.

Não intento exaurir todo o processo por trás da criação do conceito de nação, porém creio ser importante estabelecer certos parâmetros que serviram de base para o trabalho da elite imperial em formular a estrutura dos elementos que iriam compor a nação. Vale ressaltar que

⁹ Op. Cit. GUIMARÃES, 1998.

¹⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC – Rio, 2006.

¹¹ THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. In: Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 9, n. 15, p-7-23, 2001. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609/3932> Acesso em: 11/06/2019.

¹² MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria, imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: UNESP, 1997. P.79-132. “A exigência dos portugueses quanto ao retorno de D. João IV deflagrou a tentativa recolonizadora que acabou por precipitar a ruptura de 1822. Como explica Berbel (1994,p.143), o deslocamento da ‘fonte de legitimação do poder’ para os representantes do povo rompia o vínculo institucional entre os habitantes do Reino e os do Brasil e significava a exclusão e submissão dos segundos: ‘tal postura exigia uma elaboração, por parte dos ‘brasileiros’, sobre a sua própria definição nacional”.

se nos anos iniciais do século XIX ainda não existiam nações, no final do mesmo século os principais elementos do que constituiriam as identidades nacionais já estavam definidos. Segundo Hobsbawm, três desses elementos sobressaem-se: o território, a língua e a etnia. Porém a lista de elementos que compõem a construção simbólica da identidade nacional não se exaure a esses três¹³.

Compreendo que uma nação é uma comunidade simbólica, e sua criação depende de uma série de processos, como a criação de instituições culturais, a escolha de símbolos, comemorações, o desenvolvimento de uma história em comum. Mas, acima de tudo isso, acredito que a força motriz para a existência da nação não está de fato no que ela tem ou deixa de ter, uma lista de itens não responderia à questão de ser ou não uma nação. Como Guimarães percebe: a nação, o Estado e a Coroa surgiam como uma unidade em meio à discussão sobre a formação do conceito de nação, diferente do que ocorria nos países europeus que distinguiam estes fatores¹⁴.

Tal caráter nacional estaria no plano ideológico, onde um grupo de indivíduos, por escolhas mais ou menos conscientes, acredita partilhar e almeja ser reconhecido como tal. Seria a “comunidade imaginada” que Benedict Anderson define, a qual é reafirmada através de histórias e de memórias, um monumento só é um monumento quando reconhecido pela comunidade como tal¹⁵. Daí a importância de criar uma história nacional, apontando para uma origem em comum, um mito fundacional, como Balandier colocaria, destacando e diferenciando a sua comunidade das outras, formando uma estrutura que a define não só pelo que ela é, mas pela diferenciação com o outro¹⁶. Há uma historicidade na nação, como Turin afirma, a nação deve ser entendida como uma formação temporal¹⁷.

Já é possível perceber a formação do caráter nacional na Constituição Política do Império de 1824, onde a definição do cidadão restringia-se a “boa sociedade”, leia-se homens, cristãos, brancos, embora a constituição de 1824 também trate como cidadão os ingênuos e os libertos, mas exclui os libertos do direito de votar na Assembleia Paroquial e impõe rendas mínimas para os eleitores. A ligação entre a Coroa, o Estado (que se apresentava como sinônimo

¹³HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

¹⁴Op. CIT. GUIMARÃES, 1998. P.6.

¹⁵ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

¹⁶BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: UnB, 1982.

¹⁷TURIN, Rodrigo. **A legitimidade da nação e o(s) significado(s) de uma ausência**, 2014.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/acrh/3748#tocto1n1>

Acesso em: 20/05/2019.

de civilização) e a Igreja também fica clara já na anunciação da Constituição, ela era a constituição oferecida e jurada pelo Imperador em nome da santíssima Trindade.

CARTA DA LEI – DE 25 DE MARÇO DE 1824

Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Dom Pedro Primeiro, por Graça de Deus, e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súditos, que tendo-Nos requerido os Povos deste Império, juntos em Câmaras, que Nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o Projeto de Constituição, que havíamos oferecido às suas observações para serem depois presentes à nova Assembleia Constituinte; mostrando o grande desejo, que tinham, de que ele se observasse já como Constituição do Império, por lhes merecer a mais plena aprovação, e dele esperarem a sua individual, e geral felicidade Política: Nós Juramos o sobredito Projeto para o observarmos e fazermos observar, como Constituição, que d'ora em diante fica sendo deste Império; a qual é do teor seguinte:

CONSTITUIÇÃO política do império do Brasil

Em Nome da Santíssima Trindade.

TITULO 1º

Do Império do Brasil, seu Território, Governo, Dinastia, e Religião.

Art. 1. O IMPÉRIO do Brasil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Eles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se oponha a sua Independência.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram à esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência.

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização.¹⁸

No começo do século XIX, sobretudo a partir da década de 1830, o mundo luso-brasileiro, assim como vários Estados da Europa, dentre eles a França e a Inglaterra, percebiam uma experiência do tempo na modernidade como um progresso linear¹⁹. Esta concepção do tempo fez com que a escrita da história do Brasil fosse permeada por diversas particularidades e, como Guimarães coloca, a elite letrada brasileira percebeu-se no encargo de escrever a história do Brasil, fundando a Nação brasileira e inserindo-a numa tradição de civilização e

¹⁸NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras**, Volume I, 1824. 3ª edição. Brasília. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

¹⁹ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813 – 1845)**. São Paulo: Ed.: Aderaldo & Rothschild, 2008. P.20.

progresso, seguindo os moldes iluministas²⁰. Guimarães considera que ainda por influência do iluminismo, existia a crença de que primeiro as luzes, o esclarecimento, deveria ocorrer na elite e esta deveria espalhar o conhecimento por toda a pirâmide social, a nação deveria ser apresentada como um desdobramento nos trópicos de uma civilização branca e europeia. O que significava ligar o Brasil historicamente à Europa, não como mera colônia, mas como “filho de Portugal”. A sociedade brasileira deveria ser como uma continuação das civilizações europeias. Desenvolvendo-se *pari passu* as suas “irmãs” europeias. Seria também uma “filha das luzes”, ou seja, apresentando um passado glorioso e um futuro rumo ao progresso. O passado deveria se ligar a uma genealogia das nações, e procurou na Antiguidade Greco-romana tais laços que unissem o Brasil as demais civilizações.

Douglas Altoé, em sua dissertação, também concorda sobre a importância que teve no Brasil do século XIX o uso da Antiguidade Clássica para conectar a nova Nação as civilizações europeias²¹. Altoé considera que já no século XVIII as nações europeias buscavam reivindicar a herança cultural grega como sua própria, de tal modo que a chama da civilização teria surgido na Grécia e sido legada a estes povos. Altoé ainda percebe um espelhamento no Brasil pelo IHGB desse uso do passado grego para formular uma conexão com o conceito de civilização. Com isto, ao se proclamar grego, estava-se, na verdade, proclamando-se civilizado.

Mas, como Guimarães coloca, não bastava ao Brasil se afirmar civilizado, o discurso para a sua consolidação como nação deveria seguir a lógica grega de construção do “eu” pela diferenciação com o “outro”, em uma pretensa civilização brasileira, branca, cristã e europeia. Mas quem haveria de ser o “outro”?

Guimarães percebe que o “outro” desta nação surgiria a partir dos critérios políticos de diferenças quanto às formas de organização do Estado e, portanto, seriam as repúblicas latino-americanas vistas como a “barbárie”²². Este argumento é perceptível através dos discursos dos sócios do IHGB que viam a América espanhola como províncias conturbadas, as quais estariam sempre convulsionadas por terem dado as costas à pátria mãe – Espanha – e, assim, através desse discurso de crítica ao “outro”, formulava-se um discurso sobre o próprio Brasil, como estável e ligado às luzes europeias através de Portugal. Apesar de Araújo afirmar a existência de correntes, que viam na França e não em Portugal o lastro civilizacional do Brasil, ideia

²⁰GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: Revista Estudos Históricos, v.1, n.1, p-8, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>
Acesso em: 20/05/2019.

²¹ALTOÉ, Douglas de Melo. Dissertação de mestrado. A escrita da história da Antiguidade no Brasil oitocentista: um estudo do *Compêndio de História Universal* (1860), de Justiniano José da Rocha. UFRRJ, 2016.

²²Op. Cit. GUIMARÃES, 1998. P.7.

expressa por Magalhães: “sem a Revolução Francesa, que tanto esclareceu os povos, este passo tão cedo não se daria. Com este fato uma nova ordem de coisas abriu-se para o Brasil. Aqui deve parar a primeira época da História do Brasil”²³.

Manoel Guimarães ainda coloca que a noção de Nação brasileira excluía certos grupos que não seriam portadores da civilização, os negros e os índios e, desta forma, o conceito de nação restrito aos brancos se opunha a generalização do conceito que vinha ocorrendo na Europa²⁴.

Jancsó e Pimenta observaram que a elite brasileira pretendia criar a ideia de que o Brasil fazia parte do processo civilizacional, assim como a Europa; entretanto, este Brasil civilizado teria como únicos integrantes as parcelas de brasileiros brancos, excluindo negros e índios²⁵.

Assim como Manoel Guimarães, Jancsó e Pimenta veem que nos discursos políticos dos Estados europeus, por estes contarem com uma população étnica uniforme, não existia uma distinção clara entre parcelas da população que, segundo a elite brasileira oitocentista, deveriam ficar excluídas do processo civilizacional, como os negros e os índios.

O medo por parte da elite brasileira era que conceitos europeus – como cidadania – não fossem “adaptados” ao Brasil, ou seja, especificando quem era cidadão e implicando com isso em excluir quem não era cidadão, pois ao definir características específicas necessárias para um indivíduo ser considerado cidadão quem não as cumprisse já estaria excluído do processo.

A elite brasileira percebeu com temor as implicações que o conceito generalizado de cidadania, defendido por portugueses peninsulares²⁶ nas Cortes portuguesas, poderia reverberar entre as parcelas dos até então excluídos da cidadania.

Foi contra o “risco” de que um conceito generalizado de cidadania fosse aprovado pelas Cortes, conforme defendiam os portugueses peninsulares que os até então desconexos representantes das províncias brasileiras resolveram se unir contra os portugueses peninsulares, e este foi um grande cisma entre Brasil e Portugal no plano político.

Jancsó e Pimenta consideram que o medo do “inimigo interno” – essas populações excluídas – teria feito as diferentes províncias abandonarem o propósito inicial de se anteporem a província do Rio de Janeiro nas Cortes, a província carioca estaria quebrando a igualdade de

²³MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Nitheroy*, revista brasiliense. Ciência, letras e artes, nºI, P.150. In: Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P.127.

²⁴Op. Cit. GUIMARÃES, 1998. P.8.

²⁵JANCSÓ, István& PIMENTA, João Paulo. **Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira.** In.: Revista de História das ideias, volume 21, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/41754> Acessado em: 12/11/2019. P. 434.

²⁶Nas Cortes portuguesas todos eram considerados portugueses, tanto os nascidos em Portugal quanto os nascidos nas colônias, para citar um português de Portugal dizia-se português peninsular.

todas as províncias americanas frente à Metrópole, e se uniram em prol da causa da manutenção do direito de cidadania aos brancos, excluindo os negros e os índios.

Jancsó e Pimenta percebem que cada projeto político existente acarretava em uma forma de se construir a identidade nacional brasileira, mas que teria sido só após 1808, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, que houve a possibilidade da anterior identidade luso-americana tornar-se brasileira²⁷. O IHGB, domesticando o passado, ligou a história brasileira com a história portuguesa, citando o passado da história lusa como o próprio passado da história brasileira; e seguindo este modelo, o Colégio Pedro II apresentou ao seus estudantes de modo naturalizado essa questão da “descendência” histórica lusa ao Brasil, como fica visível no prefácio do compêndio da História Universal de Justiniano José da Rocha:

Assim a nós *filhos de Portuguezes*, que já tinham as suas côrtes de Lamego, que já tinham a admirável legislação das ordenações, apresentam eles a civilização moderna nascendo do triumpho de Luiz XI, de Richelieu, de Luiz XIV sobre a fidalguia (...)²⁸

Nesse extrato é possível perceber a colocação da ideia do Brasil como herdeiro de Portugal, a história portuguesa deveria ser compreendida como o passado da história brasileira. Segundo o IHGB, lidando com o passado do modo que favorecesse a corroboração de seus objetivos políticos, a transição para a independência do Brasil não teria gerado rupturas, aqui nesse trecho do compêndio de Rocha pode-se perceber uma tentativa de naturalizar esse processo, onde o Brasil e Portugal compartilham de um passado europeu e civilizado em comum. Ainda cabe destacar a defesas das Côrtes de Lamego como característica comprobatória da civilização portuguesa, e por conseguinte, da civilização brasileira, pois se o passado brasileiro era português seria necessário comprovar que Portugal era civilizado e, portanto, o passado brasileiro seria civilizado, assim a civilização brasileira já estaria inserida na marcha das civilizações devido ao seu “passado português”.

Araújo também percebe a mudança no conceito de nação no início do século XIX. Nas duas primeiras décadas do século, o conceito de nação era uma realidade objetiva e simples, designava o conjunto de cidadãos organizados em um sistema político. Mas para a geração que se formou no período da Independência e tomou a liderança intelectual a partir da década de 1830, a nação reveste-se de uma espessura histórico-cultural²⁹. O conceito de nação estender-

²⁷Idem, JANCSÓ. P.418-439.

²⁸ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de história universal**. Rio de Janeiro, Typographia do regenerador de Just. J. da Rocha, 1860. Prefácio do compêndio, sem numeração da página. Grifo meu, grafia original.

²⁹Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P. 104.

se-ia tanto para o passado quanto para o futuro, pois percebia-se que uma nação em seu desenvolvimento histórico concreto, expressaria uma ideia e esta já deveria ter suas raízes no passado e projetar-se para o futuro³⁰. Com esta mudança do conceito de nação, ocorria um rompimento da experiência temporal cíclica e dirigia-se para o desenvolvimento linear e progressivo³¹. Mas enquanto para Araújo o marco da mudança na estrutura do conceito de nação se deu com a Independência, para Jancsó, foi com a vinda da coroa para o Brasil que o processo de mudança do conceito de nação se iniciou. Antes, todas as colônias portuguesas dirigiam-se para a mesma metrópole, prestavam lealdade a um mesmo monarca e isso as identificava como uma mesma nação portuguesa. Com a vinda da corte ao Brasil a palavra metrópole se esvaziou. Jancsó e Pimenta ainda percebem que a palavra nação já compreendia a ideia de herança – como a memória e a história de um povo – e um território em comum.

Considero que a mudança no conceito de nação não se operou de uma hora para outra, que o processo foi iniciado com a chegada da corte ao Brasil, mas que só nas Cortes portuguesas e no processo de Independência é que teria surgido a necessidade de reinterpretar este conceito.

Jancsó e Pimenta afirmam que nas duas primeiras décadas do período oitocentista as palavras pátria, povo e nação tinham significados distintos. A pátria referia-se ao lugar de nascimento do indivíduo, a sua província; o povo era a fonte e o agente do pacto político; e a nação era a depositária de uma herança comum a ser preservada – neste caso, a portuguesa. O Brasil era um conjunto de províncias dispersas, sem um agregado emocional. Foi com esse espírito que os representantes das províncias brasileiras chegaram as Cortes portuguesas, esses deputados eram designados lá por brasileiros, não por vinculação identitária ao Brasil, mas por terem sido eleitos além-mar³².

Com os problemas surgidos à manutenção da escravidão por conta da discussão da ampliação da ideia de cidadão é que as províncias brasileiras se uniram. Neste contexto, ocorreu a alteração dos significados dos termos pátria e país, que passou a designar o Brasil. A identidade nacional brasileira surgia em prol de rejeitar a identificar a elite com o todo do corpo social do país, o Estado deveria manter sob controle o inimigo interno³³.

Esta percepção remete à de Guimarães sobre o corpo social do Brasil, descrito pelo IHGB, sendo branco e cristão, excluindo os grupos de índios e negros, mas Guimarães também vê na política do IHGB um modo de agregar as províncias à Corte, através da criação de

³⁰Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P. 105.

³¹Idem, ARAÚJO. P.124.

³²Op. Cit. JANCSÓ & PIMENTA, 2000. P.431-432.

³³Idem, JANCSÓ & PIMENTA. P.440.

institutos locais que deveriam remeter as suas histórias ao IHGB, cristalizando assim o processo de centralização do Império.

A nação desenvolveu-se como musa inspiradora para a história científica, em uma simbiose, onde o fortalecimento de uma acarretou na solidificação da outra. Este caráter simbiótico fica patente quando observamos que o desenvolvimento da história científica tem como objeto prioritário a nação, e a fundação da história nacional ocorre de modo paralelo à criação da própria nação, mas tratando-a como algo já existente, servindo de base para a formação do Estado. Por ora, deixarei tal discussão de lado, voltando a aprofundá-la posteriormente nesta obra, quando da formação da história nacional, fazendo antes uma reflexão sobre o conceito de identidade, o qual se encontra intrinsecamente ligado à ideia de nação como indivíduo.

1.3 A QUESTÃO DA IDENTIDADE

O conceito de identidade foi sofrendo alterações ao longo do tempo. A identidade, quem somos, o que faz de nós sermos o que somos, foi concebido de maneiras diversas em épocas, lugares e grupos diferentes. Situações diferentes também evocam concepções distintas da identidade. A mesma pergunta feita para a mesma pessoa obterá respostas distintas, quando feita em meios diferentes. Em um grupo de compatriotas, a questão da nacionalidade não será mencionada como característica identitária, mas se este grupo contiver pessoas de diferentes localidades certamente a nacionalidade será compreendida como parte fundamental da identidade do indivíduo, e uma das primeiras questões a ser explorada será a origem do sujeito.

Mas como foi que a nacionalidade se tornou um fator tão importante, quiçá, indissolúvel da identidade? Stuart Hall percebe três concepções distintas acerca da identidade em diferentes épocas, o sujeito do iluminismo, que priorizava o próprio “eu” e a sua razão; o sujeito sociológico, consciente de que necessitava da interação com os outros indivíduos e com a comunidade para alcançar a razão e formar a cultura; e o sujeito pós-moderno, que tem um caráter identitário “descentralizado”, construído através da interação com outras identidades culturais fragmentadas típicas do mundo globalizado³⁴. Portanto, o período aqui analisado, da formação dos Estados-nações, implicaria em sujeitos sociológicos que se expressam pela interação que mantém com a sua sociedade, construindo dessa forma tanto a sua identidade, quanto a identidade do grupo ao qual pertencem.

³⁴HALL, Stuart. A Identidade em Questão. In: **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006. P.7-22.

Nesse contexto, as culturas nacionais se constituíram em uma das principais fontes de identidade cultural. Porém, tal processo não deve ser assumido ingenuamente, nem ser presumido como fato incontestado. A cultura nacional como identidade foi antes de tudo um processo complexo que engendrou diferentes concepções de legitimidade e variadas correntes ideológicas, devendo ser desnaturalizado para podermos captar a sua formação.

A identidade é formada não só pelas características que formam o indivíduo, mas também pela diferenciação com o “outro”, trata-se de um duplo critério de construção, em que não importa só o que o sujeito é, mas também o que ele não é. Esta definição remonta à percepção clássica dos povos que compartilhavam uma cultura helênica, onde mais do que perceberem uma unidade entre si, diferenciavam-se do outro, visto como bárbaro. Ressalta-se que não havia uma concepção de unidade entre os helênicos, a definição de *Grécia e gregos* só passa a existir a partir do século XIX, no contexto da formação dos Estados-nações, quando consegue a independência do Império Turco-otomano, sendo que o seu reconhecimento pode ser considerado tardio se comparado a outras nações europeias, como a Inglaterra e a França³⁵.

Deste modo, ficam evidentes dois momentos distintos da concepção de identidade. O primeiro, onde se destaca o indivíduo, suas ideias e cultura. Como critérios de identificação, procura-se traçar semelhanças entre os indivíduos, como o compartilhamento da língua e de referenciais simbólicos. Neste momento, um dos principais meios de compor a identidade é pela comparação com o outro, o sujeito é formado não só pelo que ele é, mas pelo que ele não é, aquilo que ele vê no outro e não reconhece em si, “sou helênico, pois não sou um bárbaro”.

Após a Revolução Francesa, surge uma nova percepção da identidade dos indivíduos, no século XIX, com a criação do conceito de nação, a definição de identidade muda do sujeito do iluminismo para o sujeito sociológico. O que forma o sujeito já não está mais ligado somente às suas ideias, mas a sua interação com a sua sociedade. Hobsbawm analisa o sentimento de nacionalismo que surgiu após a Revolução Francesa e percebe que o irrompimento dessa revolução esteve diretamente conectado ao surgimento das nações modernas³⁶. A comunidade que o indivíduo integra torna-se parte de quem ele é, mesmo a nação passa a ter uma identidade que lhe é própria e a diferencia das demais, definindo suas características e imbuindo estas em seus nacionais.

³⁵HOBBSAWM, Eric. **Ecoss da Marselhesa, dois séculos revêm a Revolução Francesa**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Sobre os movimentos separatistas europeus e o contexto da formação de Estados-nações na Europa o autor defende terem sido frutos diretos das luzes lançadas pela Revolução Francesa e seus ideais de nacionalismo. Ele também defende que o lema: liberdade, igualdade e fraternidade; teria influenciado diretamente nos códigos de direito de outros países, inclusive americanos.

³⁶HOBBSAWM, Eric. **Ecoss da Marselhesa, dois séculos revêm a Revolução Francesa**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Até mesmo a palavra que define os nacionais já pode trazer consigo um caráter simbólico de identificação. Como no caso do Brasil, a palavra *brasileiro* só passou a identificar os seus naturais no século XIX, antes definia os trabalhadores que viviam da extração do Pau-Brasil. Na língua portuguesa, o sufixo *-eiro* costumava denotar uma profissão braçal e não a originalidade. Com a unificação em torno do termo brasileiro fazia-se uma distinção de Portugal, cujo termo referente ao nativo tem o sufixo *-ues*: português. Criava-se uma unidade em torno do novo termo, sem mais apontar distinção entre natos e colonos.

A identidade não é algo dado ou inato, mas uma construção ao longo do tempo, por meio de processos mais ou menos conscientes. Este fato torna-se perceptível ao observarmos como ocorre a identificação do indivíduo com a nação, a qual, não é só uma entidade política, mas um sistema de representações culturais que formam a identidade cultural nacional do sujeito³⁷. Neste processo, a história nacional desempenha um papel crucial, a instauração da identidade na consciência dos indivíduos também se efetua na escola, uma maneira de construir essa consciência nacional foi apresentá-la como algo já existente e natural na vida dos alunos, como é possível perceber nos escritos utilizados no Colégio Pedro II, assim, como mostra deste processo de naturalização é possível perceber no trecho abaixo que pareceria ao aluno que sua nacionalidade fosse parte de sua natureza essencial.

Correram os tempos: a inovação introduzida por Vasconcellos achou-se enraizada, e posteriormente a reforma dos Estatutos das academias, a criação da inspeção geral da instrução pública, e seus exames geraes que embaraçam á mocidade fluminense a entrada nas academias do império, e vedam—a quasi completamente na faculdade de medicina da corte, tornaram indispensável o curso completo da historia universal.³⁸

Por este trecho é possível perceber a manutenção da disciplina de história. Havia um interesse político do Estado brasileiro em solidificar a história nacional oficial, sua existência sobrevivendo às reformas que o Colégio Pedro II passou e a necessidade do seu estudo sendo obrigatória a todos os estudantes, independente de seguirem carreiras de disciplinas humanistas, de modo a naturalizar na mente dos alunos a história nacional oficial e exaltar em suas almas o patriotismo.

1.4 A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO PEDRO II

³⁷HALL, Stuart. A Identidade em Questão. In: **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006. P.7-22.

³⁸Op. Cit. Rocha. 1860, Prefácio, grafia original.

Viso compreender aqui as formas e usos que a Antiguidade Clássica assumiu na construção da identidade nacional brasileira no século XIX, revelando como a história antiga tornava-se parte da história nacional através das apropriações que a elite tomou dela, em uma estratégia para a construção de uma unidade imperial. Tenho o intuito de analisar como ocorreu a criação do Colégio Pedro II. Visto que no primeiro capítulo procurei fazer reflexões mais gerais sobre a estrutura do pensamento político no período oitocentista, estabelecendo as diretrizes políticas e ideológicas que agitavam as mentes das camadas letradas mais próximas da corte, considerando a importância das palavras-chave que surgiam aos seus contemporâneos, como nação e identidade, as quais apontavam a necessidade da elaboração de uma história nacional.

O século XIX foi marcado por muitas mudanças na política do Brasil. Em poucas décadas havia passado de colônia para Império e a elite se viu diante da necessidade de formar um estado autônomo e legítimo. A elite imperial brasileira ambicionava que o Brasil se tornasse uma nação reconhecida pelas demais, inspirando-se no modelo europeu, sobretudo no modelo francês, principalmente no que refere aos conceitos de pátria, nação e liberdade. Porém, estes conceitos eram redefinidos pelo contexto do Brasil, sob a ótica de uma sociedade imperial hierarquizada, os adaptando, pois aqui havia forte ligação com a escravidão, como Manoel Guimarães trata sobre a difícil empresa que foi a construção de uma história nacional guiada pelo iluminismo em um país com figuras tão distintas na composição da sociedade ³⁹. Lúcia Guimarães também destaca o caráter excepcional da tarefa dos letrados do IHGB ao pretenderem escrever uma história unificadora em meio a uma sociedade com matizes tão destoantes em sua estrutura ⁴⁰.

A elite almejava criar um imaginário de uma transição pacífica entre os governos de D. João para o de D. Pedro, constituindo um fluir sem rupturas, uma alteração, mas não uma revolução. A autoridade de um governo deveria passar para o outro, semelhante ao processo de transição de governos quando do falecimento do soberano, em que o novo monarca herdaria a autoridade do anterior.

³⁹GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: Revista Estudos Históricos, v.1, n.1, p-5-27, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>
Acesso em: 20/05/2019.

⁴⁰GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” In.: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 388, 1995; Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword285=388&moduleId=150&Itemid=174>
Acesso em: 20/05/2019.

O Brasil imperial procurava constituir a mesma legitimidade, através de um processo de conciliação histórica onde não teria ocorrido uma ruptura com a dinastia de Portugal, e logo com a legitimidade dos governantes. Esta seria uma transição em que os novos ocupantes do cargo “herdariam” a autoridade e a legitimidade portuguesa, porém agora esta seria brasileira.

O Império como unidade e a nação eram noções que estavam em vias de construção por grupos de eruditos. Tal processo não deve ser compreendido como natural, pois desencadeou uma série de conflitos de interesses, que geravam diferentes posicionamentos nos discursos políticos e no modo de conceber a história brasileira.

Nesse ínterim, a elite imperial foi responsável pela fundação do Colégio Pedro II e outras instituições, como o IHGB. Essa elite procurava estabelecer uma “disciplina social”, um reconhecimento pela sociedade que deveria compor a nação brasileira de um sentimento de pertencimento a este corpo social que estava em vias de formação⁴¹. O Colégio Pedro II, fundado em 02 de dezembro de 1832, por decreto do Ministro Interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, teve por objetivo servir de padrão ao ensino secundário de todo o Brasil: “... o intento do Regente Interino criando este Colégio, é oferecer um exemplar ou norma aos que já se acham instituídos nesta capital por alguns particulares; convencido como está de que a educação colegial é preferível à educação privada”⁴². O Ministro, por meio da fundação do Colégio, tinha o intuito de criar, mais do que de fato conseguiu, uma unidade cultural, uma resposta à ânsia da elite próxima a coroa brasileira de ratificar o Império como um e único, fazendo frente às correntes separatistas das províncias.

O Colégio visava, igualmente, formar membros para atuarem no aparato estatal, criando uma classe senhorial distinta enquanto dirigente. “A escola oficial representava o espaço de formação do cidadão disciplinado e erudito e a possibilidade de ascensão social através da valorização da instrução escolar”⁴³. Para isso, ofertava uma formação de base clássica, o lugar da Antiguidade no currículo estava ligado a certa concepção de distinção e de prudência política, necessárias para a atuação no aparato estatal.

Sempre se adequando aos novos tempos, às mudanças sociais e à tradição pedagógica, o Colégio Pedro II passou por diversas reformas educacionais – entre 1838 e 1889, ocorreram

⁴¹ Por “disciplina social” uso o termo expresso por Foucault onde a existência de uma trama de poderes e seus símbolos gera um ambiente onde as regras são naturalizadas. A norma não precisava estar escrita. A sociedade a segue mesmo que ninguém esteja vendo pois está ligada ao subconsciente dos indivíduos que compõem a sociedade. Cf: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.P-167-191.

⁴² Revista Internato. Nº3, Rio de Janeiro. Jornal do Comércio _ Rodrigues & Cia, 1953, p-107. In.: ANDRADE, Vera Lucia Cabana Q. “Colégio Pedro II: herança clássica e tradição humanística”. In: VI Congresso da SBEC, Rio de Janeiro, 2005.

⁴³ Idem, 2005.

catorze. Esta instituição enfrentou mudanças nos materiais didáticos, na ênfase entre a corrente educacional científica ou humanista; no plano de estudos e nos regulamentos de matrículas e avaliações, e até no nome do Colégio⁴⁴.

O Colégio foi se adaptando às novas demandas entabuladas pelas mudanças políticas que ocorriam no plano nacional, passando por modificações que sustentaram o discurso silencioso que a sociedade da corte procurava emanar, de uma nação já definida e ligada às luzes da Europa. Considero que o discurso propagado pelo Colégio Pedro II foi utilizado como linguagem política, a qual corroborou o discurso oficial, mesmo sem repeti-lo expressamente, como coloca Balandier ao assertar sobre o uso do simbolismo. Para ele, as sociedades são pautadas em mitos e nas suas representações. É possível ver um paralelo entre esta tese e os eventos transcorridos no Brasil do século XIX, onde a construção da figura da nação e da história nacional pode ser vista como um mito, já as instituições destinadas a projetá-las seriam responsáveis por suas representações⁴⁵.

1.5 A ESCRITA DA HISTÓRIA NACIONAL.

A história nacional que estava sendo elaborada no século XIX pela elite imperial deveria dar sentido à nação e à existência desta. Ela deveria servir como estandarte para o progresso da nação, clamando uma origem digna à civilização que ela anunciava. Deveria, pois, instituir um mito fundacional que seria rememorado pelo seu povo como o fato que marcou o início daquela comunidade. Entretanto, a escrita da história científica estava ainda dando os seus primeiros passos, de modo semelhante à noção de nação. Essa escrita da história que começou a ser desenvolvida no IHGB era, segundo Temístocles Cezar, mais definida, mais refletida e no limite, mais nacional⁴⁶.

A escrita da história como disciplina científica fez os historiadores passarem de *hommes de lettres* para pesquisadores, segundo Manoel Guimarães. Este ainda considera que o

⁴⁴No princípio era Colégio de Pedro II, com a República passa a ser Instituto Nacional de Instrução Secundária e depois em 1892 Ginásio Nacional, em 1909 passou a ter um duplo nome, o externato voltou a chamar-se Colégio de Pedro II e o internato Instituto Bernardo Pereira de Vasconcelos, até que em 1911, com a reunificação do Colégio ele torna-se Colégio Pedro II, como permanece até hoje.

⁴⁵BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: UnB, 1982. O Estado tem um aspecto de espetáculo, pois os regimes governantes criariam mitos e o povo tornar-se-ia figurante. O poder estaria articulado em formas de representações, como a hierarquia da cátedra de história do Colégio Pedro II e os concursos para admissão nela ou o IHGB através da compilação da história nacional. Em ambas as instituições procurava-se criar uma memória nacional, com heróis e mitos em comum, dando esta como certa, desse modo fabricando uma unidade no Império que no começo do século XIX ainda não existia de fato.

⁴⁶CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: **Diálogos, DHI/UEM**, V.8, n.1, p-11-29, 2004.

Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos>
Acessado em: 20/05/2019.

desenvolvimento da escrita científica esteve intimamente conectado ao desenvolvimento da nação, sendo que, no caso brasileiro, teria se desenvolvido no IHGB, marcando profundamente a escrita da história do século XIX com um caráter elitista próximo a um modelo iluminista⁴⁷. Já Lúcia Guimarães enfoca o caráter elitista que permeou o IHGB, relevando o fato de que na época da sua fundação contava com muitos sócios portugueses, mas no final do século contava apenas com sócios brasileiros, o que indicaria uma proposta de escrita nos moldes nacionais, escrita por e para brasileiros⁴⁸. Lúcia Guimarães ainda considera que a necessidade da escrita da história, de “recordar”, foi pautada pelas necessidades políticas do grupo de letrados que compunham o IHGB, dando como exemplo o caso da *arca do sigilo*, com o intuito de arquivar fontes que pudessem afetar a imagem dos sócios do instituto⁴⁹.

A escrita da história nacional nesse período oitocentista deveria ressaltar as glórias do passado e obliterar eventos que maculassem a imagem da nação. Tal escrita deveria ser afeta ao seu objeto, ou seja, ocupando-se em elevar o espírito da comunidade que pretendia se criar, preocupando-se mais em apresentar uma memória positiva sobre a nação do que fatos que pudessem obscurecer a glória desta. No caso da escrita da história pela elite letrada brasileira no século XIX, este fato fica evidente com a escolha dos heróis, sempre valorizando uma história patriótica em detrimento de uma história provincial, como destaca Maria Glória de Oliveira sobre a escrita de textos biográficos publicados pelo IHGB, onde estabelecia-se a construção de um *panteon* de brasileiros ilustres como parte da construção de uma *retórica da nacionalidade*⁵⁰. A escolha da invasão dos holandeses em que estes são apresentados como “inimigos da pátria” também é digna de nota, pois coloca os “nacionais” combatendo unidos contra um inimigo exterior.

Portanto, se deve levar em consideração que a escrita da história nacional não é uma mera sobreposição de fatos aleatórios encadeados unicamente pelo tempo, mas uma narrativa

⁴⁷GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: Revista Estudos Históricos, v.1, n.1, p-5-27, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>

Acesso em: 20/05/2019.

⁴⁸GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” In.: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 388, 1995;

Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword285=388&moduleId=150&Itemid=174>

Acesso em: 20/05/2019.

⁴⁹ Ibidem, 1995, P-516.

⁵⁰OLIVEIRA, Maria Glória de. **Biografia e historia magistra vitae; sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista**. In: **Anos 90, Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, V.22, n. 42, p-273-294, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/48408/36150>

Acesso em: 27/06/2019.

afetiva dedicada a enaltecer a nação. Os letrados ligados à escrita da história nacional brasileira no período oitocentista, mais do que apenas historiadores descompromissados, devem ser percebidos como propagandistas da ideia de um Império unificado⁵¹. Seleccionavam-se os eventos construindo um encadeamento lógico rumo ao progresso, dando a ilusão de que os eventos não poderiam ter se desdobrado de modo diferente, senão aquele que ajudou na composição do atual estado da nação⁵². No caso brasileiro, a nação, o Estado e a Coroa apareceram, segundo Guimarães, como uma unidade sobre a questão da discussão historiográfica relativa ao problema nacional, de modo distinto ao que ocorreu na Europa, em que estes elementos se encontravam separados e mesmo em choque.

No Brasil, uma das primeiras medidas implementadas pela elite imperial, quando da construção da nacionalidade, foi a criação de instituições que fitavam definir, ou melhor dizendo, construir a história nacional, preservá-la e propagá-la. Com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II, formava-se, por assim dizer, a cátedra do que iria compor a história nacional.

J. J. Rocha reconhecia a influência que o patriotismo exerce sobre a escrita da história, ilustrando com o exemplo francês, mostra como a história contribui no processo de consolidação da ideia de nação, pois ela serviria para a exaltação e engrandecimento do país.

Os compêndios francezes têm gravíssimos defeitos. Escriptos pelo patriotismo, a bem da exaltação e do engrandecimento da França, não hesitam em apresentar todos os factos históricos como determinados pela influencia franceza: todos os povos gravitam em redor da França. Os factos que desmentiriam esse systema são ommittidos, são pelo menos acanhados; que não protestem contra a verdade franceza.⁵³

J. J. Rocha ainda percebe o caráter maleável da disciplina de história, o qual permite que a sua escrita se modele de tal modo que pareça que os fatos ocorreram do único modo possível, assim como se destinados a se realizarem, e que o país que serve de musa ao historiador torne-se protagonista da história mundial, ignorando, e por vezes omitindo, qualquer fato que pudesse contrastar com esse papel de protagonista do país.

Autores antigos foram destacados no âmbito do IHGB, como fica visível no discurso de Januário Barbosa⁵⁴, que ressalta os trabalhos de Cícero, Tácito, Plutarco e Plínio, o moço. A

⁵¹ Ibidem, 2004, p-13.

⁵² Ibidem, 2004, p-14. Cezar afirma que a história produzida no IHGB não foi sempre original, mas os membros dessa instituição deveriam *purificar* as histórias locais, estas deveriam ser revisadas e corrigidas. As histórias pré-existentes passaram a serem compreendidas como fontes históricas.

⁵³ Op. Cit. Rocha. 1860, Prefácio, grafia original.

⁵⁴ Apud Cezar (2004) op. cit. P-12.

retórica de Cícero foi saudada no meio do IGHB, assim como a escrita das biografias de Plutarco que celebravam as vidas de homens dignos de nota. Tal qual este último, os historiadores brasileiros deveriam achar heróis nacionais cujas vidas deveriam servir de diretriz para todos compatriotas.

Uma estratégia comum na construção da história nacional é a reivindicação da história de antigos ancestrais, considerando-se herdeiros destes povos, como ocorreu em diversos países da Europa durante a construção dos Estados-nações, valorizando-se a Antiguidade. Este fenômeno também foi perceptível aqui no Brasil, cuja elite imperial almejava inserir o país em uma genealogia das nações ao conclamar as raízes na Antiguidade.

Para Lowenthal, embora existam grupos que almejam se apropriar de um passado e seus patrimônios, considerando-se os legítimos herdeiros de antigas civilizações, tais construções não passam de ilusórias produções⁵⁵. As pessoas, legados e culturas são híbridas e variáveis, segundo Lowenthal: “Quanto mais para o passado, mais misturados são todos ancestrais”⁵⁶.

O que implica que ao afirmar que tal grupo é seu ancestral, como os africanos ou os atenienses, não se estaria fazendo uma declaração sobre estes grupos ancestrais, mas sobre os próprios pseudo-legatários. Esta apropriação estaria buscando emblemas de ancestralidade e a legitimação da ideia de já ser um povo desde a aurora dos tempos, para que, deste modo, estes grupos se tornem um povo, no presente⁵⁷. Desse modo, a verdadeira questão não está em quem realmente são os ancestrais dos grupos, pois as origens dos grupos são misturadas, existem ancestrais comuns para vários grupos; mas a verdadeira questão é por que os grupos modernos querem reivindicar esse passado como seu? Qual a importância de ser um herdeiro da Antiguidade Greco-romana?

Logo, o discurso histórico que remete as raízes da nação à Antiguidade Greco-romana não deve ser compreendido como a narração de um fato, mas sim a defesa da atual legitimidade da existência desse povo. Esse fenômeno fica patente não só no caso brasileiro, mas também na formação dos Estados-nações europeus, como ocorreu na Alemanha, cujos eruditos usaram esta suposta ancestralidade como justificativa para sua legitimidade como povo independente

⁵⁵ LOWENTHAL, David. Heritage wars: A historian points out the problems behind today's claims of cultural ownership over historical artefacts. 2006.

Disponível em: <https://www.spiked-online.com/2006/03/16/heritage-wars/>
Acesso em: 20/05/19.

⁵⁶ Idem. 2006, p.- 1. Tradução minha, no original: "the farther back in time the more mixed is every ancestry".

⁵⁷ Idem. 2006, p.-3 “Claims that ‘we have always been a people’ actually are appeals to become a people, appeals not grounded in history but rather, attempts to create history”. Tradução minha: “Reivindicações de que ‘já éramos um povo desde sempre’ na verdade são apelos para tornar-se um povo, apelos não baseados na história, mas ao invés disso, tentativas de criar uma história”.

frente à ameaça francesa⁵⁸. Payen, analisando o caso alemão, considera que a Antiguidade foi usada para reafirmar a constituição e o fortalecimento do Estado-nação, ocorreu uma releitura dos historiadores antigos, não tão exaltados pela beleza literária das suas obras, mas devido a sua ligação com a pátria⁵⁹. Assim, é possível traçar um paralelo com o caso brasileiro, onde a escrita da história estava diretamente conectada às diretrizes políticas então vigentes. Portanto, fica claro que a escrita da história é desenvolvida a partir de uma demanda do presente, frente à necessidade de afirmar seu Estado como uma nação independente.

No caso brasileiro, por inspiração francófona, os trabalhos dos autores antigos também eram reconhecidos pela sua beleza literária e utilizados como modelos de escrita. Entretanto, mesmo em terras tupis, como veremos adiante, a elaboração de uma herança Greco-romana foi valorizada como critério de legitimidade da nação que estava em vias de construção. A partir desses exemplos é possível perceber que a história passou a ser vista como ferramenta política. Gabriel Monod, dissertando sobre a ligação entre política e história, afirma que: “A história do passado acaba por adquirir uma influência sobre a própria política, pois preside a esse movimento das nacionalidades que domina a política contemporânea. É pela história que os povos tomam consciência de sua personalidade”⁶⁰.

No imaginário europeu, existia a associação entre a ideia de “mundo grego”, da cultura helênica, contrapondo-se aos bárbaros; análoga à ideia de civilização ocidental⁶¹, leia-se Europa, contraposta aos demais povos. Os letrados europeus invocam a antiga distinção do *eu* através da dicotomia *eu/outro*, com a distinção de culturas. Este fenômeno se mostra visível especialmente se pensarmos na semelhança de estrutura de pensamento (pólis – mundo helênico – bárbaros) x (Estado-nação – Europa – Resto do mundo). Parte-se de uma estrutura que pretende ter características únicas e individuais, no caso a pólis, que é a cidade-estado grega, e que neste caso representa a nação moderna, por sua individualidade; para uma estrutura em que partilham de certa semelhança cultural e se distinguem como civilizados, como o conjunto das

⁵⁸ Vale ressaltar que o próprio conceito de Alemanha deve ser lido com cuidado neste momento, pois antes de ser um Estado único, como viria a se tornar, ainda estava em processo de unificação. A afirmação da existência da nação no discurso deve ser levada mais como uma estratégia retórica do que um fato. A sua condição de nação uma só seria alcançada no final do século XIX a partir de Bismarck.

⁵⁹ PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da Historiografia**. Ouro Preto. N°6, p. 115, mar, 2011. Um historiador antigo era visto “menos um literato mais ou menos genial ou hábil do que um homem que escrevia para e em relação à sua pátria, quer se tratasse de sua polis, em sentido restrito, ou do mundo grego, da República ou do Império Romano, em sentido amplo”.

⁶⁰ Apud idem. 2011 P -2.

⁶¹ Sobre a ideia de Ocidente uso o conceito de Edward Said Cf: SAID, Edward. **Ocidentalismo. O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Este trata o Ocidente como o conjunto de nações que consideram partilhar de uma cultura comum, civilizada, especialmente europeia, contrapondo-se ideologicamente aos demais.

idades-estados gregas que compunham o mundo helênico e, nos tempos modernos, a Europa. Ambas as estruturas se contrapõem a uma linha abissal em que tudo posterior a ela foge da esfera do legal ou ilegal, que desaparece como realidade, veja-se a insignificância dada à cultura dos bárbaros pelos gregos, e nos tempos modernos o eurocentrismo que desqualificava uma visão particular dos povos do resto do mundo.

Aqui este fenômeno torna-se perceptível ao analisarmos as relações das cidades-estados da Antiguidade, as quais se distinguiam umas das outras em muitos aspectos, porém seus cidadãos identificavam os povos das outras cidades-estados como partilhando da mesma cultura helênica. Veja-se Atenas comparada a Esparta, ambas as cidades tinham leis diferentes e eram governadas de modos diferentes, mas as suas peculiaridades não se restringiam a esfera política, já que a própria compreensão do seu passado e do que era esperado como comportamento dos seus cidadãos era repleto de divergências. Porém havia certo reconhecimento de semelhança cultural, pela língua, religião e costumes, como fica evidente no diálogo entre as personagens Filoctetes e Neoptólemo, no texto de Sófocles, na tragédia *Filoctetes*. Filoctetes reconhece como gregas as roupas de Neoptólemo e de seus marujos e depois se mostra ansioso por ouvir a língua grega. Neoptólemo, por sua vez, mostra um reconhecimento cultural comum aos povos aqueus ao afirmar que era heleno. Embora Filoctetes e Neoptólemo fossem naturais de diferentes cidades-estados ambos reconheceram-se partilhando uma cultura helena.

Filoctetes:

Oh, estrangeiros,

Quem sois vós que aportais com vossos remos nessa terra, sem bom porto ou habitações? De que pátria ou linhagem poderia acaso dizer que sois? Pois as roupas parecem gregas – a mim caríssimas! Mas desejo ouvir a língua. Não fiquéis chocados, temendo a mim, hesitantes, por meu aspecto selvagem, mas tende compaixão por um homem infeliz, solitário, desertado assim e sem amigos, e em estado deplorável, e dizeis se chegais como amigos.

Respondei, pois não é justo que eu não obtenha isso de vós e vós de mim.

Neoptólemo:

Bem, estrangeiro, sabe isto em primeiro lugar; somos helenos, pois isso desejais saber⁶²

Deste modo, fica perceptível a construção ideológica de uma cultura comum, assim como a percepção, por parte dos helenos, de um passado em comum. Nesse contexto deve-se

⁶² SÓFOCLES, *Filoctetes* 219 – 232. In: MARTINEZ, J. T.

Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270383>

Acesso em: 20/05/19.

perceber que a interpretação dos fatos que compõem o passado não era um processo natural, mas antes uma construção com diferentes forças marcando interesses distintos no processo. Cada viés que a escrita tomava dava legitimidade a um grupo político diferente.

Este foi o caso das províncias, com seus heróis locais, versus a elite imperial, com a questão dos heróis nacionais enfrentando o inimigo exterior. Portanto é no enfrentamento das ideias que surgiria a cultura e não em uma formulação pacífica e bem delineada.

1.6 “E POR ISSO ESCREVEMOS”⁶³

“Talvez nos perguntem porque escrevemos este livro: respondamos. Cabe-nos algum pequeno louvor ou alguma pequena responsabilidade na admissão dos estudos históricos na nossa instrução secundária. Fundando o colégio de Pedro II com tenção de dar um modelo a quantos colégios o governo ou a indústria particular houvessem de estabelecer, B. P. Vasconcellos criou uma cadeira de história, e encarregou-nos de ocupa-la. O pensamento do ministro manifestava-se pelo desenvolvimento e largueza dado nos Estatutos a esse estudo novo nas nossas aulas, e para o qual era indispensável mandar vir livros, estudar e organizar compêndios... O que o prudente ministro pode fazer, foi feito...”⁶⁴

Neste estrato do prefácio do compêndio de história universal do Justiniano José da Rocha é perceptível que o autor faz uma justificação do porquê da existência deste compêndio e começa por explicitar o papel do Imperial Colégio de Pedro II como pretendida referência aos demais colégios secundários de todo o Império, fossem estes públicos ou particulares. No entanto, vale ressaltar que o Colégio Pedro II nunca conseguiu exercer de fato tal domínio sobre os demais colégios e que as histórias escritas nas províncias mantiveram um cunho regionalista, com a exaltação dos heróis locais e a defesa de uma legitimidade local, este fenômeno era visto com receio pela elite carioca, pois incitava a descentralização do Império e em última instância sua desagregação, como viam o exemplo da América espanhola com a conturbada independência de várias de suas províncias.

Sobre a questão dos processos de centralização do Império e as tendências à descentralização, Miriam Dolhnikoff considera que não houve uma imposição ou uma “vitória unilateral” do Rio de Janeiro sobre as demais províncias e sequer estas almejavam a

⁶³ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de história universal**. Rio de Janeiro, Typographia do regenerador de Just. J. da Rocha, 1860. Prefácio do compêndio, sem numeração da página.

⁶⁴Idem, prefácio do compêndio, sem numeração da página.

independência total da corte, mas antes teria ocorrido um “pacto federalista” concretizado nas reformas liberais da década de 1830⁶⁵. Teria ocorrido a preservação da autonomia das províncias sob a direção do governo central, através de um arranjo institucional em prol da manutenção da escravidão⁶⁶.

Jancsó e Pimenta tematizam a questão da escravidão como agente catalisador para a criação da consciência coletiva do Império do Brasil como uno e distinto de Portugal e também seria por intermédio da manutenção da escravidão que as diversas províncias teriam superado as suas rugas com o Rio de Janeiro para se contrapor aos “riscos” do fim da escravidão e manter sob controle o “inimigo interno”, as diversas camadas populacionais, seja de escravos ou libertos, que poderiam exigir mudanças no *status quo*. Contudo, mesmo na bancada de brasileiros nas Cortes portuguesas havia uma nós que se contrapunha as demais brasileiros. Cipriano Barata, tido como radical, defendia a cidadania indistinta, a qual atemorizava a maior parte da bancada americana a ponto de deixar de lado a questão da horizontalização das províncias. Cipriano Barata afirmou nas Cortes sobre a diversidade americana:

“mulatos (...), cabras, e crioulos; os índios, mamelucos e mestiços’, afirmando reconhecer em todos, indistintamente, ‘gente todas nossas (que) são portuguesas e cidadãos muito honrados e valorosos’. Na sua opinião, caberia à Constituição reconhecê-los como iguais, fossem eles ‘filhos de portugueses, ou de brasileiros, ainda que ilegítimos, de qualquer cor ou qualidade, nascidos no reino do Brasil; e mesmo todos os crioulos e libertos’”⁶⁷.

José Bonifácio de Andrada e Silva também percebia com receio a “heterogeneidade” da população e percebia a “impossível equivalência entre *corpus social* e *nação* em contexto escravista. Acresce que rompida a “indivisibilidade da união da Monarquia”, alterar-se-iam os significados de *pátria* e *país*⁶⁸. Bonifácio percebia a necessidade da incorporação dos diversos

⁶⁵DOLHNIKOFF, Miriam. **Elites regionais e a construção do Estado nacional**. In.: JANCÓS, István. Formação do Estado e da nação. São Paulo. Editora: Unijuí& Fapesp, 2003.

⁶⁶Devido ao escopo desta obra não irei me delongar sobre a existência das correntes de centralização e descentralização existentes no Império e sobre a real vontade das províncias de se desligarem do Império, mas mantere em destaque a intenção da elite carioca em promover a unificação e a centralização do Império em torno da corte e as medidas que adotou para tanto, sem me deter na efetivação que tais medidas exerceram sobre as províncias. Sobre a questão do pacto federativo, vide DOLHNIKOFF, Miriam. **Elites regionais e a construção do Estado nacional**. In.: JANCÓS, István. **Formação do Estado e da nação**. São Paulo. Editora: Unijuí& Fapesp, 2003, e CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. A elite política imperial. Brasília. UNB, 1981, o qual percebia a unidade do território da ex-colônia portuguesa como sendo obra de uma elite cuja trajetória e formação lhe dava uma perspectiva ideológica que a diferenciava das elites regionais, comprometidas com seus interesses locais; e vide: MATTOS, Ilmar Rohloff, **O tempo saquarema**. São Paulo, Editora Hucitec, 1987, o qual concordando com Carvalho percebe o Estado brasileiro como resultado da ação de uma classe senhorial articulada em torno da coroa, em uma simbiose em que na medida que construía o Estado a classe senhorial constituía-se como elite dirigente.

⁶⁷Op. Cit. JANCÓS & PIMENTA. P.434

⁶⁸Idem, p.439.

integrantes do Brasil em uma mesma sociedade e sugeria para tal a miscigenação da população. Como expressa em discurso proferido por ocasião de Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura:

“é da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em *amalgamar* tantos metais diversos, para que saia um *todo* homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política”⁶⁹.

Justiniano ainda defende, no prefácio do compêndio supramencionado, a relevância dada ao ministro interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos para a disciplina de história na época da fundação do Colégio Pedro II, e como o ministro procurou no exterior o modelo para aplicar no Colégio.

Vasconcellos inspirou-se especialmente nos liceus franceses, o modelo do colégio introduzido por Napoleão foi considerado exemplar e os livros didáticos franceses foram trazidos, traduzidos e adaptados para o ensino dos jovens do Colégio, com o intuito de encaminhá-los pela trilha do pensamento iluminado europeu, porém adaptado ao contexto e exemplos brasileiros, dando valor à história nacional brasileira, a qual não aparece nos livros franceses. Justiniano defende a importância do seu compêndio também pelo fato deste ser um resumo, o que tornaria possível o seu estudo pelos alunos, evitando que estes tivessem que recorrer aos livros em francês, os quais, segundo ele, seriam extensos em demasia para um estudante, o qual também tem que estudar outras disciplinas além de história e logo não teria tempo de ler uma obra muito extensa.

“Mas para esse curso, se o quisermos reduzido às proporções exigidas pela simultaneidade de outros estudos preparatórios, tudo nos falta.

Servem para ele três volumes franceses, extensíssimos, ouriçados de datas: e queremos que o estudante os decore, que especialmente seja mais forte em datas. Cumpre mais que vá estudar história nacional, lendo e resumindo as raras obras que temos dessa matéria. Por fim onde acabam os livros franceses, cumpre que o estudante, vá resumir, de algum anuário histórico, os acontecimentos contemporâneos... Basta a menor reflexão para ver que tudo isso é impossível. Da impossibilidade o que resulta?

⁶⁹Idem, grifo do autor, p. 439.

O desânimo atormenta o aluno, ainda o mais aplicado, nas vésperas dos exames de história.”⁷⁰

Justiniano ainda enfatiza a importância do compêndio por ser este em língua portuguesa, enquanto que sem ele os estudantes teriam que adotar os livros franceses e se deparariam com a dificuldade de tradução e compreensão do texto.

“O que nos parece incontestável, o que de certo ninguém dos que têm a menor prática do magistério desconhecerá, é que cumpre 1º, resumir, resumir muito os compêndios, 2º, dá-los em língua comum” (...) “Enfim os livros franceses são em francês: o menino perde necessariamente um tempo imenso em interpretar o texto, quando o consegue sem erros nem contrassensos, antes de estudar a lição da história...”⁷¹.

Justiniano percebe que a escrita da história cria uma espécie de “fio temporal”, onde os acontecimentos parecem se encadear com um propósito, existindo a elaboração de uma consciência nacional na escrita da história, através da sua crítica ao uso direto dos compêndios franceses por alunos brasileiros. Justiniano mostra que percebe como a escrita da história universal por historiadores franceses estava pautada por um “franco-centrismo”, onde aparenta que todos os acontecimentos eram engendrados de modo a corroborarem com a criação e o desenvolvimento da história da França e, usando as palavras de Justiniano, escritos pelo patriotismo, à bem da exaltação e do engrandecimento da França. Com isto, Justiniano demonstra perceber a capacidade que a escrita da história nacional tem em promover o sentimento de nacionalismo, mesmo que para tanto tenha que “moldar” a escrita da história através da seleção dos fatos a serem exaltados ou esquecidos e a interpretação que dá aos acontecimentos. Justiniano demonstra estar, no que Koselleck chama, uma nova consciência de época, a qual teria surgido no final do século XVIII na Europa e se caracterizaria pelo fato de o próprio tempo passar a ser compreendido como uma transição e não mais ser experimentado como um fim ou como começo⁷². Os fatos que formavam a história nacional de um povo não eram uma mera sequência de eventos aleatórios, não podem ser vistos como algo naturalizado, sua escrita implica um direcionamento ideológico, um ponto de vista por parte do historiador

⁷⁰ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de história universal**. Rio de Janeiro, Typographia do regenerador de Just. J. da Rocha, 1860. Prefácio do compêndio, sem numeração da página.

⁷¹Idem, prefácio do compêndio, sem numeração da página.

⁷²KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC – Rio, 2006. P:288.

que modela a história de modo que essa embase o seu argumento e com este trabalho a história ganha sentido através do seu encadeamento.

“Os compêndios franceses têm gravíssimos defeitos. Escritos pelo patriotismo, à bem da exaltação e do engrandecimento da França, não hesitam em apresentar todos os fatos históricos como determinados pela influência francesa: todos os povos gravitam em redor da França. Os fatos que desmentiriam esse sistema são omitidos, são pelo menos acanhados; que não protestem contra a verdade francesa.

Assim a nós filhos de Portugueses, que já tinham as cortes de Lamego, que já tinham a admirável legislação das ordenações, apresentam eles a civilização moderna nascendo do triunfo de Luiz XI, de Richelieu, de Luiz XIV sobre a fidalguia, e quando a Inglaterra já tinha tido o seu parlamento, e sua famosa revolução político-religiosa, a declaração de direitos do seu Guilherme IV e os escritos do seu Loke, quando a Itália já há muito tinha tido as suas repúblicas, comerciais, quando a Espanha já de há muito ostentava os foros de Aragão, dizem eles do seu Montesquieu; - o homem havia perdido os seus direitos; Montesquieu os achou e os restituiu!...

Escritos para franceses, esses livros dão largo desenvolvimento aos acontecimentos da França: é justo e louvável; mas que justiça pode haver em obrigar a mocidade brasileira a afadigar-se com tantos Merovíngios e Carlovíngios, com tantos crimes e enredos dos Brumegildas e Fredegundas, enquanto que mal se lhe diz quais os fundadores da bela e livre monarquia a que pertencem seus pais?”⁷³.

O caso da escrita da história francesa é icônico, como demonstra Thaís Fonseca, pois mostra claramente as vinculações entre o fortalecimento do Estado-nação e a sua legitimação através da escrita da história, a qual serviria para criar e consolidar uma identidade nacional coletiva, faria uma “afirmação nacional” perante as outras nações⁷⁴.

Justiniano parece estar se interpondo a uma corrente que surgiu no século XIX, a qual procurava legitimar a ligação do Brasil à civilização europeia através da influência francesa e não por intermédio de uma herança portuguesa, ou como sendo uma “regeneração/degradação” de Portugal. Domingos José Gonçalves de Magalhães expressa a ideia do Brasil como filho da

⁷³ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de história universal**. Rio de Janeiro, Typographia do regenerador de Just. J. da Rocha, 1860. Prefácio do compêndio, sem numeração da página.

⁷⁴FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Ensino de história**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Sobre a escrita da história na França enquanto conhecimento social e culturalmente produzido e sua função na legitimação do Estado ver FURET, François. O nascimento da história. In: A oficina da história. Lisboa: Gradiva, s/d; OZOUF, Jacques & OZOUF, Mona. “Le tour de la France par deux enfants”: Le petit livre rouge de La République. In: NORA, Pierre (dir). Les lieux de mémoire. Paris: Quarto/Gallimard, 1997; NORA, Pierre. Lavis, institute urnational. In: NORA, Pierre (dir). Les lieux de mémoire. Paris: Quarto/Gallimard, 1997.

civilização francesa, pois teria sido graças à invasão francesa na península Ibérica que a família da corte portuguesa veio para o Brasil e este se elevou para Reino Unido, deste modo, o Brasil nascia com os tempos modernos e o progresso⁷⁵.

Para Magalhães, o Brasil deveria seguir o exemplo civilizacional da Europa, os passos que foram dados pelos países europeus no passado, de modo a chegarem no atual estado de civilização, seriam os passos que o Brasil daria no presente para, no futuro, chegar ao patamar de civilização.

“Toca ao nosso século restaurar as ruínas, e reparar os erros dos passados séculos. Cada nação livre reconhece hoje, mais que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma nação é engrandecer-se, é desenvolver todos os elementos da civilização. É mister reunir todos os títulos de sua existência, para tomar o posto, que justamente lhe compete na grande liga social, como o nobre recolhe os pergaminhos de sua genealogia, para em face do Rei fazer-se credor de nova graça”⁷⁶.

Luiz José Junqueira Freire também expressa ideia semelhante à de Magalhães ao considerar a França como modelo civilizacional, um estandarte dentre as nações europeias que deveria ser imitado. “Sigamos a França! Porque é ela o farol que ilumina todo o mundo civilizado”⁷⁷. Já Justiniano compreende que o elo civilizacional do Brasil provinha de Portugal⁷⁸ e, como coloca o cônego Januário da Cunha Barbosa, em discurso proferido no IHGB, o passado do Brasil precisava ser utilizado, encadeado como testemunha de uma experiência histórica, registrando os avanços da civilização brasileira⁷⁹.

Na primeira metade do século XIX, a escrita da história era considerada como uma tarefa pública e a obra era um bem público. Era a escrita oficial de um projeto imperial com o patrocínio do imperador. Deveria ser sincera, mostrando a sua intenção, ser patriótica, científica e útil, uma tarefa nobre que não era para qualquer um ⁸⁰. Com o decorrer do século as

⁷⁵Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P :127.

⁷⁶ Domingos José Gonçalves de Magalhães. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil, p:149. In: ARAÚJO, 2008. P:129.

⁷⁷FREIRE, Luiz José J. Elementos da retórica nacional. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1869. P: 50 – 51. In: MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista**. Londrina: Eduel, 2005. P. 65.

⁷⁸Sem, contudo, menosprezar a importância francesa nos estudos e cultura, visto que o século XIX foi um século de francofilia por excelência no Brasil.

⁷⁹Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P. 177.

⁸⁰BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana**. São Paulo: In: Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar F.F.L.C.H. USP, 1993.

identidades nacionais já estavam em formação, os principais elementos já se encontravam presentes, o território, a língua, a etnia e os símbolos nacionais, embora a unanimidade jamais tenha sido alcançada. A nação começou a ser comparada com um corpo vivo, um indivíduo, com herança, formação e memória⁸¹.

A formação da história moderna contribuiu para a formação da nação, mas nem só de memórias esse processo evoluía, porém necessitava do esquecimento, como Justiniano coloca sobre a escrita da história francesa, onde “os fatos que desmentiriam esse sistema são omitidos, são pelo menos acanhados; que não protestem contra a verdade francesa”⁸². Lembrar os fatos dignos que incitavam o patriotismo e esquecer os indignos deveria ser a função da história nacional. O conceito de nação estava carregado de futuro, era um conceito criador. E, como coloca Turin: “a cada futuro representado por um projeto nacional, se faz necessário um passado equivalente”⁸³. A história deveria criar as biografias nacionais para uma nova pedagogia para o “cidadão nacional”, o futuro tornava-se incerto, já o passado, monumental. A escrita desta história representava a escolha de um plano político e, portanto, gerava embates, como a divergência entre a história escrita pela elite carioca ligada a corte versus as histórias regionais das províncias, mas não só, envolvia os embates entre liberais e conservadores, o Estado e a Igreja⁸⁴.

No período da fundação do Imperial Colégio de Pedro II a escrita da história por ele ministrada era política e nacionalista, exaltava a colonização portuguesa, a monarquia e a ação missionária da Igreja católica, como fica evidente na lei educacional de 1827 que mostra a função moral e política da história, a qual deveria expressar os “princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica”⁸⁵ e que para o ensino dos jovens fosse utilizada a Constituição do Império e a história do Brasil.

⁸¹TURIN, Rodrigo. Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2005. Turin explica que a nação deve ser entendida como uma formação temporal e que há um sentido nessa temporalidade, tendo existido uma razão de ser que antecedeu a formação e “descobrir essa razão histórica, mapear o encadeamento das vicissitudes temporais que implicaram a formação desse *telos*: essa é a tarefa principal da história constituída como ciência”, p.16.

⁸²Esta série de pensamentos também vinha sendo desenvolvida na Europa como é perceptível na análise da teoria de Thomas Carlyle, o qual via a história universal como autobiografia da humanidade e apontava a necessidade do esquecimento, do resumo e da seleção dos fatos para a escrita da história. LOPES, Renato. **Thomas Carlyle (1795 – 1881)**. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010. P. 17-18.

⁸³Op. Cit. Turin, 2005. P. 20.

⁸⁴Sobre o assunto vide Op. Cit. FONSECA, 2011. P.42-43.

⁸⁵ ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz & SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **Colégio Pedro II: Polo cultural da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Mauad&Faperj, 2016. P. 39 – 40.

No regimento de fundação do Colégio Pedro II fica expressa essa vertente religiosa da história, em que seu ensino deveria exaltar a moral cristã e deste modo, contribuiria na formação do “bom cidadão”, subordinado ao Estado e a Igreja. Como fica evidente nos estatutos de fundação do Colégio.

“Parte I – Do regime Literário e Científico do Colégio – encontra-se ratificada a parceria entre o Estado e a Igreja para a formação do ‘bom cidadão’ que representa o modelo desejado de sociedade hierarquizada e ordenada pela subordinação de seus membros ativos aos poderes nacionais civis e eclesiásticos, sendo a educação de caráter cívico e a instrução religiosa obrigatória”.⁸⁶

Também fica expressa a função dos professores em não se restringirem ao ensino de suas disciplinas, mas inculcar nos alunos a moral, através do ensino religioso, e o respeito à pátria e ao Governo.

“Capítulo IV – Dos Professores – Compete aos professores nomeados pelo Governo, não só ensinar a seus alunos as Letras e as Ciências, na parte que lhes competir, como também, quando se oferecer ocasião, lembrar-lhes seus deveres para com Deus, para com seus pais, a pátria e o Governo”⁸⁷.

Na obra de memória do ex-aluno Alfredo Maria Adriano Escagnello Taunay, no seu registro sobre a cerimônia de formatura, mostra a ligação do Colégio Pedro II à Monarquia, pelo juramento de fidelidade ao Imperador e, segundo Andrade & Santos, além desse aspecto do plano político havia no plano simbólico a vinculação a uma das representações do Estado-nação civilizado.

Destaca-se a solenidade e importância do dia de outorga do título de bacharel, no qual também eram entregues os prêmios aos alunos que haviam se destacado. Observa-se a importância da antiguidade, sendo o prêmio de Taunay um exemplar da história de Heródoto em grego e latim, a música tocada ligava o Brasil as luzes da Europa através do repertório europeu de canções: Stabat Mater de Rossini e a profonia do Nabucodonosor de Verdi. Note-se ainda que quem é encarregado de fazer o discurso de encerramento, o professor de retórica e poética, o cônego Fernandes Pinheiro, o que mostra a importância dada as belas-letas e a herança humanista da instituição.

⁸⁶BRASIL, Ministério do Império. Regulamento n.8, de 31 de janeiro de 1838. Estabelece os estatutos para o Imperial Colégio de Pedro II. In: ANDRADE & SANTOS, 2016. P.41 – 42.

⁸⁷ Idem. ANDRADE & SANTOS. P. 42 – 43.

“Constitui o recebimento do prêmio e a cerimônia do grau de bacharel em belas-letras a 24 de dezembro de 1858, data importantíssima na minha vida de adolescente (...) para este dia tão notável nos havíamos preparado com solenidade especial (...) quantos anos se tocou a mesma música (inicial, de entrada), o mesmo trecho do *Stabat Mater* de Rossini?! (...) Silêncio, porém! Estão se apregoando o nome dos laureados. Sétimo ano, Externato, primeiro prêmio: José Viriato de Freitas (...) segundo prêmio: Alfredo Escragnolle Taunay. É a minha vez. E com passo pausado... adiantei-me ao trono. Quando tomei o meu lugar no banco dos bacharelados abri o meu livro e vi que era o ‘Heródoto’, da Coleção Nisard, em grego e latim (...) Finda a entrega dos prêmios e executada nova peça de música, a profonia de *Nabucodonosor*, de Verdi, foram chamados um a um os alunos que deveriam receber o grau de bacharel em letras, cujos símbolos ficavam sobre a mesa de frente ao Ministro do Império – borla e capelo brancos, depois de prestarem juramento de fidelidade a Deus, ao Imperador e à Constituição. (...) Depois de desfilarmos diante do trono (...) seguiu-se o discurso do professor de retórica e poética, o Cônego Fernandes Pinheiro. Ao término do cerimonial (...) levantou-se o Imperador ao som do Hino Nacional, e cada um de nós, bacharéis, tomou seu ostentoso veículo e desfilou pelas ruas até a casa, depois de alguma pausa ou pose à portaria do Colégio para mostrar-se ao povo e receber felicitações dos parentes e conhecidos”⁸⁸.

Através da análise das fontes e do levantamento bibliográfico feito ao longo deste capítulo foi possível perceber como o grupo de eruditos ligados à coroa brasileira procuravam representar e criar a ideia da nação brasileira. O IHGB mostrou-se determinante na composição da história nacional oficial e o Imperial Colégio Pedro II foi fundado com o objetivo de servir de modelo para as outras instituições secundaristas do Império, mais do que de fato conseguiu, pretendia solidificar essa ideia de nação brasileira através da instituição de símbolos; como ficou visível através da análise da fonte das memórias de Taunay – onde o ex-aluno do Colégio Pedro II lembrava-se de vários ritos e símbolos da instituição na cerimônia de laudação.

O Colégio Pedro II apresentava a história nacional brasileira como algo já existente e desse modo naturalizava ela. O Colégio também se mostrou importante na questão que tangia ligar a história do Brasil à história universal, nisso leia-se história europeia e eurocêntrica, nessa questão o ensino da antiguidade se mostrou de especial relevância, como será demonstrado no próximo capítulo.

⁸⁸TAUNAY, Alfredo Escragnolle. Memórias do Visconde de Taunay. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1948, v.6. P. 59 – 64. In: ANDRADE & SANTOS, 2016. P. 54 -55.

Capítulo 2 A EXPERIÊNCIA DO TEMPO NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO, A BUSCA POR UMA AFIRMAÇÃO DE CIVILIZAÇÃO E SUA INSERÇÃO NA HISTÓRIA UNIVERSAL

2.1 SOBRE A HISTÓRIA UNIVERSAL

A escrita de um texto histórico ultrapassa a mera sucessão dos fatos, sua escrita, seu encadeamento, a lógica da narrativa e quais fatos foram destacados em detrimento de quais foram ignorados podem nos informar muito sobre o tempo em que a narrativa histórica estava sendo escrita. Ao escolher o compêndio do Justiniano José da Rocha como minha fonte me deparei com a necessidade de refletir sobre o modo como a história estava sendo escrita e pensada no século XIX de modo a compreender como Justiniano interferiu conscientemente no relato do compêndio e ver para qual objetivo a narrativa estava sendo escrita, qual público ela visava alcançar, a final não eram simplesmente alunos de um colégio que leriam, mas esses

alunos do Colégio Pedro II eram a fina flor da sociedade, estavam sendo educados para exercerem um papel de destaque na administração da sociedade.

O compêndio de Justiniano visava solidificar no aprendizado uma base de ideias onde o Brasil era visto como uma nação moderna, criando uma consciência de nação digna de se orgulhar por pertencer a ela. Para poder analisar o compêndio de Justiniano preciso compreender como a escrita da história e o próprio conceito do que era a história estavam sendo tratados no cenário europeu, com este fim observo as reflexões que Koselleck tratou sobre a ressignificação da história no século XVIII. Creio também ser fundamental nesta análise compreender como era percebida a passagem do tempo, pois a escrita da história esta diretamente relacionada a percepção que temos sobre como a humanidade interage com a passagem do tempo, se era um tempo cíclico onde as mesmas atitudes levariam a resultados semelhantes ou se o tempo é visto como uma rodovia de mão única onde o passado não tem mais poder de influência sobre o presente e claramente a importância do conhecimento histórico é ressignificada.

Mas qual a utilidade na escrita da história? Por que os estudantes do Colégio Pedro II deveriam estudar sobre a Grécia antiga? Como um historiador deveria lidar com a história? Para tanto desejo perceber como foi a mudança na concepção da história como *magistral vitae* para uma história universal em que o tempo passou a ser compreendido de modo linear e a escrita da história assumiu uma função de estruturar e “domesticar” o passado “mostrando” de onde a civilização veio e apontando o rumo que ela segue. Mas o que é singular ao compêndio de Justiniano e o que era uso comum aos historiadores contemporâneos, pretendo perceber em linhas gerais como a história universal foi sendo concebida e tratada no século XVIII em detrimento da história cíclica para poder diferenciar na obra de Justiniano os caminhos peculiares que o compêndio seguiu guiando o ensino dos alunos para o processo da civilização que o Brasil estaria inserido.

Através do estrato abaixo é possível ter uma certa noção da consciência de Justiniano sobre o conceito de história universal como sendo esta não apenas uma mera sucessão de acontecimentos narrados a esmo, mas dotada de sentido, um encadeamento, onde “as belas faces” da “civilização moderna” deveriam aparecer,

Com os livros franceses, somos obrigados a destacar a história nacional, fazendo dela assunto de uma cadeira especial; pois nesses livros mal se faz menção das nossas coisas; como se o desenvolvimento do sistema colonial não fosse uma das belas faces da civilização

moderna, como se as ocorrências das colônias, sua progressiva opulência não tivessem exercido grande influência nos acontecimentos gerais da humanidade!⁸⁹.

mas o que seria de fato compreendido no período oitocentista como história universal e como civilização? Por que Justiniano estava preocupado em escrever um compêndio da história universal?

Antes de mais nada vale notar que a escrita da história, como ela era entendida e sua função, sofrem uma ressignificação no século XVIII. A partir do pensamento iluminista teria surgido uma história em si e para si, compreendida como uma única coisa e não mais uma sucessão, ou melhor, um acumulado de histórias. A história tornou-se um conceito reflexivo.

Koselleck, estudando o caso alemão, percebeu na troca de nomes que designavam a história uma mudança na apreensão do seu uso. Primeiro o termo derivado do latim *historie*, ligado a uma lógica clássica de compreensão da história. Depois o uso do *geschichten* que designava histórias, como se para tratar desse conhecimento tivesse que lidar com vários fatos desconexos, os quais poderiam ser usados, individualmente, como um repertório de experiências⁹⁰. Um campo de experiências, que pelo seu desenrolar poderia ser atribuído a um horizonte de expectativas, sabia-se, a partir do fato do passado, o que poderia se esperar do futuro. Entretanto, no século XVIII, houve uma mudança na compreensão do que era história e essa passou a ser denominada, na Alemanha, de *geschichte*, agora no singular, a história passou a ser uma coisa única⁹¹. Esta mudança no conceito de história se relacionou à mudança na percepção da passagem do tempo.

Justiniano também retoma o sentido etimológico da palavra história como testemunha: “chama-se história o conhecimento do passado da humanidade, o sentido etimológico dessa palavra diz testemunha”⁹², afirmando serem os historiadores como testemunhas do passado. Por assim fazer, Rocha retoma o conceito grego de *istoreín* (ιστορειν) estabelecido por Heródoto, o qual em falta de termo que designasse o que concebemos por história, como narrativa,

⁸⁹Op. Cit. ROCHA, 1860, prefácio sem marcação de páginas.

⁹⁰Op. Cit. KOSELLECK, 2006. p165 -166.

⁹¹ Idem, KOSELLECK, 2006. Koselleck afirma sobre a instituição da história moderna que “os próprios conceitos – a tríade Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna – já se encontravam disponíveis desde o Humanismo, mas foram gradativamente disseminadas para a história (*historie*) apenas a partir da segunda metade do século XVII. Desde então, o homem passou a viver na modernidade, estando ao mesmo tempo consciente de estar vivendo nela. É claro que, conforme as nações e as classes, isso era apenas parcialmente válido, mas se tratava de uma constatação, que, segundo Hazard, pode ser compreendida como a crise do espírito europeu (...) a história moderna das histórias anteriores é, antes de tudo, o estabelecimento, com a reflexão dos iluministas (*aufklärer*), de uma história em si e para si, destituída de um objeto de conhecimento. A história tornou-se um conceito reflexivo. Desde o Iluminismo, se relaciona entre si as condições do fluxo da história e as condições para a ação e o conhecimento dela”. P.31 e 165-166.

⁹²Op. Cit. ROCHA. P. I.

derivava de *id-ver* e *istor*, significando “testemunha ocular”, e depois: aquele que examina testemunhas e obtém a verdade através da indagação; fornecendo um duplo significado a *istorein* – testemunhar e indagar⁹³.

Diferentes grupos mantinham diferentes marcações, percepções, da passagem do tempo, como o tempo escatológico cristão – em que a humanidade estaria vivendo à espera do fim já anunciado pela Bíblia. Só quando essa percepção de – o fim está próximo – deixou de figurar no pensamento europeu é que se desvelou a percepção do tempo como ilimitado. Os fatores que contribuíram para essa mudança foram, obviamente, a “não chegada” do fim dos tempos, mas também o avanço das ciências, novas descobertas tornavam o futuro cada vez mais imprevisível e diferente das expectativas; a descoberta do Novo Mundo e as novidades com ela acarretadas também foram fatores que favoreceram, embora lentamente, a mudança na percepção da realidade histórica, contribuindo na criação da consciência de uma história universal, a qual estaria entrando em um “novo tempo”⁹⁴.

No século XVIII, através do pensamento iluminista começou a se perceber que há pelo menos três séculos já se estava vivendo em um período diferente do anterior. A história passava a ser uma e ganhava marcações e períodos. Enquanto se acreditava em uma história como mero acúmulo de fatos, ou seja a imutabilidade da natureza humana, a história não teria um início e um encadeamento que estaria levando a algo, as coisas da vida humana não se alteravam, trocava-se o rei, o indivíduo que exercia o cargo, mas não se trocava a estrutura da monarquia, o momento da humanidade era igual, pois a natureza humana era a mesma, as vidas dos mortais que ocupavam os diversos cargos na sociedade seja o rei ou o camponês não afetavam a estrutura da sociedade. Portanto, os fatos que valeram um século atrás continuariam a valer neste século e nos que viriam, como exemplo um camponês que não plantasse não colheria a safra, mas mesmo a própria ciência parecia estagnada, não haviam invenções significativas que mudassem as relações estabelecidas na sociedade. Os iluministas entretanto começaram a notar que esta ordem de ideias não estava mais valendo, novas formas de organização da sociedade vinham se apresentando, novas ideias surgiam sem referência no passado, novas invenções que alteravam a ordem do trabalho, a passagem do tempo não poderia mais ser ignorada pois as coisas que eram fatos em um século já eram obsoletas no outro, novas descobertas derrubavam os paradigmas, novas ocupações surgiam o papel da estrutura da monarquia estava sendo discutido, a questão não era apenas o sujeito que ocupava o cargo mas a existência do cargo em

⁹³Op. Cit. ARENDT, 2011. P.69-70.

⁹⁴Idem, KOSELLECK. Sobre o conceito de história moderna e a influência do cristianismo na percepção do que é história. P278.

si. A história universal desde o começo da humanidade até a atualidade começa a ser vista em fases, com rupturas onde o que era válido para um momento do passado não permanece válido para o presente, com essa percepção de mudanças surgiu a necessidade de dividir a história em períodos. O próprio Justiniano aponta uma divisão da história para fins práticos de estudo nas considerações preliminares do compêndio de história universal:

“Esses sessenta séculos são geralmente divididos, para o estudo da história universal, em três períodos:

1º História antiga, começando nos primeiros dias da criação até a divisão definitiva do império romano entre os filhos de Theodósio (395).

2º História da idade média, seguindo até a ruína do império do Oriente e a conquista de Constantinopla pelos Turcos (1453).

3º História moderna, vindo de então aos nossos dias.

Embora nos pareça defeituosa essa divisão, forçoso nos é adotá-la, desde que só escrevemos um resumo clássico”⁹⁵.

Entretanto, Justiniano ressalva em nota de pé de página que:

“Os defeitos dessa divisão são fáceis de reconhecer: para não entrar em longo desenvolvimento, só duas razões apresentaremos.

1. A medida que os dias tão cheios, da humanidade de hoje se vão passando, o período da história moderna vai-se tornando tão vasto, complicado de tantos fatos, dominado por tantas tendências, que será necessário subdividi-lo: já hoje vai sendo adotado o bárbaro superlativo de moderníssima, para designar a história dos acontecimentos posteriores a 1815; que bárbaros superlativos terão que inventar os nossos netos se quiserem seguir a divisão histórica que nós herdamos, e que lhes transmitiremos?
2. É impossível marcar positivamente o ponto de divisão dos períodos assim separados; por exemplo: é ponto de partida da idade média a invasão dos bárbaros. Mas essa invasão não é fato simultâneo, nem data deste ou daquele ano; a pressão das hordas orientais sobre as ocidentais levou longos anos a operar-se; já nos dias florescentes de Augusto, Virgílio aponta entre as preocupações que tiram o sono dos romanos:

Conjurat descendens Dacus ab Istro

Se tivéssemos a temerária pretensão de escrever, não um resumo, porém uma história universal desenvolvida, a esses períodos substituiríamos esses outros, que nos parecem mais razoáveis:

⁹⁵ Op. Cit. ROCHA, 1860. Considerações preliminares do compêndio de história universal. P IV – V.

1º Período pagão, estendendo-se dos tempos primitivos até o triunfo do cristianismo, e aparecimento do – *In hoc signo vinces* – na bandeira dada a Constantino.

2º Período cristão, que iria de Constantino a Lutero, do triunfo da fé até a insurreição da razão e da liberdade contra a autoridade religiosa.

3º Período filosófico, envolvendo no movimento religioso o movimento político, e indo terminar-se na revolução dos Estados-Unidos e da França.

4º Período industrial, desenvolvendo-se com o triunfo da liberdade religiosa, política e civil, nas diversas expansões que hoje nos maravilham”⁹⁶.

Conforme fica claro no estrato acima, Justiniano não só divide a história universal em períodos como ainda faz uma ressalva de que a divisão nos termos – história antiga, história da idade média e história moderna – é falha e só serviria para uma compreensão resumida da história universal. Aponta dois problemas nessa divisão: primeiro, sente que a história moderna já não se adequa ao período em que estava vivendo, o qual poderia ser designado de “moderníssimo” a partir de 1815, embora critique esse termo designando-o de bárbaro. Justiniano vai além, ao perceber a sensação de aceleração do tempo, o modo como o futuro torna-se cada vez mais incerto, prevê que mesmo o termo “moderníssimo” não será suficiente para abarcar toda a história da humanidade dali por diante e novos e “mais bárbaros” termos terão de ser empregados. O segundo problema que aponta na divisão clássica da história universal seria a impossibilidade da precisão no corte cronológico entre as divisões, pois estas seriam graduais. Por fim, Justiniano sugere para o estudo pormenorizado de uma história universal uma divisão muito mais relacionada a termos psicológicos e filosóficos do que políticos, onde o que interessa não são tanto as mudanças de monarcas, mas na religiosidade, focando, sobretudo nos desdobramentos do cristianismo.

Muito embora a questão da periodização já tenha aparecido até mesmo no século XVII, como Cellarius, que em 1685 dividiu a história universal “‘in Antiquam et Medii Aevi ac Novam’ (em Antiga e da Idade Média e Nova), foi só no século XIX que se desenvolveu um *topos* fixo da periodização histórica⁹⁷.

Koselleck afirma que a partir do final do século XVIII começou a surgir o termo *contemporâneo*, o que condiz com a percepção de Justiniano da inadequação do termo *moderno* para os tempos em que vivia. Muito embora não utilize o termo *contemporâneo*, mas

⁹⁶ Idem, ROCHA, 1860. Considerações preliminares do compêndio de história universal. P-V.

⁹⁷ Op. Cit. KOSELLECK, 2006. P. 271.

moderníssimo, o termo contemporâneo teria se iniciado a partir das novas experiências desencadeadas pela Revolução Francesa⁹⁸.

Também no fim do século XVIII a história passou a ser vista como história universal. Percebeu-se a singularidade dos eventos e com isso o abandono do *topos historia magistra vitae*. Cada fato passou a ser visto como único e não serviria mais para dar as respostas do que viria a acontecer, perde-se a certeza pela repetição mas o fato continuou válido de estudo como integrante do processo que levou até aquele momento histórico, mas esse processo acarretou na noção de imprevisibilidade do futuro. O futuro era inesperado, as mudanças ocorriam de modo cada vez mais rápido, devido a isso se teve a sensação de aceleração do tempo, mas o tempo não passou a ser visto só como acelerado e sim acarretando a noção de progresso⁹⁹. Neste contexto, surgiu a necessidade de uma história universal, a qual desse uma razão, um rumo aos acontecimentos, que lidasse com a interdependência global que se apresentava. Neste processo, os fatos fugiam à experiência direta do indivíduo – para acessar o passado, necessitava de uma maior capacidade de abstração do historiador. Deste modo, percebe-se que a história universal, compreendida no período oitocentista, era vista como sinônimo da história da humanidade e do seu desenvolvimento pelo tempo. Por isso podia aparecer no compêndio de Justiniano sem embaraço que os rumos que Alexandre, o Grande, deu à Grécia na Antiguidade aceleraram o progresso da história da humanidade, visto então como um progresso linear único, geral a toda humanidade e global por essência. Como se a ação de um indivíduo, de um povo, tivesse a capacidade de interferir nos acontecimentos de toda a humanidade, e por fim como se a história, acarretadora de progresso, pudesse ter o progresso adiantado: “(...) vejamo-lo (Alexandre) enfim conceber o projeto de unir pelos vínculos da opulência, da indústria, do comércio a Grécia ao mais remoto oriente, adiantando assim os progressos da humanidade, e o triunfo da civilização (...)”¹⁰⁰.

⁹⁸Idem, KOSELLECK. “Essa distinção entre ‘novo tempo’, ou ‘tempo moderno’ (neue Zeit), e ‘tempo contemporâneo’ (neuest Zeit) entrava agora (fim do século XVIII) em fase de crescente reflexão sobre o tempo histórico. A rápida adoção do conceito de tempo contemporâneo tem que ser interpretada como um indicador de acelerada mudança da experiência histórica e da rapidez de sua elaboração pela consciência” (...) “A nova consciência de época, desde o final do século XVIII, caracteriza-se pelo fato de o próprio tempo não ser mais experimentado apenas como fim ou como começo, mas como um tempo de transição”. P. 288.

⁹⁹ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**, 7ª edição. São Paulo. Editora Perspectiva, 2011. Hannah percebe que as palavras-chave da historiografia moderna “desenvolvimento” e “progresso” também eram as palavras-chave da ciência natural no século XIX e isto não se deu por acaso, tratava-se da cientificação da história. P. 93.

¹⁰⁰Op. Cit. ROCHA, 1860. P. 95.

A história passou a ser vista como processo e, em certa medida, foi naturalizada através da enunciação de uma razão que perpassaria a sequência de acontecimentos, criava-se a ilusão de que os acontecimentos não poderiam ter se dado de outra forma¹⁰¹.

O compêndio de Justiniano estava inserido nessa forma de escrita e percepção da história, onde o seu relato segue um fluxo, mas essa ideia engendrou uma série de dúvidas, em que ponto iniciar o relato? Como contar a história de povos antigos, já que alguns sequer deixaram escritos? Inicia-se a percepção de que a existência inteira da humanidade é abarcada pela história universal, mas que, todavia, nem por isso se produziu história em todas as épocas e era preciso a figura do historiador, moderno, para elucidar a história.

O homem nem sempre se achou de posse dos meios de comunicação, de vulgarização de ideias, de que hoje gozamos. Admitindo uma língua primitiva, revelada, ensinada aos nossos primeiros pais pela bondade do Criador, cumpria todavia reconhecer que muito tempo havia de correr antes que, pela aplicação de seu espírito analítico, decompusse ele as palavras, os sons que proferia, e reconhecesse os elementos desses sons, e encontrasse sinais e combinações que os reproduzissem, que, mudos e inanimados, falassem e vissem.

E ainda, achada a língua escrita, que de séculos não deveriam passar antes que houvesse na humanidade tanto ócio, tanta divisão de trabalho, que pudessem alguns consagrar-se ao estudo especial desses fatos, à escrita deles, que fossem levados ao conhecimento de todos? E não falamos ainda da tardia invenção do papel, qual hoje o temos, abundante e de preço ínfimo: não falamos de todos os progressos que a civilização moderna reclama como glória sua: falamos unicamente do tempo que se havia de dispensar, das dificuldades que se deveriam superar, para chegar-se ao ponto em que esteve a civilização da Athenas de Péricles, da Roma de Augusto, da Alexandria dos Ptolomeus.

Essas dificuldades davam necessariamente ocasião e entrada a mil erros, a mil omissões; outros inconvenientes lhes acresceram¹⁰².

Neste trecho, percebo a ideia de Justiniano da falta de capacidade da aurora dos tempos terem desenvolvida a sua história devido primeiro a não terem um vocabulário desenvolvido, e mesmo nos primórdios da escrita ainda faltariam condições de se escrever a história, pois esta demandaria um gasto de tempo que só após dominadas as necessidades com a manutenção da existência poderia se obter. Em certa medida, semelhante ideia se aparenta à compreensão

¹⁰¹Idem, ARENDT. “A história – baseada na suposição manifesta de que, não importa quão acidentais as ações isoladas possam parecer no presente e em sua singularidade, elas conduzem inevitavelmente a uma sequência de eventos que formam uma estória que pode ser expressa através de uma narrativa inteligente no momento em que os eventos se distanciarem no passado – tornou-se a grande dimensão na qual os homens se ‘reconciliam’ com a realidade (HEGEL), a realidade dos problemas humanos, isto é, de coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens”. P 121.

¹⁰²Op. Cit. ROCHA, 1860. P. III – IV.

antiga da necessidade do ócio para frutificar os trabalhos da mente. Aristóteles, na Grécia antiga, diferencia a existência dos homens que tem de trabalhar para a manutenção da sua existência e por isso não teriam tempo para a plena vida política dos homens, que não precisam estar na labuta diária e poderiam atingir sua possibilidade máxima na faculdade do discurso e na vida em uma pólis, esta diferença também distinguia os gregos dos bárbaros¹⁰³. No pensamento moderno, Leopold Von Ranke vê a impossibilidade de se fazer a história do período da pré-história (sem escrita) e esta, portanto, não deveria fazer parte da história, mesmo considerando que a história abrangeria, em si e para si, o todo da vida da humanidade surgida ao longo do tempo. Todavia, como muito se perdeu e permanecem desconhecidos os primeiros períodos estariam perdidos, só Deus poderia apreendê-la no seu todo ao homem caberia notar que existe um princípio vital originário que perpassa a história universal¹⁰⁴.

Este quadro de concepção da história universal como uma história da humanidade, imbuída de uma razão condutora e ordenada por fins, coaduna-se com o pensamento oitocentista europeu que procurava criar um processo de cientificação e metodização da História, como colocou Wilhelm Von Humboldt, sobre a tarefa do historiador: “o historiador, digno deste nome deve expor cada evento como parte de um todo, ou, o que é a mesma coisa, a cada evento dar a forma da História”¹⁰⁵, procurando, por assim dizer, o sentido na história, descobrindo as sequências internas e as forças ativas. No compêndio de Justiniano, ao tratar sobre a história antiga, há uma comparação entre Aristóteles e Alexander Humboldt, o naturalista, onde para destacar a importância do primeiro compara-se este ao segundo. Contudo, ressalve-se que o compêndio não foi uma criação original de Justiniano, mas antes uma tradução e adaptação de livros de autores franceses, como o próprio Justiniano destaca na abertura do livro. Ainda assim, essa comparação entre a importância do pensamento aristotélico na antiguidade, com Humboldt, é digna de nota pois expressa tanto a defesa da corrente de pensamentos de Humboldt, o que influencia na escrita e interpretação da história quanto a relevância dada a Aristóteles.

Os discípulos de todas essas escolas animam a vida ateniense, suas discussões purificam a língua, suas argúcias aguçam o espírito humano, Aristóteles, o Humboldt da

¹⁰³Op. Cit. ARENDT. P.49 – 50.

¹⁰⁴MATA, Sérgio da. **Leopold Von Ranke (1795 – 1886)**. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010. P. 206 – 212.

¹⁰⁵CALDAS, Pedro. **Wilhem Von Humboldt (1767 – 1835)**. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010. P. 87.

antiguidade, o gênio mais vasto, a aplicação mais tenaz de que há notícia, dá impulso simultâneo a todas as ciências de observação, a todos os ramos de conhecimentos humanos, descobre pela análise todos os princípios das ciências do raciocínio e das expansões literárias da imaginação¹⁰⁶.

Ainda nas considerações preliminares do compêndio Justiniano coloca que:

Chama-se história o conhecimento do passado da humanidade; o sentido etimológico dessa palavra diz testemunha.

Para assim nos constituirmos testemunhas do passado, temos três meios; a história tem pois três fontes: tradição, monumentos, crônica. A tradição é a exposição confiada de pais a filhos, espalhada pelos membros da família, ou tribo, ou nação, e que se perpetua nas sucessivas gerações.

Chamam-se monumentos os testemunhos materiais dos fatos, quer houvessem sido construídos para glorificá-los, quer tivessem outro destino, como as ruínas das grandes cidades.

É crônica enfim a exposição seca e árida das ocorrências que se vão dando, confiada a uma escrita rudimentar, de que depois o narrador filósofo, o escritor refletido, se apodera para recompor as épocas em que esses fatos se deram, para escrever-lhes a *história*¹⁰⁷.

Trecho em que Justiniano expõe o que considera como fontes da história: a tradição, os monumentos e a crônica, sendo que nenhuma delas traria em si a história, só a capacidade de a partir delas formular a história, seria tarefa do historiador a partir destes elementos supracitados construir a história. As fontes, por si, não apresentam a história pronta mas tem o poder de veto sobre o que pode ou não ser escrito. As fontes podem ser orais, e quando esses relatos são passados de geração em geração pertencem a tradição. Entretanto para que o relato possa virar a história e não apenas mais um relato tem que passar pelo crivo de um historiador. O historiador deve refletir sobre a história a ser contada e não narrar simplesmente como verdades irrefutáveis os fatos só porque ouviu dizer que algo tenha ocorrido de determinado modo. Esta concepção fica nítida pela falta do termo *história*, substituído por *exposição*, no caso da tradição e na crônica – a qual exporia os fatos sem, no entanto, dar-lhes sentido, necessitando de um “narrador filósofo” que recupere o sentido desses documentos de modo a escrever a história. Justiniano vai além e também apresenta os monumentos físicos como fontes históricas, vestígios do passado que devem ser explorados para a construção da história. Com a cientifização da história cresceu a importância das fontes e tornou-se essencial, para o

¹⁰⁶ Op. Cit. ROCHA, 1860. P. 85.

¹⁰⁷ Idem, ROCHA. P. II. Grifo do autor.

pensamento oitocentista, a análise e o escrutínio das fontes para se chegar a história, como colocou Johann Gustav Droysen no tratado sobre arte e método de 1868: o passado só é acessado através das fontes, “o que nos está disponível para a pesquisa não são os passados, mas, em parte, *resquícios* deles, e , em outra parte, *concepções* a respeito deles”¹⁰⁸.

Essa percepção do historiador como o agente que desvela a história universal por intermédio das fontes também foi partilhada por Humboldt, que afirmou na sua obra *sobre a tarefa do historiador* que “o historiador precisa compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos”¹⁰⁹, onde, ressalte-se, as fontes não trariam a história em si, porém possuiriam o poder de veto. Os eventos, quando isolados, são desprovidos de sentido, segundo a concepção da história universal, contudo no seu encadeamento, através da crítica filosófica e da análise de fontes, seria perceptível desvelar a marcha natural da humanidade, como colocou Henry Thomas Buckle, na obra *Introdução Geral à história da civilização na Inglaterra*, de 1857, o qual viria a ser muito discutido pelos intelectuais brasileiros da geração de 1870: “a verdadeira história da raça humana é a história das tendências que são percebidas pelo espírito, e não os eventos que são discernidos pelos sentidos”¹¹⁰. É no bojo dessas teorias que Justiniano afirma a necessidade da análise das fontes para discernir a razão da história da humanidade.

No meio, porém, de todas essas facilidades do erro, que alteram o testemunho histórico, vai a crítica discriminando os fatos, explicando-lhes as causas, revelando o passado, e pondo a humanidade de posse do seu patrimônio de cerca de sessenta séculos¹¹¹.

Razão esta que poderia ser apreendida pela posteridade, através de uma compreensão da história da humanidade como progresso, surge a metáfora da história como juíza, desse modo Bonifácio afirma que a história levaria os homens e suas ações “perante os tribunais da Verdade”¹¹². Para Bonifácio, no começo do século XIX, a história universal abarcaria todos os acontecimentos que cercam a humanidade, possuiria uma lógica interna e leis no seu funcionamento. Nesta percepção, haveria uma ordem natural na história universal que conduziria as sociedades da barbárie à civilização, entretanto seria este um movimento de

¹⁰⁸ASSIS, Arthur. Johann Gustav Droysen (1808 – 1884). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010. P. 42. Grifo do autor.

¹⁰⁹Op. Cit. CALDAS, 2010. P. 83.

¹¹⁰ARAÚJO, Valdei. Henry Thomas Buckle (1822 – 1862). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010. P. 244.

¹¹¹Op. Cit. ROCHA, 1860. P. IV.

¹¹² Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P. 38.

ascensão, apogeu e queda, após alcançar o máximo grau de civilização o grupo social tenderia à desorganização e a degeneração moral¹¹³. Bonifácio coloca o luxo que se obtinha através da civilização como causa da sua própria queda, semelhante ideia do luxo como desmoralizador e agente da queda da civilização se apresenta em várias passagens do compêndio de Justiniano, como a queda das colônias gregas da Sicília, a força de Roma e sobre a força do exército de Ciro “guerreiro, rei da Média e da Pérsia, tendo debaixo do seu mando um exército aguerrido, e que ainda o luxo não havia desmoralizado, Ciro não podia deixar de pretender restauração do antigo império da Assíria”¹¹⁴. Mas deste argumento resta a dúvida do que era compreendido por civilização e quais mudanças esse conceito sofreu.

2.2 SOBRE O CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO

Com a mudança no conceito de história universal, de mera soma de histórias particulares para um encadeamento próprio, com uma razão de ser e no qual cada nação moderna deveria contribuir com a sua “digna história” é que ganha corpo o conceito de civilização pari passu a extensão do conceito de nação, a qual passou a se estender para o passado e para o futuro. Mas o que era compreendido como civilização no período oitocentista? O que Justiniano entendia quando mencionou “as belas faces da civilização moderna”? Para elucidar este conceito vale retomar algumas modificações pelas quais passou o conceito de civilização no século XIX.

No começo do século XIX, o termo civilização expressava a soma das realizações intelectuais de uma comunidade, como coloca Valdeir Araújo, pautava-se nos progressos materiais e institucionais da Europa, seria um “critério quantitativo” que indicaria o grau de civilização. Esta concepção explicaria o uso do termo civilização por Bernardo Pereira de Vasconcellos em seu discurso no Senado em 1843, onde afirmou: “A África civiliza a América!”. Onde a função civilizadora da África não estaria relacionada a termos culturais, mas ao fornecimento de recursos materiais, a partir dos quais o Brasil poderia chegar ao nível de progresso europeu¹¹⁵.

Valdeir Araújo ainda afirma que a partir da historicização do conceito de civilização, o Brasil se vê obrigado a exaltar o que teria de singular enquanto nação¹¹⁶. Nesse contexto, cabe a ideia de Justiniano, onde a história nacional brasileira constituiria uma das “belas faces da

¹¹³Idem, ARAÚJO. P.76.

¹¹⁴Op.Cit. ROCHA. P.29.

¹¹⁵Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P. 105.

¹¹⁶Idem, ARAÚJO. P. 105.

civilização”, onde cada história singular faria parte do todo que formam as civilizações e que compõem a história universal e apresenta o Brasil como herdeiro de Portugal. Outra corrente de ideias é ilustrada por José Gonçalves de Magalhães, o qual acreditava que a civilização brasileira seria “filha” da civilização francesa, pois, foi só graças a invasão francesa na Península Ibérica que a família da corte portuguesa veio para o Brasil e este se elevou ao status de Reino Unido, deixando de ser apenas uma colônia. Por este intermédio, o Brasil nascia com os tempos modernos e o progresso, também instaurados pela Revolução Francesa seus desdobramentos¹¹⁷. Para Magalhães, o Brasil deveria seguir o exemplo civilizacional da Europa. Os passos que foram dados pelos países europeus no passado, de modo a chegarem no atual estágio de civilização, seriam os passos que o Brasil daria no presente, tendo em meta, no futuro, chegar ao mesmo patamar europeu de civilização.

Justiniano revela na gênese do compêndio o que considera o germen da civilização, seguindo uma lógica cristã, ao apresentar na Bíblia o começo da humanidade, e seguindo correntes europeias que tinham a noção do germen da civilização que permaneceria adormecido até se desenvolver.

Nada de mais admirável e majestosa simplicidade do que a condenação do homem: - comerás o teu pão com o suor do teu rosto. – A lei santa do trabalho, a lei de consolação e de regeneração do homem lhe é imposta assim; e ao par da morte (...) necessidades da família, vínculos primeiros da sociedade, são tão fecundos como o trabalho; nessas duas leis está o germen da civilização de que se ufana a humanidade¹¹⁸

É nesse íterim que ocorreu uma alteração no conceito de história universal, de acumulação de fatos desconexos, histórias que se encerram em si, para um campo de experiência cujo sentido serviria para toda a humanidade, onde a experiência do tempo não se apresenta mais de maneira cíclica, porém como uma estrada, a qual se dirige para o desenvolvimento de modo linear e progressivo, uma marcha das civilizações.

Toca ao nosso século restaurar as ruínas, e reparar os erros dos passados séculos. Cada nação livre reconhece hoje, mais que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma nação é engrandecer-se, é desenvolver todos os elementos de uma civilização. É mister reunir todos os títulos de sua existência, para tomar o posto, que justamente lhe compete na

¹¹⁷Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P.127.

¹¹⁸Op. Cit. ROCHA, 1860. P. 3.

grande liga social, como o nobre recolhe os pergaminhos de sua genealogia, para em face do Rei fazer-se credor de nova graça¹¹⁹.

Portanto, a civilização pode ser compreendida nessa percepção como um certo patamar de culturas, daí destaca-se a função da literatura para a edificação de uma civilização. José Bonifácio de Andrada e Silva, no Discurso contendo a história da Academia Real das Ciências desde 25/06/1814 até 24/06/1815, avalia a importância das Letras na edificação da civilização: “o aumento ou decadência das Letras em qualquer Nação é o critério mais seguro para ajuizarmos da sua civilização e prosperidade, porque as causas que promovem as ciências e as artes são as mesmas que fomentam e adiantam a felicidade das nações”¹²⁰. Esta corrente de pensamento coaduna-se com o que afirma Blair em seu tratado sobre retórica, *Lectures on rhetoric and belles lettres*, onde afirma o valor dado pelas nações civilizadas ao discurso, as quais procuravam aprimorá-lo¹²¹.

Mas também a civilização pode referir-se a um estágio da história humana, o que implica nas teorias da evolução da civilização, estagnação, degeneração e regeneração; que, como já foi exposto, deu fruto a uma série de teorias sobre a situação do Brasil como filho de Portugal – a pátria mãe, ou seu irmão, além da visão da regeneração de Portugal; esta corrente de pensamentos também deu asas a conjecturas sobre quem eram os povos realmente civilizados, os antigos ou os modernos, engendrando na querela entre antigos e modernos, a qual será discutida mais adiante no terceiro capítulo. Como Justiniano coloca sobre os povos antigos, onde a existência da vida política é essencial para o aparecimento das civilizações: “deixemo-las (descendências dos filhos de Noé) em todo esse longo período de guerras e de transmigrações, para irmos achar as sociedades políticas, os povos e os Estados na sua primeira rudimentar civilização”¹²².

Para Henry Buckle, haveria grandes leis que regem a história, assim como haveria leis que regeriam as ciências da natureza, onde o avanço da civilização se percebe pela diminuição da influência das leis físicas sobre os homens, a natureza e suas adversidades, deixariam de causar tantos empecilhos à sociedade. As nações “avançadas” deveriam pouco às características originais da natureza e seriam essencialmente urbanizadas. Buckle acreditava que o estágio de civilização havia sido obtido na Europa, todavia o restante do mundo ainda sofreria as mazelas

¹¹⁹MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. P.149. In: Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P. 129.

¹²⁰Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P.33.

¹²¹Op. Cit. MARTINS, 2005. P. 17.

¹²²Op. Cit. ROCHA, 1860. P. 6.

impelidas pelas leis físicas. Através das histórias coletadas por viajantes, por todo o mundo, estaria “permitindo-nos comparar a condição humana em todos os estágios da civilização e sob todas as variedades de circunstâncias”¹²³.

Iara Lis Shiavinatto, tecendo considerações acerca da presença de viajantes europeus que compunham uma história natural do Brasil nos séculos XVIII e XIX, percebe que apesar das diferentes formas de olhar e das diversas observações que faziam tais viajantes partilhavam de um olhar naturalista que se auto percebia como civilizado “retratando” o “sublime e o pitoresco”^{124,125}. Esses viajantes compartilhavam, ao menos em certo ponto, da teoria de Buckle sobre a civilização e viam na natureza exuberante algo alheio ao apogeu civilizacional. Tais memórias dos viajantes viriam a ser coletadas no IHGB como escopo para a construção da história nacional, segundo Shiavinatto, essas memórias – que incluíam muitas cenas costumeiras com negros e escravos, a “população heterogênea”, nas palavras de Bonifácio – circulavam no IHGB. No instituto, essas memórias eram valorizadas, na ausência de documentos, este tipo de escrita – memória – servia como fonte, atuava como testemunha sobre fatos e lugares, preenchendo as lacunas, de outro modo intransponíveis, da história do Brasil, uma história que deveria abarcar o passado glorioso e exaltar a monarquia, apresentar o Império brasileiro como uma civilização para as demais nações¹²⁶.

Para o cônego Januário da Cunha Barbosa, o passado do Brasil precisava ser utilizado, revelando-se como testemunha de uma experiência histórica, registrando os avanços da civilização brasileira¹²⁷. Neste bojo, pode ser compreendida a fundação do Colégio Pedro II, em 1837, e de outros lugares de memória, como o IHGB em 1838 – responsável pela elaboração da história nacional, a Academia Imperial de Belas Artes em 1827, a Real Academia de Artes em 1820 – responsável pela produção iconográfica da imagem oficial do país, e a criação do

¹²³ Op. Cit. ARAÚJO, 2010. P.228. Sobre a influência exercida pelas leis físicas Buckle considera que a “influência exercida pelas leis físicas sobre a organização da sociedade e sobre os caracteres individuais (...) clima, alimentação, solo e o aspecto geral da natureza (...) a última dessas classes (...) produz seu principal resultado pela excitação da imaginação e pela sugestão dessas inúmeras superstições (...) como, na infância de um povo, o poder de tais superstições é supremo”. P.234.

¹²⁴ Op. Cit. MARTINS, 2005. Sobre a questão do sublime e do pitoresco, eram temas correntes no ensino de retórica e vários debates foram formulados acerca da definição desses dois tópicos. Hugh Blair, escocês famoso por seu tratado acerca da retórica, considerava o sublime como algo dotado de extraordinária força, como o vazio, o infinito, os cavalos e o oceano, dentre outros. Seu tratado teve grande repercussão na Europa e serviu de base para o compêndio do português Francisco Freire de Carvalho, adotado aqui no Brasil pelo Colégio Pedro II por vários anos.

¹²⁵ SHIAVINATTO, Iara Lis. **Imagens do Brasil: entre a natureza e a história**. In: JANCSÓ, István. Formação do Estado e da nação. São Paulo. Editora: Unijuí& Fapesp, 2003. P.618.

¹²⁶ Op. Cit. SHIAVINATTO, 2003. Shiavinatto discorre sobre a questão dos viajantes e suas memórias acerca do Brasil e do posterior uso destas pelo IHGB, o qual “buscava a elaboração de uma acepção de história que amarrasse coerentemente o *rio da história brasileira*, o seu passado vislumbrado na majestosa natureza, numa coleção de paisagens e o seu presente com governo monárquico, marcado pela civilização”. P.630. Grifo da autora.

¹²⁷ Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P.177.

Arquivo Público em 1838. Vera Lúcia Cabana de Andrade e Beatriz Boclin Santos apontam que estes investimentos da diretriz política no campo da educação e da cultura são marcas dos elementos constitutivos do projeto civilizatório imperial, no qual o Colégio Pedro II figurou como “guardião da herança civilizacional e patrimonial, garantia da perenidade do Estado e identidade nacional”¹²⁸.

No tocante ao conceito de civilização, ainda vale destacar a relevância que os estudos sobre a Antiguidade assumiram. Como pontua Bonifácio:

Apesar porém de todos esses progressos jazia ainda a Europa em densas trevas. Mas as faíscas do lume, que se ia aumentando com o novo estudo e leitura dos Gregos e Romanos, faziam já fermentar a matéria caótica, que desenvolvendo-se, e cristalizando-se, ia criando um novo mundo de ciência e civilização. É verdade que a princípio os olhos, oprimidos de longo sono, mal podiam encarar a imensa luz, que se ascendia; e mediam com pavor o profundo abismo, que os separava dos séculos brilhantes de Péricles e de Augusto, mas pouco a pouco foram-se os espíritos fortalecendo e animando¹²⁹.

Embora, como discorre Valdeci Araújo, nessa época do discurso Bonifácio ainda não empregue o termo “civilização” com a mesma “tessitura histórica” que terá mais adiante, é interessante observar a defesa que Bonifácio faz da vinculação dos estudos sobre os antigos com o avanço da ciência e da civilização. Ele retrata a Idade Média como o período de obscuridade do intelecto europeu e que através da retomada dos textos antigos, voltava a enxergar; metáfora corriqueira que se expressou também com o pensamento iluminista – de uma nova época em que a humanidade avançaria nas ciências e percepção da Idade Média como um “período perdido”, sem avanços.

Seria um novo mundo de ciência e civilização que se apropriava dos exemplos da Antiguidade, em meio a isto, percebia-se uma sensação de aceleração do tempo; contudo o desenvolvimento das ciências seria uma restauração, por isso a metáfora de voltar a ver, do despertar, a recuperação de uma imagem ideal do mundo, a realização de um princípio que ficou latente à espera do momento propício para se desenvolver.

No Colégio Pedro II, os estudos das humanidades proporcionavam aos Bacharéis em Letras uma marca de pertencimento à elite cultural, como afirmam Andrade & Santos, através da educação clássica, do estudo do latim e línguas estrangeiras, garantia-se a participação social

¹²⁸Op. Cit. ANDRADE & SANTOS, 2016. P.39 e 56.

¹²⁹SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Discurso, contendo a história da Academia Real das Ciências, desde 25 de junho de 1814 até 25 de junho de 1815. P 358 – 9. In: Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P. 35.

no mundo civilizado, pela literatura e retórica angariava-se o domínio político e pelo conhecimento da história universal e pátria conferiam a identificação da nação brasileira como civilizada, branca e cristã¹³⁰.

Mas o conceito de civilização, como visto anteriormente, implicava em uma evolução histórica para alcançar o patamar de nação civilizada, o que implicou na colocação de, ao menos, alguns problemas de categorização, onde estaria o Brasil no quadro do desenvolvimento das civilizações? Caso ainda não pudesse ser considerado civilizado, qual seria o lastro para a sua ascensão? Os povos da Antiguidade eram civilizados ou pertenciam a infância da humanidade? Para tentar solucionar tais questões muito foi debatido pelos letrados brasileiros e alguns quadros teóricos se destacaram nos embates dentro do IHGB.

Como já visto no primeiro capítulo, na primeira metade do século XIX, a escrita da história era considerada como uma tarefa pública e a obra era um bem público, era a escrita oficial de um projeto imperial, com o patrocínio do Imperador. Deveria ser sincera, no sentido de mostrar a sua intenção, patriótica, científica e útil, uma tarefa nobre que não era para qualquer um. O historiador era um escritor monárquico constitucional, cuja importância autor-nação dirigia-se ao monarca e tinha no IHGB o polo produtor da história nacional por excelência¹³¹.

A história nacional deveria apresentar o Brasil como uma nação civilizada e para tanto apresentar como o Brasil chegou a este patamar. Como Altoé afirma, a pátria brasileira deveria se apresentar como integrante do processo mais geral de formação dos países europeus, inserindo-se na história universal¹³².

Uma corrente, anterior à fundação do IHGB, procurou identificar em Portugal a chama da civilização que deveria passar ao Brasil, primeiro identificando na história de Portugal as leis do desenvolvimento das civilizações e dos povos. O Mediterrâneo seria o berço das civilizações e Portugal faz parte deste berço, estaria iluminado pela civilização, como coloca Justiniano:

E uma observação antes de ir adiante: das regiões que beiram esse mar (Mediterrâneo), veremos em todas as épocas sair, desenvolver-se, a civilização? Estrada comum da Ásia, da Europa e dessa parte setentrional da África que vasta cinta de areias separa das regiões meridionais, ainda hoje bárbaras, o Mediterrâneo, com os fenícios, com os cartagineses, com a Grécia, Roma, Veneza, Gênova, Espanha e ainda com Portugal, foi o caminho da

¹³⁰Op. Cit. ANDRADE & SANTOS, 2016. P. 54.

¹³¹Op. Cit. TURIN, 2005. P. 98.

¹³²Op. Cit. ALTOÉ, 2016. P. 22.

civilização, da troca recíproca de produtos, de inventos, de riquezas, de estudos, que trouxeram o homem ao grau de progresso em que o vemos¹³³.

Esta vertente procurava ver uma lógica através do encadeamento dos fatos, ou fragmentos, cujo desenrolar é que seria importante¹³⁴. Tal suposição via o passado em movimento e afastava-se da percepção do presente passado. Primeiro surge a teoria de que Portugal, após ter despertado para as Luzes com a retomada dos antigos e o avanço das ciências, estaria em um processo de ascensão progressiva, contudo, tais expectativas se viram frustradas com a Revolução Francesa, a qual parecia impossibilitar as tentativas de recuar o presente em um processo direto desde a restauração portuguesa de 1640. A revolução de 1789 desmoronou com a aparente evolução linear lusitana que havia sido retomada por D. João IV, marcando o retorno da desordem e da intranquilidade¹³⁵.

Com a desesperança de instaurar uma linha de progresso contínuo temporal para Portugal, surgiu o tema da “nova Lusitânia”, o Brasil seria a possibilidade de regeneração de um Portugal combalido, visto que se apresentava a impossibilidade de regenerar a glória da própria civilização portuguesa ibérica, abria-se as portas para a regeneração portuguesa além-mar. Todavia, esta teoria dava margem a problemas e incorria no risco de apresentar o Brasil como uma degeneração da civilização portuguesa, além de não especificar desde quando o Brasil era uma nação por si, não distinguindo a sua história independente como reino.

Como resposta a este problema, apresentava-se a teoria do Brasil como “nova Grécia”, um retorno a civilização em seu começo brilhante e vigoroso¹³⁶. Neste quadro de desenvolvimento das civilizações, o mundo grego antigo representaria a infância do mundo, por se tratar de uma época primordial à história da humanidade, na qual as artes e as ciências ainda não haviam recebido regras e um sistema, apesar do período clássico ainda assim ser visto como um período de grande desenvolvimento das Letras, muito embora voltadas mais para seus aspectos “estético/ornamentais” do que científicos. Valdeci Araújo observou o quadro de avanço das civilizações criado por Bonifácio, este quadro dividia em períodos a história da humanidade, via como primeiro período o mundo grego como infância da humanidade. Em uma segunda época, ainda na Antiguidade, teriam surgido as Academias. O terceiro período foi marcado pelas invasões dos bárbaros “setentrionais”, deixando o mundo em “trevas”. Por fim,

¹³³Op. Cit.ROCHA, 1860. P 42 – 43.

¹³⁴Op. Cit. ARAÚJO, 2008. P. 52.

¹³⁵Idem, ARAÚJO. P .52.

¹³⁶Idem, ARAÚJO. P. 54.

o quarto período compreenderia o tempo presente, marcado pelas academias e sociedades literárias.

Nesta perspectiva, o Brasil estava para Portugal assim como Roma estava para Troia, a qual embora derrotada e incendiada, tendo um fim pelas mãos dos aqueus, teria renascido no Lácio através de Enéias, o qual estaria predestinado a levar a chama da civilização troiana adiante e a partir deste fenômeno Roma foi fundada¹³⁷, tendo as suas raízes em Troia.

Esta lógica que apontava o Brasil como herdeiro da civilização era permeada pela crença da universalidade da razão humana, a qual apontaria para a continuidade civilizatória, sendo jovem, o Novo Mundo, não teria que arcar com a herança de um passado envolto em um período de obscuridade e desgaste, e como os produtos da razão seriam aplicáveis universalmente eles poderiam se pautar no exemplo europeu sem ter que repetir a sua experiência, evitando assim incurrir nos mesmos erros, retrocessos e hesitações que haviam marcado o processo histórico português.

Justiniano apresenta a ideia dos antigos vistos como o início da civilização, no seu estágio de infância, como fica evidente na passagem abaixo, onde a existência da política e das cidades iria caracterizar o surgimento da civilização: “Deixemo-las em todo esse longo período de guerras e de transmigrações, para irmos achar as sociedades políticas, os povos e os Estados na sua primeira rudimentar civilização”¹³⁸.

Mais à frente, citando o caso do Egito, o coloca como civilização primordial, que até teria sido responsável por levar a chama da civilização à Grécia: “O Egito é dos Estados primitivos o que mais atenção merece; daí partiram os civilizadores da Grécia”¹³⁹, e este feito já contaria até mesmo nos mitos desses povos, os quais para Justiniano não devem ser levados como máximas de verdade porém também não deveriam ser de todo desconsiderados pois poderiam guardar, verdades que através da crítica teriam a capacidade de contar a história. “Cumpre não desatender à fábula que nos apresenta os quarenta filhos de Egyptus casando com as quarenta filhas de Danaus, suas parentas”¹⁴⁰. Mas como o mito não expressa em si uma verdade, Rocha o coloca como nota de pé de página para ilustrar o argumento de que a civilização teria alcançado a Grécia através da influência do Egito. Rocha ainda cita a importância da propriedade para a existência da civilização, primeiro apontando que esta só

¹³⁷Enéias teria fundado Alba e esta teria sido incorporada na criação de Roma, a mãe do próprio Rômulo, fundador de Roma, seria de Alba.

¹³⁸Op. Cit. ROCHA, 1860. P. 6.

¹³⁹Idem, ROCHA. P. 31.

¹⁴⁰Idem, ROCHA. P. 31.

pôde passar a existir após o estabelecimento das primeiras tribos sedentárias e depois volta a exemplificar a importância da propriedade com o caso do Egito.

Quando as inundações regulares do Nilo obrigavam a população do campo a refugiar-se nas cidades, construídas sobre eminências a que não chegavam as águas, os limites e marcos divisórios das propriedades rurais desapareciam; na retirada das águas ninguém já distinguia o seu e o alheio: os sacerdotes com auxílio da geometria e da astronomia, achavam para cada um a sua propriedade, e salvavam a civilização que nela se baseia¹⁴¹.

Neste ponto, o pensamento expresso no compêndio lembra o que Buckle irá afirmar sobre a importância da existência das cidades para o desenvolvimento das civilizações¹⁴².

A partir dessas considerações sobre o conceito de civilização é possível perceber como este conceito esteve em voga na escrita da história nacional do Brasil no período de Justiniano e como a questão do pertencimento do Brasil ao patamar de civilização, patamar europeu de civilização, era uma questão cara a narrativa da história universal ensinada no Colégio Pedro II. Através da defesa do pertencimento do Brasil na marcha das civilizações legitimava-se o Brasil como nação livre e seguindo rumo ao progresso. Ainda vale destacar que o conceito de civilização também influenciou na maneira como era feita a escrita da história pela concepção de tempo assumir um caráter progressista, parte-se de um ponto no passado onde não havia a civilização e encaminha-se rumo a civilização, neste contexto a escrita da história brasileira vem na defesa do Brasil como uma nação que já alcançou o nível de civilização e procura inseri-la na história universal como uma nação digna de nota.

2.3 A ANTIGUIDADE CLÁSSICA NA ESCRITA DA HISTÓRIA

É possível perceber como a Antiguidade Clássica foi usada no processo de legitimação da nação, sendo inserida na disciplina de história ministrada pelo Colégio Pedro II. Havia a necessidade da apropriação dos modelos antigos, a recepção dos textos Antigos e sua reapropriação foi um fenômeno que também se apresentou em países europeus no século XIX na construção da legitimidade da nação.

Vale atentar para o fato de que os autores clássicos e os textos antigos passaram por uma ressignificação ao longo do tempo, tendo diferentes valores atribuídos as suas obras. Creio que através desta reflexão será possível constatar a afirmação de Hartog, de que as nossas perguntas

¹⁴¹Idem, ROCHA. P. 32-33.

¹⁴²Op. Cit. ARAÚJO, 2010. P.235.

sobre a história são pautadas no nosso presente, de tal sorte que a escrita da história em uma época sobre determinado assunto é diferente da escrita de outra época sobre o mesmo tópico¹⁴³. Portanto, a escrita da história antiga era uma necessidade do século XIX, o desenvolvimento desta respondia a uma demanda da época para a legitimação da nação.

Começarei fazendo um breve comentário sobre as mudanças na recepção da Antiguidade na Europa, pelo viés da historiografia moderna, reflexão que se mostra necessária considerando que a elite brasileira procurou se espelhar nas luzes do velho mundo e reapropriou as ideias deste ao caso brasileiro. Deste modo, possibilitando a compreensão do uso da Antiguidade no século XIX, período em que se almejava constituir a história como ciência.

Depois passarei ao estudo do caso brasileiro, percebendo como foi a interpretação e o uso dessas correntes ideológicas, sobre o uso da Antiguidade, na chegada ao Brasil. Mais à frente, fazendo uma análise de caso, através do modo como a antiguidade aparecia nos compêndios empregados no Colégio Pedro II, percebendo como tal estudo era utilizado, se era um modelo a ser seguido ou uma fonte inspiradora, vendo qual era a credibilidade do relato dos antigos.

Deste modo, este estudo permitirá observar as relações entre antigo e moderno na escrita da história destinada aos alunos do Colégio Pedro II no Brasil do século XIX tendo em mente que a Antiguidade Clássica foi utilizada para obter-se uma legitimidade da nação na nova concepção de história que estava se formando no século XIX, uma história científica.

2.4 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CLÁSSICO

O que entendemos por clássico atualmente foi um conceito construído ao longo do tempo. A Antiguidade Clássica teve diversas reapropriações tanto no grau de relevo dado a esta área de conhecimentos; quanto ao modo como ela era compreendida e escrita. Os estudos que abarcam os textos clássicos e as disciplinas de cunho clássico, como o aprendizado das línguas grega e latina e o uso da retórica, foram sofrendo diversas ressignificações, a própria construção do conceito do que era ser clássico, antigo e moderno influenciou na escrita da história e na importância que estes textos exerceram. Outro ponto que vale mencionar brevemente foi a

¹⁴³HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Sobre a questão da escrita da história como necessidade do presente Cf.: RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**, Tomo III, Campinas, SP: Papyrus, 1997. P. 372. Onde este discute o conceito de ser-afetado-pela-história “é o próprio propósito de ‘fazer a história’ que reclama o passo atrás do futuro para o passado: a humanidade, dissemos com Marx, só faz sua história em circunstâncias que ela não fez (...) somos os agentes da história só na medida em que somos os seus pacientes”.

questão dos selvagens em referência ao par antigo e moderno, engendrando dúvidas sobre como os selvagens e os antigos poderiam ser interpretados diante dessa tríade e como a relevância dos textos antigos também se viu abalada diante desse fato, por conta dessa alteração na percepção do que era ser antigo e o grau de prestígio e legitimidade que a menção aos antigos exerciam na escrita dos textos modernos é que vale a pena ser mencionada essa transição na concepção do que era visto como antigo no presente texto, já que uma forma de descrever algo é através da antagonização com o outro e informando o que o moderno e o selvagem são esta informando o que o antigo não é.

A partir dessas variações os escritos dos autores antigos, como Tucídides e Tácito, passaram de fontes fidedignas a modelos, sejam estes literários e ou morais. Com este estudo irei fazer uma breve retomada e comparação de algumas das mudanças de maior destaque que ocorreram na concepção da Antiguidade Clássica especialmente pelos europeus. Por meio desta análise, fito orientar mais adiante a minha compreensão do uso da Antiguidade no Colégio Pedro II nas primeiras décadas dessa instituição, observando a qual referencial a historiografia moderna se dirigia quando se referia ao clássico, observando que o antigo serviu como fonte não só para construir a história através dos fatos mas o modo como se daria a narrativa histórica, ultrapassando a função de fonte e chegando a exemplo literário de beleza de escrita. O modo como a antiguidade foi ressignificada também influenciou no modo como se escrevia a história, a percepção da passagem do tempo e o papel do historiador na construção da narrativa histórica. As mudanças no uso da disciplina de retórica ajudam a evidenciar esse processo onde a mudança da função do clássico na escrita alterava a própria maneira como era compreendida a narrativa histórica. Cabe salientar ainda que a disciplina de retórica, disciplina exaltada na Roma antiga, ainda era exigida no Colégio Pedro II no ensino da geração que deveria vir a administrar a máquina do Império brasileiro, mas sua função também sofre ressignificações da Antiguidade até o período moderno.

Destaca-se que os estudos sobre a Antiguidade Clássica sempre se mantiveram em maior ou menor grau de circulação na Europa. Os textos antigos tiveram seus usos reapropriados, sendo utilizados como fontes, modelos de escrita e ou modelos morais. No caso de o texto antigo ser utilizado como fonte, o passado deveria se desdobrar revelando os acontecimentos como estes ocorreram. Caso fosse como modelo moral, seus escritos serviriam para “elevar os espíritos” através de relatos de exemplos e virtudes. Se seu uso fosse o de modelo de escrita, era especialmente pela valorização da retórica e da sua beleza literária, assim como coloca Helton Adverse sobre o uso da retórica por autores cristãos no período do

renascimento¹⁴⁴. A disciplina da retórica deveria responder a uma tripla função: *docere movere et delectare*, ou seja, através da beleza e da eloquência do relato, o ouvinte ou leitor deveria adquirir um conhecimento e ser levado a ação.¹⁴⁵

A retórica foi considerada de extrema relevância até mesmo para inspirar a fé cristã. Foi este o caso dos escritos de Santo Agostinho e Santo Ambrósio, ainda no início da era cristã, os quais criticaram o paganismo usando a sua própria arte de escrita¹⁴⁶. Os trabalhos de ambos são citados no compêndio de Justiniano José da Rocha. Deve-se levar em conta que pela natureza do objeto desse estudo – um compêndio - este manual não foi propriamente escrito por Justiniano, mas ele fez uso de diversos textos de autores europeus e compeliu em um livro didático da forma que considerou mais apropriada para o aprendizado dos jovens estudantes, contudo as suas escolhas do que seria incluso ou do que ficaria esquecido no livro didático também revelam uma escolha por uma narrativa histórica, para fim de estudo tratarei do compêndio citando Justiniano como autor, mas a autoria de Justiniano deve ser matizada.

Justiniano defende a beleza literária das obras dos autores antigos e os coloca como exemplos de oradores, sustenta ainda a importância da retórica para os cristãos, mostrando que essa arte, mesmo sendo de povos pagãos, deveria ser utilizada pelos cristãos para firmar a verdade nos corações abalados¹⁴⁷. Consta no compêndio que esses oradores teriam até superado os oradores pagãos, mas ainda assim esses novos oradores, os alunos do Colégio, não deveriam abandonar o estudo dos antigos:

Ambrósio, arcebispo de Milão, sustenta a causa cristã com eloquência irresistível contra o orador Symmacho; Agostinho, bispo de Hippona, Jerônimo em Belém, Basílio, Gregório Nazianzeno, João Chrysostomo, oradores, escriptores admiráveis, sustentam a verdade e a pureza cristã, firmam-a nos corações abalados. Os trabalhos de S. Jerônimo sobre as sanctas Escripturas são especialmente dignos

¹⁴⁴ADVERSE, Helton. Política e retórica no humanismo do renascimento, **O que nos faz pensar**, nº 27, maio de 2010.

Disponível em: http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_27_06_felipe_charbel_teixeira.pdf

Acessado em: 10/06/2019.

¹⁴⁵TEIXEIRA, Felipe Charbel. A retórica prudencial de Maquiavel e Guicciardini, **O que nos faz pensar**, nº 27, maio de 2010.

Disponível em: http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_27_06_felipe_charbel_teixeira.pdf

Acessado em: 10/06/2019.

¹⁴⁶Sobre o uso da retórica pelos cristãos Cf.: PINTO, Fabrina Magalhães. Retórica e filosofia na formação do pensamento moderno, **O que nos faz pensar**, nº27, maio de 2010, p.63. “A verdadeira eloquência, para humanistas cristãos como Erasmo, é aquela que, ao mesmo tempo em que mostra a verdade, visa a modificação da alma do homem, conduzindo-o em direção ao seu aprimoramento moral”.

¹⁴⁷PINTO, Fabrina Magalhães. Retórica e filosofia na formação do pensamento moderno, **O que nos faz pensar**, nº27, maio de 2010, p-63. Fabrina trata sobre o uso da retórica nos séculos XV e XVI para inspirar a fé cristã. “A verdadeira eloquência, para humanistas cristãos como Erasmo, é aquela que, ao mesmo tempo em que mostra a verdade, visa a modificação da alma do homem, conduzindo-o em direção ao seu aprimoramento moral”.

de menção. Versado nas letras gregas e latinas, esse doutor da igreja lê todos os interpretes, consulta os documentos históricos, e sobre o original hebraico dá dos livros sagrados a tradução aceita pela igreja com o nome de Vulgata” (página 192). “Comparados ainda simplesmente pelo lado litterario, os escriptos desses padres da Igreja com a prosa, com a poesia pagã daquelles tempos, comprehende-se que o paganismo está morto, ainda antes que Theodosio publique o decreto vedando-lhe os sacrificios e todas as cerimônias (392)¹⁴⁸.

Os estudos dos antigos no Colégio Pedro II sofreu alterações ao longo dos anos, dentre elas estava a mudança na percepção da importância do trabalho dos antigos, sendo referenciados pela sua beleza literária e ou tidos como fontes. Mas vale refletir, o que é antigo? Como este período tornou-se um par antagônico ao moderno? Quais usos foram dados aos escritos antigos de modo que estes se mantiveram em circulação na Europa podendo chegar aos letrados do período oitocentista?

Ainda no século VI, surgiu o neologismo *modernus*, termo cunhado a partir de *modo*, recentemente, assim como o termo *hodiernus*, de hoje, formando o par de opostos: antigo/moderno¹⁴⁹. O termo moderno surgiu como referência a algo recente ou do presente, já o termo antigo referia-se a algo do passado e confundia-se com o termo velho.

A escrita da história deveria ser inspirada pelo modo de escrita antigo, mas não deveria parar por aí: deveria ser reapropriada e melhorada, havia a concepção do tempo visto como progresso e não mais somente decadência e saudoso afastamento da época de ouro, a Antiguidade¹⁵⁰.

Loys Le Roy afirmou que se Cícero acreditava que os romanos haviam melhorado o que receberam dos gregos, e estes aprimorado o que receberam dos bárbaros, por que os modernos não aprimorariam o que receberam da Antiguidade¹⁵¹? “*Scripsit historiam ut Graeci scripserunt, summit*”¹⁵². Conceito semelhante ao que aparece expresso na passagem do compêndio de Justiniano supracitada, pelo qual os alunos deveriam refletir como uma arte de origem pagã, a retórica, foi utilizada pelos cristãos de modo a estimular a fé cristã, observando os textos antigos como referenciais estéticos naquele caso.

¹⁴⁸ ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de história universal**. Rio de Janeiro, Typographia do regenerador de Just. J. da Rocha, 1860. P-193. Grafia original.

¹⁴⁹CURTIUS, E. R. Literatura européia e Idade Média latina, tradução portuguesa, São Paulo, Hucitec / EDUSP, 1996. P.320. In.: HARTOG, F. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003 e Cf.: SOUZA, Laura de Mello. *Idade Média e Época Moderna. Fronteiras e Problemas*.

¹⁵⁰ HARTOG, François. Evidência da história. In: **O que os historiadores veem**. P.-125. “O tempo não era mais fundamental e uniformemente decadência; era progresso, ou melhor, havia progresso no tempo”.

¹⁵¹L. LE Roy, De La vicissitude, Paris, Fayard, 1988, p. 440. *Apud.*: HARTOG, F. Idem. 2003.

¹⁵² Onde os historiadores devem escrever a história como os gregos, os maiores. Cícero, De Oratore II, 51 *Apud.*: PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da Historiografia**. Ouro Preto. N°6, p. 115, mar, 2011.

Vasario definiu *maniera ântica* equivalendo ao que atualmente se chama de clássico, mas o termo moderno só teria adquirido seu caráter de oposição ao antigo no Renascimento, qualificando o “outro” para desta forma poder se distinguir¹⁵³. Foi ainda no século XVI, no Renascimento, que se estabeleceu a Antiguidade “Clássica” como referente ao mundo greco-romano pagão, houve então uma grande reapropriação da Antiguidade, através dos textos, das artes e mesmo da arquitetura.

A partir da análise de Payen, é possível observar várias mudanças na recepção dos autores clássicos por parte dos estudiosos europeus desde a Antiguidade até o século XIX. Dentre estas mudanças cabem destacar as diversas leituras feitas sobre os textos antigos, considerando-os como fontes e/ou modelos, além da variação da importância dada ao uso da disciplina de retórica. O uso desta última deve ser levado em conta, pois afetou diretamente a forma que a Antiguidade foi compreendida no Brasil imperial. A notoriedade que tais estudos de cunho clássico angariaram deve ser percebida como uma construção ao longo do tempo e não um processo natural. Os diferentes modos de usar a Antiguidade responderam a demandas contemporâneas a sua escrita, cabe observar que se destacam três grandes correntes históricas entre os séculos XVI e XVIII, cada qual teria se apropriado dos modelos antigos a seu modo.

A *história humanista*, de inspiração ciceroniana, fazia uma redescoberta da literatura antiga, uma “*historia magistra vitae*”, que acreditava que a história deveria servir à instrução do leitor, apresentando exemplos de modelos de comportamentos. Esta corrente buscava, nos antigos, exemplos não só nas guerras, mas em seus legisladores, políticos e magistrados. A história ainda aparecia nessa concepção como gênero retórico, exaltando historiadores antigos como mestres da eloquência.

A *história erudita* desenvolveu-se a partir do século XV, a qual valorizava o conhecimento das línguas antigas e dos textos, marcada pelo surgimento de traduções, dicionários e dos “antiquários”. Entretanto, esta concepção histórica não teria se desenvolvido de forma uniforme na Europa.

A partir disso, o termo clássico é tido como referência à qualidade exemplar, a um período cronológico superior, ao estilo histórico específico e a uma categoria estética¹⁵⁴. O próprio termo “clássico” seria uma reapropriação do conceito romano de *classicus*, membro da

¹⁵³VASARIO in: SOUZA, Laura de Mello, Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. **Signum**, Revista da ABREM (Associação Brasileira de Estudos Medievais), vol. 01, número 07, p- 223-248, 2005.

¹⁵⁴ SCHEIN, S. L. Our debt to Greece and Rome: Canon, Class and Ideology. In : STRAY, C. A., HARDWICK, L., **A companion to classical receptions**, New Jersey: ed. WILEY-BLACKWELL, 2007. P:75-85.

classe mais alta¹⁵⁵. Porém, já no século XVII, Bacon percebe a sua época como sendo os verdadeiros antigos, surgindo assim o pensamento da antiguidade como infância do mundo, nessa percepção, os modernos teriam séculos a mais de experiência¹⁵⁶. Caminhava-se para outra concepção do modo de se fazer e compreender a história e a sua passagem no tempo e o papel dos antigos nessa escrita era revisto.

Outra questão que deve ser considerada foi a entrada dos selvagens no par antigo/moderno, com a descoberta do Novo Mundo. Em um primeiro momento, os antigos serviram como referência para a compreensão desse Novo Mundo, com as sereias e monstros, equivalendo aos míticos relatos dos confins do mundo. Mas após os primeiros relatos dos viajantes, se estabeleceu semelhança entre os recém-descobertos selvagens e as sociedades do mundo antigo. A partir dessa nova percepção, que identificava os selvagens americanos aos antigos gregos, construía-se, aos poucos, a ideia de que o afastamento espacial corresponderia à distância no tempo¹⁵⁷. Se a querela entre antigos e modernos não se fez tão presente, a querela sobre os selvagens esteve na pauta de discussões do Brasil no século XIX através do IHGB¹⁵⁸. Turin aponta que a questão apresentava dois problemas principais. O primeiro, se os selvagens estavam em um estado de natureza ou eram formas decaídas de civilizações anteriores. O segundo, sobre a possibilidade, ou não, de catequizar esses povos. A partir dessas ponderações “instaurava-se um vaivém entre os selvagens e os antigos regulados pelo paralelo, visto como produtor de inteligibilidade”¹⁵⁹, onde observar os selvagens passou a ser uma maneira de ser moderno.

Chateaubriand, no seu *Essai*, começou exaltando a liberdade dos selvagens, desvalorizando a liberdade política antiga e as tentativas modernas (revolucionárias), mas sua escrita também não deixou de se basear no *topos da historia magistra vitae*. Na sua publicação

¹⁵⁵ HARDWICK, L. & STRAY, Christopher (ed.) A companion to classical receptions. In: SOARES, Bruno C. Brulon. O rapto das Musas: apropriações do mundo clássico na invenção dos museus. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, V.43, 2011. P-52. Bruno considera que o termo clássico foi cunhado a partir de uma expressão da Roma antiga sobre os diferentes estratos sociais: “o uso documentado da palavra ‘clássico’ remete à famosa passagem do segundo século d.C., da *Noctes Atticae (Noites Áticas)* de *Aulus Gellius*, na qual Gellius atribui a M. Cornélio Frontão, um conhecido orador e amigo do imperador Marco Aurélio, um uso figurativo do adjetivo *classicus*. Nesta passagem, Frontão transfere a linguagem da estratificação econômica e social para o campo da literatura através do contraste entre um proprietário de terras (*adsiduius*), membro da classe mais alta (*classicus*), e um membro da classe mais baixa (*proletarius*). O vocábulo ‘clássico’ é, desta forma, reapropriado da expressão que designa, no sistema fiscal romano, os níveis mais elevados de contribuintes”.

¹⁵⁶ BACON. *Novum organum* In.: HARTOG, F. **Os antigos, o passado e o presente**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

¹⁵⁷ Cf: HARTOG, F. op. Cit., 2003; LESTRINGANT, Frank. **Do cinocéfalos ao Canibal**. Brasília: UnB, 1997 & TURIN, Rodrigo. **A legitimidade da nação e o(s) significado(s) de uma ausência**, 2014.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/acrh/3748#tocto1n1>

Acesso em: 20/05/2019.

¹⁵⁸TURIN, Rodrigo, op. cit., 2014.

¹⁵⁹HARTOG, F. **Os antigos, o passado e o presente**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. P-137.

Voyage en Amérique, vê o selvagem não como estado de natureza, mas de uma civilização “iniciante”, mendicante. Porém ele vê na América moderna o “lugar da descoberta da república representativa, ou ainda, da liberdade dos modernos” condenando o sistema de paralelos, fixando os selvagens em dado momento histórico, historicizando selvagens e antigos¹⁶⁰.

A ressignificação do que era ser antigo e sua legitimidade e prestígio alteravam a esfera política como ficou visível na análise de caso da Revolução Francesa. Segundo Hartog, a Revolução Francesa pode ser vista como a última grande querela entre antigos e modernos, envolvendo a questão da liberdade. O retorno à Antiguidade era invocado pelos jacobinos em busca de uma idílica república antiga, mas este retorno não seria aos moldes antigos, porém adaptado ao pensamento moderno. “Como sempre a expressão “*retorno à*” seria enganosa: não se tratava de retorno, mas de instaurar uma nova relação com uma Antiguidade redescoberta e diversamente questionada”¹⁶¹. O uso da Antiguidade ainda aparecia nas obras de Mably e Rousseau e permitia a esses intelectuais a apropriação do espaço político.

Os termidorianos criticaram essa relação dos jacobinos com a Antiguidade, aqueles estariam iludidos sobre o presente da França e sobre a realidade das cidades antigas. Benjamin Constant e a Madame Staël elaboraram os conceitos de liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos, onde “a liberdade moderna é a liberdade civil ou individual” enquanto a “liberdade antiga é a participação coletiva dos cidadãos no exercício da soberania”¹⁶². Por assim fazer, esses estudiosos criaram a concepção de um distanciamento radical dos antigos, os quais não seriam um modelo político, restando apenas a nostalgia e criticando a lógica de liberdade de Rousseau. Com Constant, houve uma despolitização dos antigos na França e só após a Terceira República voltaria a ocorrer uma repolitização, porém não alcançando o patamar anterior. Com isso, fica perceptível que a visão sobre o que era antigo no tempo de Justiniano já havia sofrido muitas variações e ressignificações, os antigos não apareciam mais como modelos políticos a serem seguidos piamente, mas sua influência na arte da escrita ainda se fazia presente.

Ainda vale ressaltar que a escrita da história nacional nesse período da formação do Colégio Pedro II não era isenta da subjetividade do escritor, sendo possível perceber elucubrações que deveriam servir de parâmetros para o caráter da nação que estava sendo gerada e o modo como a história antiga era apresentada e utilizada foi parte importante do processo de criar uma história do Brasil como nação legítima.

¹⁶⁰ Ibidem, 2003, p-141.

¹⁶¹ Ibidem, 2003, p-142 – 143.

¹⁶² Ibidem, 2003, p-145.

Ressalto o surgimento da retórica, na Roma antiga, devido ao relevo que esta disciplina continuou a assumir, mesmo vários séculos depois no Brasil, no Colégio Pedro II. Destaco o seu uso na Antiguidade para posteriormente contrapor quais traços se mantiveram nessa disciplina e quais foram as suas variações do Senado Romano as salas de aula do Colégio Pedro II, identificando como esta arte da oratória sobreviveu à passagem do tempo, e como foi afetada pelas mudanças no conceito do que é se fazer história, sendo utilizada com diferentes propósitos em períodos distintos. Desejo observar também como esta disciplina da oratória foi posteriormente empregada nos estudos dos alunos que deveriam servir de corpo administrativo ao Império brasileiro no contexto de formação da nação.

Considero digno de nota que autores gregos e romanos, como Heródoto e Cícero, permaneceram a serem lidos séculos adiante, chegando até a América, onde seus textos serviram como tema de estudo no Colégio Pedro II. Acredito ser importante perceber o papel atribuído a tais escritores como pais da história e da retórica, respectivamente, e a outros escritores antigos. Assim se torna possível perceber as implicações que seus nomes traziam às mentes de alunos e professores durante o período imperial brasileiro, ampliando, a partir desses fatos, a compreensão do que se entendia por ser a escrita da história no século XIX e a ligação desta disciplina com a Antiguidade Greco-romana. Pretendo observar como conceitos próprios à Antiguidade foram reapropriados e chegaram ao período oitocentista, contribuindo não só na escrita, mas na percepção do que é se fazer história, mesmo embora a percepção do homem em relação ao tempo tenha mudado tanto desde a época antiga até o século XIX, passando de uma história cíclica para uma história linear rumo ao progresso.

Em Roma, a escrita da história se distancia da autópsia e o fato é levado não mais pela visão, mas pela habilidade do orador em produzir o relato. A disciplina da retórica deveria trazer o ensinamento através da bela oratória, utilizando-se da história como mestre da vida. Cabia ao escritor conciliar o espaço de experiência, que se caracterizava pelas lembranças dos fatos já vividos, a memória, com o que poderia se esperar que viesse a ocorrer, o horizonte de expectativa, o futuro. O escritor deveria relacionar os fatos passados à situação que se lhe apresentava no presente e a partir disso ver o que poderia vir a acontecer. Nessa crença, a natureza do homem é imutável, sabendo o resultado de um evento semelhante no passado chegar-se-ia ao resultado de evento semelhante no futuro, portanto o passado relacionado à situação do presente seria a chave do desenrolar dos acontecimentos futuros, possibilitando a tomada das escolhas corretas.

Neste regime, o tempo não é linear, não traria mudanças estruturais, só um acúmulo de experiências. A *eloquentia* (eloquência) associava-se com a *ratio* (razão), a arte do discurso; a

qual deveria ter por fim *docere*, ensinar; *movere*, tocar os sentimentos levando à ação e *delectare*, agradar o auditório.

A história fez parte do gênero *epidítico* da retórica, devendo reforçar os valores da comunidade e oferecer lições moralizantes, reforçando a *virtus*, a educação e o civismo, é possível perceber que a ressignificação dos textos antigos encaminhou a uma ressignificação na própria arte da escrita da história. Tucídides e Heródoto eram tidos como modelos de eloquência. Hartog trata sobre a decadência da eloquência na época de Tácito e considera a falta de guerras como desmotivadora dos discursos, não existindo mais *erga* (a realizar), só *logoi* (a produzir), discursos que valem como *erga*, e cita a resposta de Tácito à decadência da eloquência: “Um Estado bem organizado, observa ele, não tem nenhuma necessidade de eloquência, ao passo que ela floresce, pelo contrário, no meio dos distúrbios”¹⁶³. Através dessa análise percebo que o modo de se compreender o que era ser antigo, sua função como modelo e/ou fonte, suas disciplinas, como a retórica, influenciaram e foram influenciadas pelas mudanças na compreensão do que era a história, como deveria ser narrada e o papel do historiador na narrativa. Nesse quadro a própria compreensão da passagem do tempo de um regime cíclico para algo que não se repete influenciaram na compreensão da importância da antiguidade para os autores modernos como aparece no compêndio de Justiniano o uso do clássico como modelo de beleza literária mas não como modelo político a ser seguido. As fontes e os autores antigos são matizados na época moderna após tantas ressignificações do que era ser antigo e a legitimidade que esses estudos ofereciam para a escrita da história deveria passar pelas mãos do historiador como figura ativa na construção da narrativa histórica, pensando nos fatos descritos.

¹⁶³HARTOG, François. **Evidência da história. O que os historiadores veem**, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011. P-44.

CAPÍTULO 3 A PRESENÇA DOS ANTIGOS NO COLÉGIO PEDRO

II

3.1 AS ADAPTAÇÕES DOS PLANOS CURRICULARES DO COLÉGIO

O Colégio Pedro II, o qual deveria servir de padrão ao ensino secundário de todo o Império, refletia através dos seus estudos os rumos da política imperial, e como coloca Temístocles Cezar a escrita da história brasileira atendia a uma dupla demanda, legitimar o patriotismo brasileiro para os leitores brasileiros e afirmar o Brasil como nação digna de orgulho para os leitores estrangeiros¹⁶⁴. A ascensão dos conservadores ou dos liberais na política acarretava em diferentes propostas políticas e o Colégio espelhava essas tensões, passando por várias reformas no seu plano curricular, ora mantendo uma maior inclinação para as disciplinas humanas, ora para as disciplinas de cunho científico. O Colégio procurava se manter atualizado

¹⁶⁴OP. Cit. CEZAR, Temístocles. P.14.

também com as tendências europeias, a modernidade e o cientificismo, porém sem perder a sua base clássica que o ligaria a uma genealogia das nações. Estas tensões são perceptíveis através da análise das alterações nos planos curriculares do Colégio Pedro II, para tanto, elenquei três anos 1851, 1858 e 1862 como objeto de análise.

Ao analisar o programa de estudos do Colégio nesses três períodos diferentes é possível notar como a tradição clássica foi considerada de maior ou menor importância no decorrer dos anos no Colégio, observando como a frequência de conteúdos relacionados a essa vertente antiga teve um aumento em certos momentos e uma diminuição em outros. A própria disciplina de história foi sofrendo modificações e estratificações em meio a estas mudanças, especialmente perante o surgimento da opção de um estudo técnico, de cinco anos, ao invés do regular de bacharel em sete anos, com isso obrigando a reestruturação da grade de disciplinas.

Através dessa análise pretendo observar como cada mudança de fase no Colégio interferiu na escolha e disposição dos conteúdos, na maneira de elencar os tópicos; com ou sem detalhes de fatos e datas históricas, a escolha das obras a serem utilizadas – observando se estas eram de brasileiros ou de estrangeiros – além da atenção dedicada às matérias de cunho clássico, como retórica, língua grega e latina, história antiga e romana.

No ano de 1851¹⁶⁵ o Colégio Pedro II ainda não contava com a opção de curso técnico em cinco anos, só o regular em bacharel de letras de sete anos. Referente ao programa de estudos desse ano, 1851, é possível perceber uma valorização das humanidades clássicas, com forte valorização da antiguidade clássica. A escrita da história estava ligada a uma história filosófica, como coloca Temístocles Cezar, essa corrente filosófica iniciada pela obra de Voltaire esteve em voga no IHGB nos primeiros anos dessa instituição, apareceu a figura do historiador filósofo como acreditava von Martius e Gonçalves de Magalhães¹⁶⁶.

Dos sete anos da grade, em cinco deles havia disciplinas de história, sendo que em dois destes as disciplinas de história referiam-se a história clássica um tratava sobre a história antiga e um sobre a história romana; além de dois anos de retórica, latim em todos os sete anos, grego em quatro anos, um ano de geografia antiga (matéria que não voltará a aparecer isolada nos outros períodos aqui estudados). Durante toda a sua trajetória no Colégio Pedro II, o estudante se depararia a cada ano com algum conteúdo ligado à tradição clássica.

No programa de estudos não se vê referência a datas ou muitos detalhes, não são mencionados os livros que serão utilizados. Foi o período de maior destaque para o ensino de

¹⁶⁵Programa dos exames de 1851 do Imperial Colégio de Pedro II, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851.

¹⁶⁶OP. Cit. CEZAR, Temístocles. P16.

retórica, sendo dada grande valorização aos autores clássicos, como Homero e Virgílio, dentre outros. A importância da retórica para os estudos é gigantesca como a expressão cunhada por Temístocles Cezar era o Império da eloquência, onde o dito seguir os passos de Cícero significava não só valorizar o exemplo extraído através da história, mas ao modo como ela era escrita, a eloquência no discurso¹⁶⁷.

Tabela 1 Plano curricular do ano de 1851

7º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - Zoologia filosófica; - Mineralogia, e Geologia; - Cosmografia, e Cronologia; - Filosofia; - <u>Retórica</u>; - História do Brasil; - <u>Geografia Antiga</u>; - <u>Grego</u>; - <u>Latim</u>; - Alemão; - Inglês; - Francês;
6º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - Física, e Química; - Geometria, e Trigonometria; - Filosofia; - <u>Retórica</u>; - História Moderna; - Geografia; - <u>Grego</u>; - <u>Latim</u>; - Alemão - Inglês; - Francês;
5º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - Zoologia, e Botânica; - Aritmética e Álgebra; - História da Idade Média; - Geografia; - <u>Grego</u>; - <u>Latim</u>; - Alemão; - Inglês; - Francês;
4º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - <u>História Romana</u>; - Geografia; - <u>Grego</u>; - <u>Latim</u>; - Alemão; - Inglês; - Francês;
3º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - <u>História Antiga</u>; - Geografia; - <u>Latim</u>; - Alemão; - Inglês; - Francês;
2º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - Geografia - <u>Latim</u>;

¹⁶⁷OP. Cit. CEZAR, Temístocles. P27.

	- Inglês; - Francês;
1º ano:	- <u>Latim- Gramática</u> ; - Francez- Gramática; - Gramática nacional; - Desenho linear.

Programa dos exames de 1851 do Imperial Colégio de Pedro II, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851. Grifo meu, as disciplinas sublinhadas estão relacionadas ao estudo das antiguidades.

No que diz respeito ao programa de estudos de 1858, houve a separação do curso do Colégio Pedro II em duas opções. A primeira, de cinco anos, voltado para a indústria e funcionalismo público; a segunda, de sete anos, para formar-se em bacharel em letras. Houve uma realocação das disciplinas, dando maior atenção às exatas e menor às humanas, com uma sensível desvalorização da antiguidade. Esta foi praticamente banida para quem fizesse o curso especial de cinco anos, por isso foi quase inteiramente deslocada para o 6º e 7º ano, os quais só o curso regular teria. Com isso, implicava públicos diferentes, do ensino técnico e integral. As humanidades eram dedicadas aos do integral, que saíam com um diploma diferenciado e ocupariam cargos importantes no Estado. Nessa fase é possível perceber uma desvalorização das disciplinas de humanidade clássica, tendo cinco anos de história, agora só um que se encontrava exclusivo para os alunos de bacharel em letras contemplava a história antiga (sendo que a história romana entrou junto com a grega nessa única matéria, assim como a geografia antiga que deixou de existir como disciplina independente). O ensino de retórica tornou-se exclusivo aos alunos de bacharel, o latim está em todos os anos de estudo para bacharel, mas falta no quinto ano do curso especial, o ensino da língua grega passou a ser ministrado só para os alunos de bacharel e ainda assim diminui o tempo de estudo da língua de quatro para três anos¹⁶⁸.

Acrescenta-se nesse programa a história sagrada e a doutrina cristã, havendo uma separação entre história sagrada, nacional e universal, cabendo à história antiga ser inserida na universal profana. O conteúdo de história foi dividido em cinco anos: história sagrada e doutrina cristã no primeiro; história da Idade Média, no terceiro; história Moderna e Contemporânea¹⁶⁹ e corografia e história do Brasil, no quarto ano; novamente corografia e história do Brasil, no quinto; e, no sexto ano, só para alunos de bacharelado, a história antiga.

¹⁶⁸ Programa de ensino da instrução secundária do município da Corte tanto no internato como no externato do Colégio D. Pedro II, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1858.

¹⁶⁹A qual surge pela primeira vez nesse ano, seguindo a periodização do francês Duruy que dividiu a história em antiga, idade média, tempos modernos e contemporânea.

Na época do plano curricular de 1858 procuravam a racionalidade do homem como fundamento da história da humanidade e cujo agente principal era o Estado. A história deveria ser estudada de modo que o tempo moderno, da era tecnológica e do progresso construído pelos europeus, se tornasse inevitável; esse período valorizou disciplinas de cunho mais científico como matemática, física e química. Como afirma Manoel Guimarães, a cientificidade está ligada ao processo em que a “disciplina” de história se apresenta com espaço nas universidades e o historiador deixa o perfil de *hommes de lettre* e adquire o estatuto de pesquisador¹⁷⁰. Havia um conflito entre uma concepção mais “moderna”, voltada ao caráter prático do ensino, das ciências, do progresso, contra uma concepção mais clássica voltada ao desenvolvimento do espírito dos alunos. Temístocles Cezar percebe nos trabalhos do IHGB essa mudança de uma história filosófica para uma história ligada ao cientificismo e aponta o trabalho de Cunha Barbosa, o primeiro-secretário do IHGB, onde este apresenta as razões de ordem política e epistemológica como fundamentos para se estudar a história. O historiador deveria corrigir os trabalhos já feitos, definir o que pode ser usado como fonte e narrar as ações históricas em um plano geral¹⁷¹.

No programa de estudos de 1858 encontram-se muitas referências a datas e os tópicos são mais desenvolvidos, já são mencionados os livros que serão utilizados - esse fenômeno provavelmente advém do caráter mais científico que o colégio havia adotado nesse período, a menção a datas também aumenta nas obras dessa época. Na disciplina de retórica, os clássicos já não aparecem com a força de outrora, a não ser um breve estudo sobre as escolas clássicas no vigésimo tópico do sexto ano.

A meta, segundo o próprio programa de ensino, era dar destaque também a autores modernos, em especial portugueses e brasileiros. Um dos livros adotados ainda era, no entanto, de um autor francês - Le Clerc. Já em Retórica e Poética, enquanto não houvesse um compêndio (os quais estavam tornando-se cada vez mais populares no Colégio Pedro II) o professor faria preleções do curso de literatura antiga e moderna, especialmente portuguesa e brasileira¹⁷².

Convém observar que a disciplina de retórica, embora seja de cunho clássico, não implica necessariamente no estudo de textos clássicos, seu estudo atua como ferramenta para moldar o discurso, não importando tanto sobre qual assunto trate, mas o modo como irá tratá-lo. Por assim dizer, o estudo da retórica implica no estudo de um método de escrita, a arte da eloquência

¹⁷⁰Op. Cit. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado, 1988.p.5.

¹⁷¹OP. Cit. CEZAR, Temístocles. P16-17.

¹⁷² Programa de ensino da instrução secundária do município da Corte tanto no internato como no externato do Colégio D. Pedro II, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1858.

que se fazia necessária aos alunos do colégio, alunos estes que estavam destinados a ocuparem altos postos na sociedade imperial. A retórica deveria servir como modelo de se escrever um discurso para este se tornar convincente e agradável, era a arte da boa escrita. No estudo de retórica se liam os textos dos antigos não apenas para aproveitar o conteúdo dos textos, mas também era importante observar como o antigo fazia para o seu argumento ficar palatável e convincente ao ouvinte e se cria que se o aluno aprendesse como um orador romano podia defender uma causa pela arte do discurso não importava se a causa realmente era certa mas ver o poder de persuasão pelo discurso e adaptar esse poder as questões modernas que surgiriam na vida do aluno.

Tabela 2 – Plano curricular do ano de 1858

1º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - Português; - <u>Latim</u>; - Francês; - Aritmética; - Geografia; - História Sagrada e Doutrina Cristã;
2º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Latim</u>; - Francês; - Inglês; - Aritmética; - Geografia;
3º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Latim</u>; - Francês; - Inglês; - Aritmética; - Álgebra; - Geografia; - História da Idade Média;
4º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Latim</u>; - Inglês; - Geometria elementar; - História Moderna e Contemporânea; - Corografia e História do Brasil; - Zoologia e Botânica;
5º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Latim</u>; - <u>Grego</u>; - Inglês; - Alemão; - Trigonometria retilínea - Corografia e História do Brasil; - Física; - Botânica e Zoologia;
6º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Latim</u>; - <u>Grego</u>; - Alemão; - Italiano; - Filosofia; - <u>Retórica</u>; - <u>História Antiga</u>; - Química; - Física;

7º ano:	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Latim</u>; - <u>Grego</u>; - Alemão; - Ética; - <u>Retórica e Poética</u>; - Mineralogia e Geologia; - Química.
5º ano do curso especial:	<ul style="list-style-type: none"> - Trigonometria retilínea; - Física; - Química; - Mineralogia e Geologia; - Botânica; - Corografia e História do Brasil.

Programa de ensino da instrução secundária do município da Corte tanto no internato como no externato do Colégio D. Pedro II, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1858. As disciplinas sublinhadas estão relacionadas ao estudo das antiguidades.

Com o programa de estudos em 1862¹⁷³, o curso de cinco anos foi extinto e ficou só o de bacharel em letras, de sete anos, e as matérias de humanidades voltam a aparecer em todos os anos, para todos os alunos.

Nessa fase ocorre uma revalorização das disciplinas de humanidades clássicas, porém não voltam ao patamar que tinham em 1851. As exatas perdem campo frente a 1858, porém ainda ficam com maior espaço do que tinham em 1851. A disciplina de história encontra-se nos sete anos, sendo que dois anos se dedicam a antiguidade. O segundo ano, com história antiga, e o terceiro ano, com história romana - a qual voltou a separar-se da história grega. A geografia antiga, porém, não retorna a emancipar-se. O latim continua a ser ensinado em todos os anos e o grego permanece só para o quinto, sexto e sétimo ano; o ensino de retórica, por sua vez, passa a ser dado só no sexto ano, é o menor tempo dado ao estudo de retórica dos três períodos analisados, reflete um desligamento da importância dada ao ornamento do discurso no plano político e uma maior relevância dada ao cientificismo.

As humanidades eram vistas como essenciais para o desenvolvimento intelectual e “espiritual” do aluno, porém o cientificismo ainda conta com grande espaço e a história sagrada também continua angariando espaço frente à história universal e o cientificismo. Vale lembrar que a ciência como tal ainda estava surgindo, ainda não existia como estrutura formada e o cientificismo aqui tratado é a pré-disposição para tratar os assuntos por um viés mais voltado para as matérias que vão tratar da ciência como as engenharias e do progresso da sociedade, como o ensino técnico e o ensino das matérias exatas, afastando-se do ensino das humanidades. Cabe ao colégio, papel este atribuído ao colégio pela elite letrada imperial, equacionar essa

¹⁷³ Programa para o ensino do ano letivo de 1862. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1862.

tríade e manter um ensino humanístico (clássico e erudito, com o ensino de latim e grego, além de outras línguas estrangeiras, de retórica, da história sagrada e universal, e de caráter conservador) e o científico (com disciplinas da área de exatas como matemática e ciências naturais, voltado para a modernização e o progresso, de tom mais liberal). Enquanto na Europa do século XIX o lugar de produção da historiografia se encontrava principalmente nas universidades, no Brasil, segundo Manoel Guimarães, esse lugar de produção da historiografia não era o espaço de competição acadêmica das universidades, mas as academias dos “escolhidos” perante as relações sociais, essas academias tinham um caráter elitista próximo de uma herança iluminista¹⁷⁴.

O programa de estudos de 1862 volta a fazer poucas referências a datas e maiores detalhes sobre os tópicos que serão abrangidos no decorrer do ano letivo, porém os livros que serão utilizados continuam a ser mencionados. Algumas disciplinas não tiveram grandes mudanças nos conteúdos a serem abordados e mantiveram praticamente os mesmos livros, como o latim, que manteve o uso da obra do Padre Antônio Pereira e a do Dr. Castro Lopes. Já outras matérias tiveram uma maior reestruturação, como a retórica. E, seguindo uma tendência do período, houve um aumento da procura de obras especializadas para o Brasil. Deixa de ser utilizada a obra de Le Clerc e passa a ser utilizada a de Silva Pontes, *Nova Rhetorica Brasileira*.

O aprendizado da história sagrada foi mantido (só cairia com o fim do Império) e aparece também na história romana a narrativa do surgimento e triunfo do cristianismo (fato que ainda não havia ocorrido), assim como na história antiga – passou a começar com o estudo dos tempos primitivos, criação do mundo, torre de Babel, passando pelos patriarcas, para depois tratar sobre a Pérsia, a Grécia, a Macedônia e Cartago – tal desenvolvimento já se via no compêndio de Justiniano José da Rocha em 1860; o conteúdo voltou a ser dividido em duas disciplinas: a história antiga e a história romana; e os livros utilizados também foram substituídos. Para a primeira foi adotada a obra do Dr. Justiniano José da Rocha, *História Antiga*, e para a segunda foi adotada a obra de De Rozoir e Dumont, *História Romana*, com tradução de Justiniano para uso do Colégio Pedro II. Justiniano também traduziu a *História Antiga*, de Poisson e Cayx.

Tabela 3 – Plano curricular do ano de 1862

1ºano:	<ul style="list-style-type: none"> - Português - <u>Latim</u>; - Geografia; - História Sagrada
--------	--

¹⁷⁴Op. Cit GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado, 1988.p.5. Guimarães afirma que essa postura iluminista tratava-se da ideia de que através do “esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade – que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro”. P.6.

2º ano:	- <u>Latim</u> ; - Francês; - Aritmética; - Geografia; - <u>História Antiga</u> ;
3º ano:	- <u>Latim</u> ; - Francês; - Inglês; - Matemática; - Álgebra; - Geografia; - <u>História Romana</u> ;
4º ano:	- <u>Latim</u> ; - Francês; - Inglês; - Matemática; - História da Idade Média; - Geografia e Cosmografia;
5º ano:	- <u>Latim</u> ; - <u>Grego</u> ; - Matemáticas; - Trigonometria; - História da Idade Média; - Noções de física e química;
6º ano:	- <u>Latim</u> ; - <u>Grego</u> ; - Filosofia; - <u>Retórica</u> ; - História Moderna e Contemporânea;
7º ano:	- <u>Latim</u> ; - <u>Grego</u> ; - Filosofia; - História da Filosofia; - Poética; - Literatura Nacional; - História natural/ Zoologia e Botânica; - História natural/Mineralogia e Geologia; - <u>Corografia e História do Brasil</u> .

Programa para o ensino do ano letivo de 1862. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1862. As disciplinas sublinhadas estão relacionadas ao estudo das antiguidades.

Dessa forma, é possível perceber que as disciplinas ligadas à antiguidade tiveram uma variação de importância durante essas fases do Colégio Pedro II. Como no período do ano de 1851, quando tinham um grande destaque, devido a fazer parte de um programa da elite que buscava a antiguidade Greco-romana como origem para afirmar o Brasil como nação reconhecida.

Assim como Temístocles Cezar coloca, no começo do século XIX os integrantes do IHGB tentam normatizar a escrita da história, criar regras para o ofício do historiador da nação, era necessária uma unificação da nação e este processo passava pela escrita da história que dava

legitimidade ao conceito do Brasil como uma nação, unificando as histórias das províncias como uma história nacional e criando uma história brasileira pré-existente ao império¹⁷⁵.

Já na segunda fase, com uma valorização da busca pela modernidade e o cientificismo, a antiguidade foi assimilada em uma história universal e perdeu importância, a história nacional e a história sagrada ganharam maior destaque nesse quadro. Por fim, no último período analisado, o ano de 1862, é possível notar uma nova valorização da antiguidade frente ao segundo período, ano de 1858, porém não conseguindo retornar ao patamar que tinha no primeiro período, em 1851, ocupando menos espaço no programa de estudos, dividindo com a história sagrada, que permanece forte até o fim do Império e com a história nacional.

Com esse estudo, pretendo ajudar a esclarecer como essa variação do plano de estudos demonstrou uma variação também na inclinação da elite imperial brasileira de um caráter mais ou menos ligado a tradição de uma genealogia das nações. Sendo o Brasil parte integrante de uma marcha das nações; ou um caráter modernizante, a busca pela modernidade e uma minimização das ciências humanas em detrimento das exatas. Temístocles Cezar percebe essa mudança de uma história filosófica para uma história ligada ao cientificismo através dos trabalhos do IHGB e aponta que a função do historiador filosófico esteve ligada à construção da história nacional, à legitimação da história brasileira patriótica, à sistematização das fontes e dos trabalhos já escritos sobre as histórias locais, visando a construção de uma narrativa da história nacional como uma só e que neste período ocorria a valorização dos escritos dos antigos, sobretudo como modelos de escrita. A história ligada ao cientificismo que começa a se apresentar na metade do século XIX procura ligar o Brasil ao progresso e apresenta a figura do historiador como correlata a figura do naturalista. Ambos deveriam depreender os resultados da sua pesquisa através da análise científica das fontes, entretanto a fonte do historiador seriam os textos, enquanto que a fonte do naturalista seriam os fragmentos dos animais¹⁷⁶, a importância dos escritos antigos decai neste momento em oposição a leitura dos modernos e o foco está no progresso. Turin aponta para o uso dos antigos na construção da identidade nacional onde os antigos seriam inclusive comparados aos indígenas, em uma leitura onde as semelhanças entre indígenas e antigos eram traçadas, mas os usos dos antigos não se restringiram a essa comparação como o próprio Turin coloca, as referências aos antigos permearam os escritos do IHGB no século XIX.¹⁷⁷ Como coloca Altoé, as referências dos

¹⁷⁵OP. Cit. CEZAR, Temístocles. P12 – 13.

¹⁷⁶OP. Cit. CEZAR, Temístocles. P19.

¹⁷⁷Rodrigo TURIN. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Doutorado, 2009, p. 241.

letrados ligados a corte imperial brasileira no século XIX aos antigos procuravam conectar o Brasil a Europa através da transferência da legitimidade, a tradição clássica e a civilização seriam marcas da cultura europeia que deveriam figurar no imaginário da nação que estava em vias de se concretizar como tal¹⁷⁸.

Ainda é possível perceber no cronograma de leituras do Colégio Pedro II várias obras de autores clássicos, como Tito Lívio, Cícero, Ovídio, Tácito, Virgílio e Heródoto, que Justiniano viria a utilizar no seu compêndio, dentre as obras as mais utilizadas por J. J. da Rocha estão *De Amicitia* de Cícero, e os *Annaes* de Tácito. Temístocles Cezar apresenta que este fenômeno do estudo e da valorização da leitura dos antigos se apresentou no IHGB no início do século XIX na formatação das regras e métodos para a escrita da história brasileira, mas Cezar ressalta que para os escritores do IHGB ficava clara a necessidade de usar os textos estrangeiros como fontes mas apurar a história passando por processos metodológicos que representem uma análise da história que vai ser escrita¹⁷⁹.

3.2 ANÁLISE DO COMPÊNDIO DA HISTÓRIA UNIVERSAL DE JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA

Irei analisar o compêndio de J.J. Rocha com o fito de compreender o uso da antiguidade nos estudos do Colégio Pedro II. Ressalve-se porém dois fatores; primeiro, conforme supracitado, o Colégio passou por diversas reformas – as quais abrangeram as suas diretrizes, seus planos educacionais, os conteúdos ministrados, dentre outros elementos; portanto a análise pontual de um compêndio ilustra um momento na história do Colégio, como estava sendo percebida a importância da antiguidade naquele período e, logo, não devem ser generalizadas para outros períodos quaisquer hipóteses sobre a importância da antiguidade no ensino do Colégio, que venham a ser levantadas através dessa análise. O segundo fator deve-se a própria natureza da fonte selecionada – um compêndio. Os compêndios eram compilações de vários livros, não eram uma produção original, Justiniano cita ainda no prefácio do compêndio que servem de base para os estudos da história universal três obras de autores franceses – contudo, a sua obra foi escrita a partir de dois livros franceses que Justiniano havia traduzido alguns anos antes. Como consequência, as ideias expressas e as escolhas de fontes realizadas na obra não devem ser vistas como escolhas unilaterais de Justiniano e embora o compêndio fosse uma

¹⁷⁸Op. Cit. ALTOÉ, Douglas, 2016.

¹⁷⁹OP. Cit. CEZAR, Temístocles. P15.

compilação e uma adaptação de outras obras, sua natureza didática também influenciava no escopo da abordagem da história universal e no trato com as fontes. Como Turin coloca, o compêndio também tinha por finalidade gerir um equilíbrio social como condição da ordem e da civilização frente as turbulências políticas, instruindo os jovens que seriam os responsáveis por ocuparem altos postos no Império¹⁸⁰

De modo diverso ao estilo acadêmico atual, não atribui fontes aos seus argumentos e provavelmente seja devido ao seu caráter didático que não apresente discussões historiográficas, mas uma história como narrativa, a qual deveria muito mais convencer os alunos da sua factualidade do que levantar questões, embora apresente ao longo da obra alguns momentos nos quais coloca que diferentes escritores antigos tinham diferentes narrativas para o fato, ou que este já não mais seria possível se alcançar com clareza, podendo só chegar a conjecturas formuladas a partir de mitos.

Ainda por se tratar de uma obra com fins didáticos, dá grande valor ao exemplo e às virtudes – tanto ao tratar sobre a história dos povos antigos pagãos quanto a dos cristãos – a obra é imbuída de um caráter religioso, cristão, colocando a Bíblia como fonte preferencial e guia, posiciona-se acerca dos temas, procurando extrair lições de moral e virtude para a mocidade.

No começo da obra, ainda nas considerações preliminares, Rocha já aponta as dificuldades para a existência, e conseqüente estudo, da história antiga, a qual só poderia surgir após o desenvolvimento da escrita e da existência do ócio. Com isto, retomando o conceito antigo da necessidade de superação dos entraves do trabalho necessário para a manutenção da vida, das necessidades biológicas, por meio da divisão do trabalho, gerando um tempo livre – ócio – de modo que este possa ser ocupado com os assuntos que condizem à mente; seja na política – no caso grego – a qual servia de base para diferenciar os gregos dos bárbaros¹⁸¹; seja na dedicação às Letras.

Quando se trata da própria história antiga, o compêndio faz especial referência a Cícero e Tácito, ambos cujos escritos foram considerados como exemplos de beleza literária. O compêndio traz o nome de autores clássicos como símbolo da ilustração de períodos da história, modelos das belas letras, ícones perante os pagãos, mas não considera os autores clássicos como fontes seguras, diferente dos escritos “sagrados da Bíblia”, afirma que só seria possível acessar

¹⁸⁰TURIN, Rodrigo. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. Anos 90, Porto Alegre, v. 22, n. 41, jul. 2015, p. 306-309.

¹⁸¹Sobre o par antitético assimétrico gregos e bárbaros vide Op. Cit. ARENDT, 2011. P. 49-50. & Op. Cit. KOSELLECK, 2006. P.197-206.

a história através do esforço da crítica. Como coloca Turin, ao tratar sobre os usos dos antigos no IHGB durante as décadas de 1840 e 1860, os usos dos antigos apareceram com diferentes modalidades, crítica histórica a autoridade dos antigos, seu uso enquanto modelo de emulação, os antigos como autoridade argumentativa, seu uso comparado aos indígenas e sua referência para “tipificar e dignificar” o herói nacional¹⁸². Durante a análise do compêndio de Justiniano foi possível identificar uma variação no uso dos antigos, por vezes Justiniano identifica nos relatos dos antigos a tradição, a qual seria fonte e não história em si e aponta uma crítica à tendência ao maravilhoso pelos povos antigos:

Tudo se explica por maravilhosa intervenção, tudo se crê: Prometeu rouba dos Céus o fogo sagrado para animar a argila amolgada por suas mãos; Numa recebe os conselhos de Egéria para amoldar pelas leis os costumes dos salteadores do Lácio. E o depósito das tradições enriquece-se de fábulas, de exagerações, de poéticos inventos, em que, ao depois, cumpre com muito tento joeirar a verdade¹⁸³.

O que não se compreendia, procurar-se-ia no sobrenatural a explicação, haveria uma “tendência para o maravilhoso, para a deificação de tudo quanto despertava a sua imaginação. Assim Ceres, Triptolemo, foram-lhe deuses benfazejos que lhe ensinaram a aproveitar, a semear o trigo, etc¹⁸⁴. Para exemplificar o seu argumento, dos antigos compreendendo o mundo pelo maravilhoso, o autor traz dois exemplos de deuses antigos, uma romana e um grego respectivamente, associados aos cuidados da agricultura, os quais seriam responsáveis por terem ensinado aos homens como lavrar a terra. Pensamento símile se apresenta em Buckle, o qual percebe na infância das civilizações, especialmente por influência da natureza, a tendência à mitificação, as explicações sobrenaturais do mundo¹⁸⁵.

Mas Justiniano não coloca como única causa do aparecimento e magnitude dessas superstições o desconhecimento da “verdade eterna revelada por Deus”, mas também o orgulho dos povos antigos que através da sua ligação com o sobrenatural se engrandeceriam. “Essa tendência para o maravilhoso exagera-se ainda com a influência do orgulho de família, de tribo, de povo: Ciro é amamentado por uma cadela, Rômulo por uma loba, Semiramis por fagueiras pombas”¹⁸⁶. As origens mágicas de reis seriam o vaticínio para as suas ações e acarretariam na maior importância dos seus respectivos povos frente a outros. Os relatos dos antigos também apresentariam a falha de serem maculados pelas suas emoções e, deste modo, pouco fidedignos.

¹⁸²Op. cit. TURIN, 2011.

¹⁸³Op. Cit. ROCHA. P. III.

¹⁸⁴Idem, ROCHA. P. III.

¹⁸⁵Op. Cit. ARAÚJO, 2010. P. 234. “Na infância de um povo, o poder de tais superstições é supremo”.

¹⁸⁶Op. Cit. ROCHA. P. III.

Ainda mesmo quando não houvessem tão poderosas e constantes causas de erros, uma funestíssima influência poria em eterno perigo a verdade: a das paixões humanas, da fácil credulidade de uns, a do desarrazoado ceticismo de outros, a afeição, o ódio: a Grécia, vingativa, nos apresenta Xerxes, louco varrido, fazendo açoiar, acorrentar o Hellesponto, como escravo insurgido. Em épocas ainda mais próximas, nos dias mais recentes, o herói de um é o monstro para o outro, o fato admirável para este exposto com certas e determinadas circunstâncias, por aquele exposto com certas circunstâncias é uma atrocidade. Belos talentos poetisam um Saint-Just, até uma Theroigne de Mericourt!...¹⁸⁷

Por esta asserção, da impureza das paixões nos relatos dos antigos, lamenta o fato da história escrita por cartagineses se ter perdido e restado somente o que os romanos escreveram sobre aquele povo. Relatos usados como fontes para se chegar à história daquele povo, mas não sendo fidedignos e seriam maculados pela parcialidade romana. “Infelizmente o ódio perspicaz de Roma destruiu todos os livros, todos os annaes da república inimiga (Cartágo); assim talvez a matasse na posteridade, obrigada a ir ler *nos livros romanos, nos livros do inimigo*, o pouco que a seu respeito pode saber”¹⁸⁸. Para Justiniano só seria possível se chegar à história através do esforço de crítica, exceção feita a Bíblia.

Além dos problemas já citados no uso dos textos antigos, Justiniano ainda considera que, às vezes, os antigos eram menos do que sinceros, deliberadamente na sua escrita. “O trabalho da crítica deve, pois, aqui ser indefesso; cumpre-lhe a todo testemunho opor a mais séria discussão, sob pena de expor-se a dar os foros de verdade à mentira, nem sempre inocente”¹⁸⁹, mostrando assim a falta de credibilidade nas fontes antigas, coadunando com o pensamento de Jacob Burckhardt na obra: *História da Cultura Grega: Introdução*, onde este percebe a falta de veracidade nos textos gregos, podendo estes terem sido fundados na imaginação pela fantasia ou pelo interesse¹⁹⁰.

Ciro é a expressão que vale tanto como Senhor. O nascimento e a infância de desse príncipe são involtos em circunstâncias supersticiosas que repugnam a história (...)
Ao demais, a história de Ciro está involta em uma infinidade de fábulas, Xenofonte, que a escreveu na sua famosa Cyropedia, quis antes compor uma novela que desse lições aos

¹⁸⁷Idem, ROCHA. P. III-IV.

¹⁸⁸Idem, ROCHA. P. 123-124. Grifo meu.

¹⁸⁹Idem, ROCHA. P. IV.

¹⁹⁰FERNANDES, Cássio. Jacob Burckhardt (1818-1897). In: Op. Cit. MARTINS, 2010. P. 169. Burckhardt acreditava que só uma história da cultura poderia extrair a verdade das fontes. “Uma das vantagens do tratamento histórico-cultural é, sobretudo, a certeza dos mais importantes fatos culturais, em comparação com os fatos históricos em sentido corrente, ou seja, os acontecimentos-objetos da narrativa histórica. Estes últimos são os mais incertos, discutíveis, deformados, ou, ainda, dado o talento especial dos gregos para a mentira, completamente inventados pela fantasia ou pelo interesse. A história da cultura, ao contrário, tem primum gradum certitudinis, pois se nutre principalmente do que as fontes e os monumentos nos revelam, sem nenhuma intenção ou interesse, inconscientemente e mesmo através de suas invenções, prescindindo por completo dos dados de fato que podem intencionalmente referir, contradizer ou celebrar – e nisso voltam a ser instrutivos do ponto de vista histórico-cultural”.

corruptos do seu tempo, do que conservar-se fiel à verdade. O estilo do mais gracioso dos discípulos de Sócrates tudo cobriu, e tudo fez aceitar como clássico¹⁹¹

Quanto aos autores pagãos antigos, embora Tácito e Cícero sejam citados, não o são como documentos dignos de confiança, mas sempre vistos com cautela no que se refere à veracidade dos fatos; porém são amplamente elogiados em seus estilos de escrita e os seus conhecimentos sobre o coração humano.

A época dos Flavianos e dos Antoninos apresenta, a par de algum desenvolvimento na arquitetura, e da escultura, uma verdadeira decadência das letras: a eloquência, que os grandes debates dos comícios e do senado já não alentam, transforma-se na arte mesquinha de enfeitar com palavras a inutilidade dos pensamentos; a poesia exagera-se, e querendo ser grande e majestosa, é fútil e entumescida, só a história tem, para compensar um tímido Floro, e um pueril Suetônio, esse Tácito que de dia em dia mais sobe na estima dos literatos, a quem a vida política das sociedades modernas vai fazendo sentir o agudo e o verdadeiro dos pensamentos desse vingador da aristocracia romana¹⁹².

Neste trecho, Justiniano mostra o quão desacreditado estava este relato, o qual considerou antes pertencente ao domínio das fábulas e da imaginação do que da história e dos fatos, sua pretensão como história chegaria a ser repugnante a verdadeira disciplina. Percebe uma razão por trás da escrita que foge ao relato dos acontecimentos, mas seria antes um argumento ilustrado, uma “historieta” que teria sido produzida já com o intuito de transmitir uma lição de moral aos seus contemporâneos sem se deter na acuracidade dos eventos. Temístocles Cezar aponta que os escritos dos antigos, em especial de Cícero, Plínio moço e Tácito, também eram considerados de alta relevância dentro do IHGB no que se refere a modelos de escrita da história e exaltação do papel dos heróis nacionais¹⁹³.

Assim como aponta Maria Oliveira, os historiadores nacionais seriam responsáveis pela construção política nacional “na escrita da história como conhecimento e mito autorizado, compartilhado”¹⁹⁴, neste escopo o IHGB invocava a obra de Plutarco na sua escrita biográfica dos grandes homens com a sua finalidade moralizadora e atualizava essa função para escrever a vida dos heróis brasileiros modernos mas mantendo a função moralizadora, heróis esses que, segundo Oliveira, atendiam a uma demanda iluminista e participavam da aceleração do tempo presente como protagonistas da história.

¹⁹¹Op. Cit. ROCHA, 1860. P. 28.

¹⁹²Idem, ROCHA. P. 171.

¹⁹³OP. Cit. CEZAR, Temístocles. P18 e 22.

¹⁹⁴OLIVEIRA, Maria da Glória de. Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS,2009. P.14.

Por fim, Justiniano considera a beleza literária da *Cyropedia* de Xenofonte, a qual por, e somente por, sua beleza de estilo pôde ser considerada como um “clássico”. Rocha, tratando sobre as obras de Homero e de Virgílio assevera:

Sabe-se que os gregos, ao cabo de dez anos, tomaram, incendiaram Tróia: assim o dizem Homero e Virgílio, e se hoje é sustentável a opinião de que as forças gregas foram desbaratadas, opinião que assenta na ruína de todos os chefes gregos que nessa guerra tomaram parte, essa opinião nunca prevalecerá contra a influência de tão bela poesia¹⁹⁵.

Desta forma, Rocha considera que tais obras, mesmo ao se retirar o fabuloso, ainda assim não seriam dignas de confiança e que historiadores contemporâneos estariam confrontando a versão da vitória grega sobre Tróia, porém o compêndio coloca que esta afirmação – mesmo que se confirmasse – não seria capaz de se impor devido a força das letras, a beleza literária das epopeias teria a capacidade de sustentar a versão da vitória dos gregos, de balde provas que apontem o contrário. Com isto percebe-se a influência e o crédito que Rocha dá à beleza literária. Turin afirma que embora houvesse uma crítica à autoridade dos antigos, eles ainda eram invocados para defender um argumento e resolver contendas, assim como Manuel Ferreira Lagos utilizou ao defender a vinculação entre poesia e história nos escritos de Gonçalves de Magalhães, e ainda segundo Turin, a associação entre história e poesia nesses autores clássicos autorizava e servia de exemplo a um autor moderno¹⁹⁶.

Mas não só pela beleza literária sobreviveriam os relatos fabulosos, como no extrato abaixo, tirado de uma nota de pé de página, onde Rocha procura justificar que pela incerteza do que verdadeiramente ocorreu na fundação de Roma o compêndio recorre às fábulas tradicionais, porém anuncia que certamente tais relatos não seriam fidedignos.

Turin percebe na sua análise de caso dos escritos do IHGB que houve críticas históricas e historicistas à autoridade dos antigos e dá o exemplo de Gonçalves Dias no trato referente ao estudo sobre as Amazonas, onde a mera existência do relato antigo sobre esse assunto deixou de ser fonte fidedigna sobre a real existência das Amazonas e seria necessário submeter os relatos antigos a uma crítica judiciosa, não aceitando a factualidade do relato apenas pela sua antiguidade¹⁹⁷. Rocha ainda delibera sobre possíveis influências que tenham ajudado a moldar o mito da fundação de Roma e, detalhe curioso, afirma que essas fábulas podem ter sido inventadas pelos historiadores romanos, mostra com isso o quão desacreditado estavam tais historiadores em sua concepção.

¹⁹⁵Idem, ROCHA. P. 52.

¹⁹⁶Op. cit. TURIN, 2011.

¹⁹⁷Op. cit. TURIN, 2011.

Em tudo quanto se conta dos primeiros tempos de Roma, não há a menor certeza; são fábulas inventadas por seus historiadores ou colhidas de tradições não assaz discriminadas pela crítica. Os estudos modernos procuram recompor esses tempos. Não é porém um resumo como este que pode acompanhar tais investigações, repelir ou modificar a história clássica. Repare-se unicamente no significado da palavra grega que é o nome da cidade latina (força); repare-se na semelhança da anedota acerca da criação de Rômulo com a que na Ásia corria sobre a criação de Ciro; repare-se enfim em que a *loba* romana era comemorada nas festas das lupercaes, e veja-se que confiança devem merecer as narrações dos historiadores romanos”¹⁹⁸.

Tácito seria tão importante que sua presença serviria para compensar uma época de decadência das letras e embotamento da arquitetura e da escultura. Ressalte-se que faz uma crítica à retórica só como ornamento, sem profundidade dos argumentos, a qual tornava-se por esse modo “mesquinha”. Essa ideia de Tácito como vingador da aristocracia romana remete ao artigo de Valdeir Araújo, onde este trata sobre a linguagem político-historiográfica do tacitismo em terras luso-brasileiras no século XIX, o qual trata sobre a figura de Tácito surgindo como leitor da natureza humana e vingador da tirania através da sua denúncia, ainda que posterior aos eventos¹⁹⁹. Araújo coloca que Tácito apresentaria a história como juíza da posteridade e, portanto, era um lugar comum classificar Tácito como um “anatomista moral” no século XIX. Este comportamento seria parte de um jogo de linguagem que serviria para embasar um ponto de vista, por isto a obra de Tácito também foi utilizada para legitimar diferentes correntes políticas em épocas diversas.

Com a formação de um regime moderno de historicidade, a relação com os antigos foi alterada. Antes, com a *historia magistra vitae*, o passado tinha a capacidade de oferecer lições ao presente. Porém, a partir da mudança de regime de historicidade, o passado deixou de cumprir essa função. Contudo, em alguns momentos, o passado ainda seria visto como tendo o potencial de oferecer exemplos de moral e virtude, além de exemplos literários, sendo reapropriado para responder a novas questões. Como coloca Turin, a autoridade dos antigos em relação aos modernos se mantinha devido a uma assimetria entre os primeiros e os segundos, garantindo a eficácia retórica da transferência de legitimidade e Turin considera que a própria escrita da história nacional pelo IHGB se legitimava também pelo confronto entre a grandiosidade dos feitos dos antigos e aqueles da nação brasileira²⁰⁰, coloca-se anteposto aos antigos e reconhece os antigos como clássicos que merecessem serem imitados.

¹⁹⁸Idem, ROCHA. P. 104-105.

¹⁹⁹ARAÚJO, Valdeir Lopes de. **A época das revoluções no contexto do tacitismo**. In: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, V.36, N.2, P.343-365, jul/dez 2010.

²⁰⁰Op. cit. TURIN, 2011.

No compêndio de Justiniano, a antiguidade ainda aparecia como modelo literário, porém não como modelo político. O trecho a seguir marca o uso dos antigos para a área literária:

Ainda bem, quanto a história antiga: Tito Lívio e Tácito, Heródoto e Tucídides, ainda nos seus erros, oferecem a compensação do seu estilo, das suas longas vistas, e do conhecimento do coração humano. Mas para os períodos mais recentes, onde nos faltam esses guias, que compensam os seus erros com as suas belezas literárias, as dificuldades recrescem, a confusão é insuperável²⁰¹.

Nesse trecho, é possível notar que os autores antigos já não são mais considerados como portadores absolutos da verdade, assume-se que existem erros quanto aos fatos nas suas obras, mas ainda se admira o seu estilo de escrita, o qual deve servir de modelo para os modernos e causa admiração a sua capacidade de analisar os sentimentos e ações dos homens. Logo, ainda representam o exemplo tanto pelo aspecto literário, quanto pela moral e virtude, o que pode explicar o uso das obras de Cícero e Tácito, ambos reconhecidos pela arte da escrita e conhecimento do coração humano.

Justiniano, como já deixou expresso nas considerações preliminares, vê os textos antigos como fontes e que, portanto, exercem a função de documento, não trazendo necessariamente a verdade em suas asserções, mas que através da crítica ao documento este serve de base para formular a história. Como Droysen colocou no tratado de *Arte e método*, de 1868, o passado só poderia ser acessado através das fontes²⁰².

Neste compêndio, há o uso dos antigos tanto como documentos, para narrar a história antiga, quanto como modelos, sejam de escrita e/ou virtude, para o presente. Como no trecho abaixo, onde há uma passagem em que os textos antigos foram utilizados como documentos.

É impossível marcar positivamente o ponto de divisão dos períodos assim separados; por exemplo: é ponto de partida da Idade Média a invasão dos bárbaros. Mas essa invasão não é fato simultâneo, nem data deste ou daquele ano; a pressão das hordas orientais sobre as ocidentais levou longos anos a operar-se; já nos dias florescentes de Augusto, Virgílio aponta entre as preocupações que tiram o sono aos romanos: *Conjuratu descendens Dacus ab Istro*.²⁰³

Pois ao dizer que esse assunto foi apontado por Virgílio, isso indica que foram utilizados os seus textos como documento para afirmar que houve pressão por parte das hordas orientais, formulando a história romana através do registro dos antigos e mais, nesse caso fazendo uma citação direta ao texto de Virgílio, porém sem apontar a qual obra se refere.

²⁰¹Op. Cit. ROCHA, 1860. P. IV.

²⁰²Op. Cit. ASSIS, 2010. P.42. “O que nos está disponível para a pesquisa não são os passados, mas, em parte resquícios deles, e, em outra parte, concepções a respeito deles” (grifo do autor).

²⁰³Op. Cit. ROCHA, 1860. P. V.

Também como fonte, o compêndio traz:

Esse era o lado fraco da praça; procurou-se, pois, a princípio desviar as águas do rio; mas recuando da empresa, contentaram-se com regularizar a direção das águas, para o que se fizeram trabalhos gigantescos que se podem ver expostos por Heródoto, o primeiro historiador conhecido²⁰⁴.

Aqui não só citou a fonte do relato, remetendo a Heródoto, como o qualificou de “o primeiro historiador”; contudo só por ter lhe concedido o título de historiador não implica em acreditar piamente nos relatos de Heródoto, só admite o esforço deste para escrever uma história por conta própria, sem a figura legitimadora das musas ou outra inspiração divina. O compêndio de Rocha volta a citar uma passagem de Heródoto, sem, contudo, mencionar a fonte da citação. “O chão do Egito é uma dádiva do Nilo; formou-se necessariamente dos depósitos de limos e de aluviões que o rio foi sucessivamente, e durante séculos, amontoando”²⁰⁵. No original, Heródoto afirmava Αιγυπτος δροπον τον ποταμου²⁰⁶, o que significa: o Egito é um dom do rio.

Novamente é possível perceber esse uso dos antigos como documento no seguinte trecho: “Já então o poder romano não se limitava a Roma; senhora de Óstia, tinha ela algum comércio, e tanto que aparece em Políbio um tratado celebrado a esse tempo com Cartágó”. Aqui o compêndio cita um tratado que aparece na obra de Políbio para embasar o seu argumento do poder romano que se estendia para fora da cidade e realizava comércio com outros lugares.

Cita também Virgílio, novamente sem mencionar a qual obra se refere, a respeito da religião pagã corrente em Roma, neste caso o texto antigo é usado como fonte e expressa a tradição do povo em crer na divindade Vesta. “Vesta com o seu fogo sagrado, e as sacerdotisas que deviam conservá-lo, Vesta que Virgílio, invoca entre os deuses *indigetes*, e a quem dá o título de *mater*, não era divindade grega (...)”²⁰⁷.

Já na passagem “é essa a versão de Tito Lívio; outros dizem que Porsena foi vencedor, e que impôs a Roma severas condições de paz (...)”²⁰⁸, ele mostra que existem discrepâncias entre as narrativas dos antigos e, não sabendo qual estava certa, optou por contar uma versão e dizer quem era o autor desta, porém com a ressalva de que outros dizem de outro modo o evento. Neste estrato novamente percebe-se a falta de credibilidade dos textos antigos, mesmo quando as suas obras serviam de documentos para tentar esclarecer o passado. Na disciplina histórica

²⁰⁴Idem, ROCHA. P. 25.

²⁰⁵Idem, ROCHA. P. 31. Grifo meu.

²⁰⁶HERÓDOTO, II, 5.

²⁰⁷ Op. Cit. ROCHA, 1860. P. 108-109. Grifo do autor.

²⁰⁸Idem, ROCHA. P. 115.

moderna a questão do uso das fontes tornou-se primordial e a autenticidade das fontes passou a ser questionada.

A obra também traz algumas citações literais dos antigos para embasar o seu argumento, como fica claro na passagem:

A população ia pois rapidamente escasseando; e a generosidade que posteriormente, nas guerras civis, se distribuíam terras entre soldados, prova quão deserta já estava a Itália: *latifundia perdidere Italiam*, diz em séculos posteriores Plínio, e essa palavra é a verdadeira condenação da política senatoria²⁰⁹

A fala de Plínio surge aqui como uma confirmação da situação negativa em que se encontrava a Itália depois da política senatoria, que ele afirma ter ocorrido alguns séculos antes.

As citações literais também aparecem com função de nota de rodapé, para explicar um termo, como abaixo na explicação sobre quem eram os clientes, como no caso da poesia de Virgílio:

Veja-se na hipérbole poética de Virgílio o que era esse bando de clientes:
*Si non ingentem foribus domus alta superbis
 Manèsalutantâmtotivomitaedibusundam...*²¹⁰

Rocha também procura exemplificar com fontes para comprovar a tradição, como na passagem abaixo, onde a partir do texto de Horácio seria possível perceber a existência da tradição que invocava o filho de Noé como patriarca europeu: “o nome desse filho de Noé é conservado pela tradição europeia: gregos e romanos conhecem Japet, e Horácio nos fala – *audax Japeti genus*”²¹¹.

O compêndio traz a dupla característica da tradição, conservar e adulterar os fatos, os quais se tornariam mais críveis quando do encontro de diversas tradições afirmando a mesma verdade. “A recordação de uma época de ventura de que o homem decaiu, acha-se em todas as tradições dos povos; o que é a Idade de Ouro dos poetas senão uma reminiscência desses tempos anteriores da existência humana?”²¹².

Neste caso, o compêndio apresenta os textos antigos como fontes só para embasar o argumento e corroborar com a versão bíblica, porém afirma que só pela Bíblia já poderia ter se chegado a essas conclusões, ela sim seria fidedigna. Cabe notar aqui a influência da Igreja no ensino de história e a história sagrada permeando a história antiga, esta atitude aproxima-se dos estatutos do regimento da época de inauguração do Colégio Pedro II, os quais estipulavam o

²⁰⁹Idem, ROCHA. P. 137.

²¹⁰Idem, ROCHA. P. 138.

²¹¹Idem, ROCHA. P. 6.

²¹²Idem, ROCHA. P. 3. Grifo meu.

ensino da doutrina cristã em todas as disciplinas. No estrato abaixo, Rocha defende a verdade da história sagrada novamente pela afirmação de que esta verdade, da existência do grande dilúvio, aparece em todas as tradições, o que incluía as pagãs e além das fontes haveria as descobertas da arqueologia que corroborariam com a história enunciada pela tradição.

Um fato tão importante como o dilúvio universal não podia apagar-se da lembrança dos homens ainda nas épocas mais bárbaras; achamos pois em toda parte comemorado um dilúvio, uma época em que as águas lavaram a terra de todas as gerações que a inquinavam; e os primeiros trabalhos das ciências arqueológicas, a cada passo, em toda a extensão da Terra, vão descobrindo vestígios indeléveis desse terrível cataclisma²¹³.

Entretanto, Rocha faz nova crítica aos escritos antigos, considerando que a tradição mantida pela memória dos gregos tanto conservaria como adulteraria os fatos ocorridos.

Os vestígios da torre de Babel, descobertos por viajantes modernos, vieram confirmar a verdade dessa loucura do orgulho humano, de que já achamos memória, conservada e adulterada pela tradição, nas épocas do paganismo grego. O que é essa tentativa dos filhos da Terra para escalam o céu, e que é esse amontoamento de terras sobre terras, de Pélio sobre Ossa, de Ossa sobre Olimpo, que tão belos versos inspiraram ao poeta, senão a consagração do inaudito arrojo da humanidade e do terrível castigo que teve?²¹⁴.

Vale notar que Justiniano afirma que mesmo os mitos devem ser analisados pelos historiadores, pois através do esforço da crítica poderia ser extraída a verdadeira história por trás deles.

Nesses primitivos tempos cuja memória nos é conservada pelas tradições de um povo tão admirado pela imaginação, tão amigo das fábulas e de emblemas, cumpre não desdenhar a mitologia ainda nos estudos históricos. Assim, por exemplo: vemos que a filha do rei fenício Antenor é roubada por Júpiter transformado em touro branco; a princesa o afaga, e ele arrebatando-a leva-a pelo mar afora. A princesa chama-se Europa. Cadmo, irmão dela, vai ver se a descobre por ordem do seu pai; dirige-se à Grécia, e lá funda Thébas na Beócia.

A singularidade do nome da princesa, a história do touro, que evidentemente designa um navio tendo na proa uma cabeça desse animal, não nos dizem que a fábula se refere às colônias fenícias que primeiro vieram a parte do mundo posteriormente chamada Europa?

Em um resumo não pretendemos desenvolver essas questões, apenas uma ou outra indicamos, para despertar a curiosidade e a reflexão²¹⁵.

Ele separa os tempos heroicos, míticos, da Grécia dos tempos históricos, mas vê mesmo nos mitos fontes a serem garimpadas em busca da verdade, porém considera que certas lacunas são intransponíveis e a história desse período fica a cargo de conjecturas.

Tempos heróicos da Grécia

Nos tempos da primeira organização grega em monarquias mais ou menos regulares, acham-se alguns fatos que, brilhando pela sua importância no meio das trevas conseguiram chegar,

²¹³Idem, ROCHA. P. 5.

²¹⁴Idem, ROCHA. P. 5.

²¹⁵Idem, ROCHA. P. 43-44.

mais ou menos incompletos, ao conhecimento da posteridade; são eles; 1º, a expedição dos Argonautas; 2º, a guerra de Tebas e dos Epígonos; 3º, a guerra de Tróia²¹⁶

Neste extrato percebe-se que a teoria do compêndio acerca da criação desses mitos sobre os heróis se deu a adulteração e imaginação sobre fatos marcantes que realmente existiram, porém perderam-se na memória e chegaram através de tênues estratos.

No fim do compêndio, a respeito da história de Roma, as citações que Rocha faz tendem a se concentrar em dois autores, Tácito e Cícero; e a função das citações tem uma mudança: vai deixando a sua importância como documento e ganhando importância como modelo para o presente. Temístocles Cezar viu este fenômeno no IHGB, onde a valorização dos exemplos de virtudes clássicos serviria para a escrita do presente, onde a história dos grandes homens brasileiros deveria ser escrita pelos nossos historiadores nacionais seguindo o exemplo de Plutarco que escreveu as biografias dos ilustres gregos e romanos antigos²¹⁷. Existe um reconhecimento da beleza literária dos escritos desses autores e estes são colocados como referência a partir de seus estilos literários, atribuindo o papel de historiador e conhecedor dos homens à Tácito, e elogiando a escrita e a eloquência de Cícero, que aparece não só como um exemplo literário mas também de virtude, como no fragmento abaixo em que os prudentes do senado seriam guiados por Cícero:

“Os prudentes do senado, guiados por Cícero*

*Cícero dizia – *puerlandandusornandusatquetollendus* – o duplo sentido da palavra *tollendus* deve merecer atenção.²¹⁸”

O compêndio de Justiniano ainda utiliza o nome desses autores clássicos como representantes da ilustração do período e atrela o destino desses homens ao grau de valorização da sua área literária. Nesse caso, a citação surge como exemplo, onde a vida de uma pessoa fica relacionada ao que está ocorrendo no contexto maior. Essa técnica literária era comumente empregada no início do século XIX e não raro as autobiografias citavam acontecimentos nacionais relacionando-os com datas particulares. É possível ver essa correlação nos trechos:

Se atribuimos esse desenvolvimento da poesia à política de Augusto, e o aceitamos como glória dele, outro tanto não fazemos em relação aos literatos que brilharam nos últimos dias da república até infensos ao triunviro, e que todavia alguns compreendem no chamado século de Augusto. Assim, por exemplo, Cícero, cujos escritos filosóficos continuam a glória da tribuna judiciária e política que circunda seu nome, Cícero é do século de Augusto!²¹⁹.

²¹⁶Idem, ROCHA. P. 48.

²¹⁷OP. Cit. CEZAR, Temístocles. P25.

²¹⁸Idem, ROCHA. P. 152.

²¹⁹Idem, ROCHA. P. 158.

“Como não inspiraria admiração aos dominadores da pátria de Virgílio e de Cícero?” (página 174), sendo nesta última estabelecida a relação pessoa/pátria. Cícero e Virgílio têm obras tão relevantes que Roma passa a ser caracterizada em função deles, a pátria de Virgílio e de Cícero, como se a vida deles, assim como a da pátria, estivesse ligada. A obra de Cícero caracterizando Roma como uma pátria ilustre nos escritos literários, e a morte de Cícero marcando o fim de uma era, o início da decadência da literatura em Roma.

Voltando a usar a citação para explicar essa relação entre as letras e a imortalização:

Deixavam aos administradores esperança de que haveria repressão severa contra os Verres*
*Verres foi um pró-consul da Sicília contra quem trovejou Cícero a mais eloquente acusação, e assim sinistramente o imortalizou²²⁰.

Aqui também fica notável a admiração à eloquência e a escrita de Cícero, voltando a ser um modelo literário às presentes gerações, pois a sua obra foi tão eloquente que teria imortalizado Verres e o seu simples nome poderia ser utilizado como adjetivo para quem praticasse as ações que Cícero imputou a Verres. O compêndio ainda elogia a arte da escrita de Tácito, como no trecho sobre Tibério: “logo o ciúme contra Germânico o envolve em atos de tirania, que inspiram a Tácito páginas admiráveis, e que ainda hoje atraem ao príncipe o ódio e à execração da posteridade”²²¹. Novamente, a função da citação surge como um modelo literário, em que a arte da retórica se mostra capaz de comover o leitor mesmo após tantos séculos.

Já no trecho:

A administração de Trajano foi igualmente digna de louvor. Tácito faz dela esplêndido elogio: *nesse tempo todos podiam pensar o que quisessem, o dizer o que pensavam*: está visto que a espionagem política, a delação, a acusação de lesa-majestade desapareceram. Os impostos foram aliviados, e dos cuidados do príncipe pelo melhoramento da administração temos documentos na sua correspondência com Plínio-moço²²².

Existem aqui citações com funções diversas, primeiro à Tácito, o qual aparece como um modelo literário e embasamento para o seu argumento; e depois, ao citar Plínio-moço, aparece com a função de documento. Tácito volta a ser citado com função de documento na passagem:

* O próprio Tácito que os não conhece (cristãos), nem quer ter o trabalho de estudá-los, que em uma de suas páginas fala – dos Judeus que se agitavam por instigações de um certo Cristo – aceita as preocupações populares e denomina os cristãos inimigos do gênero humano²²³.

²²⁰Idem, ROCHA. P. 158.

²²¹Idem, ROCHA. P. 161.

²²²Idem, ROCHA. P. 169.

²²³Idem, ROCHA. P. 183.

A referência a Tácito comprovaria a ignorância dos romanos acerca de Cristo e de seus seguidores, já que mesmo Tácito, considerado culto, conhecedor do coração humano e denunciador da tirania, demonstra descaso sobre a história de Cristo e aceita os boatos romanos como verdade sem maiores averiguações.

Em várias passagens do compêndio existem elogios a beleza literária dos trabalhos dos antigos, ao ponto de afirmar ser preferível recorrer a leitura da obra de Ovídio, devido aos seus belos versos, do que consultar um dicionário de mitologias – o qual não tem a beleza da escrita – para saber acerca do mito de Midas. Mesmo sabendo que os fatos teriam ocorrido de maneira distinta a expressa nos versos, a leitura de Ovídio valeria pela sua beleza.

Na história de Midas não podemos deixar de ver um mito. Com efeito, dizem que esse rei, enganando-se na apreciação da verdadeira riqueza, obrigou o seu povo ao trabalho das minas, fazendo-o abandonar o dos campos: a rainha, para lhe fazer conhecer o seu erro, mandou fazer de ouro a imitação de algumas iguarias e frutas, e serviu elas para jantar, o rei não podendo faltar a fome, compreendeu a alegoria. Quanto a fábula de Midas e de Baco, ao rio Pactolo, em cujas areias o rei depositou o fatal presente que o deus lhe outorgara, leiam-se, não áridos artigos de dicionários mitológicos, mas os belos versos de Ovídio²²⁴.

A beleza das letras seria tão importante que considera o domínio por elas exercido exceder a importância do domínio político e físico. Deste modo, a Grécia se destaca perante Roma e os outros povos antigos e compõem a parte mais importante da história clássica. Com isso, fica nítido que a maior importância dada aos antigos não reside em exemplos da política e guerra que possam dar, como o era sob o topos da *historia magistra vitae*, mas no período de Justiniano, os maiores exemplos que os antigos poderiam fornecer, e portanto, a importância de estudá-los, residia primeiro na beleza literária e em segundo, nos exemplos de virtude.

Se Roma dominou o mundo pelas armas e impôs-lhe pela força suas leis, sua língua, seus costumes, a Grécia o dominou pelas letras, pelas artes, pela admiração dos seu heroísmo; engrandecidas pelos seus historiadores, as façanhas das suas guerras, as ocorrências da sua política, as virtudes dos seus heróis formam a melhor e mais brilhante parte do que se chama história clássica²²⁵.

Destaca a figura de Péricles, governante de Atenas, o qual compreendeu a importância do desenvolvimento das artes e, através das suas obras, elevou o patamar da cidade de Atenas a ponto desta se tornar “digna de ser a capital da Grécia”, a qual, como já foi visto, era considerada como tendo o período mais importante da antiguidade, devido as letras. O compêndio também cita o desenvolvimento de várias ciências humanas que teriam ocorrido

²²⁴Idem, ROCHA. P. 30.

²²⁵Idem, ROCHA. P. 42.

graças as reformas de Péricles, ao ponto de servirem como modelo de perfeição para todos. Por essa razão Péricles é usado como figura de referência ao grau de civilização – a qual estava muito ligada ao desenvolvimento das letras – de que a Grécia alcançou; seu nome funcionando como um adjetivo das características que a pólis tinha na época em que viveu. Esse uso do nome associado à pátria é perceptível no estrato abaixo, onde para defender que havia civilização nos lugares citados se refere a nomes de governantes cujas obras foram icônicas.

Não falamos de todos os progressos que a civilização moderna reclama como glória sua: falamos unicamente do tempo que haveria de se dispensar, das dificuldades que se deviam superar, para chegar-se ao ponto em que esteve a civilização de Atenas de Péricles, da Roma de Augusto, da Alexandria dos Ptolomeus²²⁶.

Atenas é reconhecida pelo seu legado às artes e a história, a ponto de a aclamar “a pátria da poesia dramática” e para embasar o argumento da importância das letras em Atenas, cita a presença de Tucídides – considerado historiador – e a de Xenofonte. O reconhecimento pelos modernos da relevância das letras em Atenas ficaria patente pelo uso da expressão – aticismo – como adjetivo, onde o mero nome do lugar – a Ática – já serviria para carregar as ideias e valores por ele exaltadas.

Se a Beócia só dá o lírico Píndaro para protestar contra a acusação de estolidez lançada contra ela, Atenas, a pátria da poesia dramática, a inventora da tragédia, da comédia e da farsa satírica, Atenas, a polida, apresenta-nos o historiador Tucídides, o admirável Xenofonte, e assim justifica a sua reputação: o valor da expressão – aticismo – é tão conhecido como o da qualificação de beócio²²⁷.

Cabe notar que o compêndio ainda traz citações dos antigos como exemplos de virtude, sem esquecer a função didática do compêndio, de moldar “os espíritos dos alunos”.

Dos crimes porém que cometem, nem um é mais infame do que a morte de Sócrates (*). Esse, o mais admirável filósofo do paganismo, que pôs por diante as duas grandes máximas: - Conhece-te a ti próprio; - Se sei muito, como diz o oráculo, é porque já sei que nada sei; - esse homem que pelo raciocínio se havia elevado à vasta compreensão da espiritualidade e da imortalidade da alma, da unidade de Deus, e até talvez da sua natureza trina, foi acusado de perverter a mocidade, e condenado a beber cicuta! Bebe-a com a plácida indiferença de quem conhece o valor da vida do mundo, de quem confia na eternidade de outra vida melhor (...)²²⁸.

Note-se ainda a influência novamente da história sagrada, onde Sócrates, “o mais admirável filósofo do paganismo”, só angariou este título devido as suas crenças que se assemelhavam, ao que viria a ser, o pensamento cristão – a unidade de Deus e a imortalidade

²²⁶Idem, ROCHA. P. II.

²²⁷Idem, ROCHA. P. 84.

²²⁸Idem, ROCHA. P. 79.

da alma. Sua filosofia e sua calma, mesmo perante a morte devido a confiança na vida eterna, o alçam a modelo de virtude para os estudantes.

Os antigos ainda surgem como modelo de virtude no compêndio, embora o manual considere que tais atitudes virtuosas pertenceram somente às fábulas. Encontra-se o exemplo de Marco Atílio Régulo, que comporia uma das mais belas páginas da história, contudo esta história não teria veracidade. “Uma das mais belas páginas da história é de certo a da dedicação de Marco Atílio Régulo; é pena que sua veracidade não seja incontestada (...)”²²⁹. Percebe-se aqui a descrença nas fontes antigas, mas o uso desses textos como exemplo de virtude e de moral permanece.

Destaca-se também o uso dos antigos em comparação com os modernos, como o compêndio procura trazer exemplos e formular analogias entre os antigos e os modernos, como é passível de se observar no estrato: “Corinto especialmente, e Atenas enriquecem-se com o comércio: Atenas como que já pressentia a verdade do que disse o poeta francês, e do que prova a Inglaterra de hoje: ‘O Tridente de Netuno é o cetro do mundo’.”²³⁰ Nesta citação é possível perceber a formação de um paralelo da história antiga com a história moderna, através da comparação da prosperidade do comércio de Atenas através da via marítima o que a equiparou à moderna Inglaterra, a qual também prosperava com o comércio fluvial, e cita um poeta francês moderno, o qual se utilizou de figuras de linguagem do passado, para esboçar a importância do domínio do mar, pela forte marinha, para se obter o domínio em terra firme.

Ainda na mesma página, o compêndio volta a traçar paralelos entre as políticas antigas e as modernas, como a importância do estabelecimento de postos avançados para o bom desempenho dos negócios em áreas mais inóspitas. Justiniano fez um paralelo entre a política de colônias atenienses antiga, com as feitorias europeias modernas na África.

Mas a comparação não se prende só a questões políticas ou comerciais; compara como o conceito de cidadania foi alterado da Antiguidade para a Época Moderna, perdendo a sua importância, todavia dispondo que se estabeleceu a noção de dignidade do homem.

Se não tinham os antigos a justa ideia que nós temos da dignidade do homem, tinham mais alta ideia do que nós da importância do cidadão: por isso os seus Estados eram cidades, a Grécia se cobria de municípios-repúblicas, independentes no seu governo interno²³¹.

²²⁹Idem, ROCHA. P. 125.

²³⁰Idem, ROCHA. P. 63.

²³¹Idem, ROCHA. P. 64.

Neste caso é possível perceber um uso do passado como exemplo de virtude cívica, mas não sem criticar a falta de percepção da dignidade do homem na Antiguidade.

O compêndio também traz uma comparação entre indivíduos, percebendo Aristóteles como o Humboldt da antiguidade. Com isso expressa uma valorização das ideias do primeiro, considerando que as ideias de Humboldt estavam em vigor para a escrita e o modo de perceber a história. O antigo aparece como modelo de virtude, porém, curiosamente, ratificado pelo presente.

(...) Aristóteles, o Humboldt da antiguidade, o gênio mais vasto, a aplicação mais tenaz de que há notícia, dá impulso simultâneo a todas as ciências de observação, a todos os ramos de conhecimentos humanos, descobre pela análise todos os princípios das ciências de raciocínio e das expansões literárias da imaginação²³².

Por fim, o compêndio defende o uso da retórica – disciplina pagã, mas que nem por isso implicava em um repertório de assuntos pagãos – pelos cristãos, mostrando a beleza literária de suas obras através do uso dessa disciplina. Afirma, por este modo, a importância do uso da retórica para os cristãos, os quais, através desta arte, teriam a capacidade de firmar a verdade cristã nos corações abalados. O compêndio afirma que os oradores cristãos teriam até superado os oradores pagãos, no entanto, ainda assim, esses novos oradores não deveriam abandonar o estudo dos antigos. Com isto implica em afirmar aos alunos que estavam lendo o compêndio à importância na fé cristã, no domínio da arte do discurso – pela retórica, e no avanço do conhecimento sobre os textos antigos – na medida em que estes forneciam exemplos de beleza literária.

Ambrósio, arcebispo de Milão, sustenta a causa cristã com eloquência irresistível contra o orador Symacho; Agostinho, bispo de Hipona, Jerônimo em Belém, Basílio, Gregório Nanzianzeno, João Crisóstomo, oradores, escritores admiráveis, sustentam a verdade e a pureza cristã, firmam-na nos corações abalados. Os trabalhos de S. Jerônimo sobre as santas escrituras são especialmente dignos de menção. Versado nas letras gregas e latinas, esse doutor da igreja lê todos os intérpretes, consulta os documentos históricos, e sobre o original hebraico dá dos livros sagrados a tradução aceita pela igreja com o nome de Vulgata”²³³.
 “Comparados ainda simplesmente pelo lado literário, os escritos desses padres da Igreja com a prosa, com a poesia pagã daqueles tempos, compreende-se que o paganismo está morto, ainda antes que Teodósio publique o decreto vedando-lhe os sacrifícios e todas as cerimônias (392)”²³⁴.

Através dessa análise ficou perceptível como o papel da antiguidade foi sofrendo alterações no Colégio Pedro II. Como os antigos foram perdendo a sua autoridade. Porém na

²³²Idem, ROCHA. P. 85.

²³³Idem, ROCHA, 1860. P.192.

²³⁴Idem, ROCHA. P. 193.

época do Brasil Império ainda eram aclamados pela sua beleza literária e pela sua capacidade de transmitir exemplos de virtude. Os estudos humanos foram considerados importantes para o desenvolvimento do espírito, mas os estudos científicos foram ganhando maior notoriedade. Também foi possível observar como a elite usou esse referencial da antiguidade para tentar construir a sua identidade como integrante de um país civilizado conectado as luzes do Velho Mundo porém sendo parte de uma herança cultural greco-romana que o ligava a Europa.

CONCLUSÃO

Através desse estudo foi possível perceber como o uso da Antiguidade Clássica foi importante no processo de criação e legitimação da nação brasileira, como a elite carioca procurou por esse meio assegurar ao Brasil a sua identidade de civilização conectada a uma genealogia das nações, “filha das luzes” e destinada ao progresso. Porém o processo de constituição da nação não foi simples, mas se deveu a uma série de embates entre planos políticos distintos, os quais produziram diferentes histórias com o intuito de legitimar a sua posição.

Nesse ínterim surge a história oficial – exposta pelo IHGB; e as histórias regionais – expressas pelas províncias. Como catalisador da unificação do Império como um e não um mero agrupado de províncias, e centralizado na província do Rio de Janeiro. Foi possível notar que esta unificação não ocorreu através de uma imposição, mas de um “pacto federativo” que girou em torno de múltiplas causas, mas destaque-se a manutenção da escravidão, e a identificação dos cidadãos como sendo: brancos, cristãos e civilizados. Neste meio, a importância da definição da nação brasileira cresceu, o conceito passou da designação de um agrupado de cidadãos para um conceito muito mais amplo, que envolvia a identidade, ou nos termos da época, a questão nacional, que viu a nação como um organismo que se estendia para o passado e para o futuro, com uma razão de ser histórica. Também cresceu a importância de reivindicar um espaço para o Brasil em meio às nações civilizadas e nesse contexto o uso da Antiguidade

foi significativo para proclamar a continuação da civilização europeia nos trópicos através do Brasil.

Foi possível observar que mesmo a Antiguidade não servindo mais como fornecedora de exemplos políticos, devido a quebra do topos da *historia magistra vitae*, sua importância permaneceu como elo da nova nação brasileira às civilizações europeias, inserindo a história do Brasil na história universal. O uso da Antiguidade transmitia uma marca de pertencimento à elite cultural, garantindo a participação social no mundo civilizado.

Os antigos ainda tinham, nos estudos da época imperial do Colégio Pedro II, a capacidade de transmitir exemplos de beleza literária, de moral e virtude. Através do aprendizado de retórica o aluno se via com a capacidade do domínio do discurso e garantia a sua inserção na política como homem público; pela leitura dos antigos, o aluno adquiria um conjunto de exemplos das belas letras e da moral que serviriam como signo de reconhecimento perante os seus pares na elite. Com a distinção do Brasil como nação civilizada e a sua história sendo escrita seguindo ideias iluministas, onde o esclarecimento deveria alcançar primeiro o topo da pirâmide social e depois ser por este espalhado para o restante do organismo político. A elite dirigente centrada no IHGB escrevia a história nacional e o Colégio Pedro II, que pretendia se projetar como modelo para as demais instituições de ensino secundário, deveria disseminá-la para todo o Império. Neste meio o papel que a Antiguidade ocupava no currículo do Colégio refletia as escolhas da elite letrada para as diretrizes que a história nacional, e em última instância, a própria nação deveria seguir.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. Política e retórica no humanismo do renascimento, **O que nos faz pensar**, nº 27, maio de 2010.

Disponível em: http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_27_06_felipe_charbel_teixeira.pdf

Acessado em: 10/06/2019.

ALTOÉ, Douglas de Melo. Dissertação de mestrado. **A escrita da história da Antiguidade no Brasil oitocentista: um estudo do *Compêndio de História Universal* (1860), de Justiniano José da Rocha**. UFRRJ, 2016;

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**, reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo, São Paulo, Companhia das Letras, 2008;

ANDRADE, Vera Lucia Cabana Q. ."**Colégio Pedro II: herança clássica e tradição humanística**". In: VI Congresso da SBEC, Rio de Janeiro, 2005;

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz & **SANTOS**, Beatriz Boclin Marques dos. **Colégio Pedro II: Polo cultural da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Mauad&Faperj, 2016;

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A época das revoluções no contexto do tacitismo**. In: **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, V.36, N.2, P.343-365, jul/dez 2010;

_____. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813 – 1845)**. São Paulo: Ed.: Aderaldo & Rothschild, 2008;

_____. **Henry Thomas Buckle (1822 – 1862)**. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010;

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**, 7ª edição. São Paulo. Editora Perspectiva, 2011;

ASSIS, Arthur. **Johann Gustav Droysen (1808 – 1884)**. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010;

BACON. **Novun organum**, l. 84. In.: HARTOG, F. Os antigos, o passado e o presente. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2003;

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: UnB, 1982;

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**, São Paulo, Grupo Autêntica, 2012;

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana**. São Paulo: In: Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar F.F.L.C.H. USP, 1993, p.214;

BOURDIEU, Pierre. “**A produção e a reprodução da língua legítima**”, in: A economia das trocas linguísticas, São Paulo, EDUSP, 2007;

CALDAS, Pedro. **Wilhem Von Humboldt (1767 – 1835)**. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010,

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. A elite política imperial. Brasília. UNB, 1981;

CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: **Diálogos, DHI/UEM**, V.8, n.1, p-11-29, 2004.

Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos>

Acessado em: 20/05/2019.

_____. **Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência**. TOPOI, v.8, n. 15, jul. – dez.2007, p.159-207;

CURTIUS, E. R. **Literatura europeia e Idade Média latina**, tradução portuguesa, São Paulo, Hucitec / EDUSP, 1996. P.320. In: HARTOG, F. Os antigos, o passado e o presente. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2003;

DOLHNIKOFF, Miriam. **Elites regionais e a construção do Estado nacional**. In.: JANCSÓ, István. Formação do Estado e da nação. São Paulo. Editora: Unijui& Fapesp, 2003;

FERNANDES, Cássio. **Jacob Burckhardt (1818-1897)**. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010;

FONSECA, Thaís Nivia de Lima. **História e Ensino de história**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011,

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 167-191;

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “**Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**” In.: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 388, 1995;

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. In: **Revista Estudos Históricos**, v.1, n.1, p-5-27, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>
Acesso em: 20/05/2019.

HALL, Stuart. **A Identidade em Questão**. Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006;

HARDWICK, L. & **STRAY**, Christopher (ed.) **A companion to classical receptions**. In: **SOARES**, Bruno C. Brulon. O rapto das Musas: apropriações do mundo clássico na invenção dos museus. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, V.43, p.41-65, 2011;

HARTOG, François. **Evidência da história**. O que os historiadores veem, 2011;
_____ - **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2003;

_____ - **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Autêntica, Belo Horizonte;

_____. **Time, History and the Writing of History: the Order of Time**, 2008;

HOBSBAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa, dois séculos revêem a Revolução Francesa**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996;

_____ - **Nações e nacionalismos desde 1780**. São Paulo, Paz e Terra, 1990.

JANCSÓ, István & **PIMENTA**, João Paulo. **Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira**. In.: **Revista de História das ideias**, volume 21, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/41754> Acessado em: 12/11/2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC – Rio, 2006;

LESTRINGANT, Frank. **Do cinocéfalos ao Canibal**. Brasília: UnB, 1997;

L. LE Roy, **De La vicissitude**, Paris, Fayard, 1988, p. 440. In.: **HARTOG**, F. Os antigos, o passado e o presente. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2003;

LOPES, Renato. Thomas Carlyle (1795 – 1881). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX.** 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010;

LOWENTHAL, David. Heritage wars: A historian points out the problems behind today's claims of cultural ownership over historical artefacts. 16th March 2006. Heritage Wars / Art & Culture / Spiked;

MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria, imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: UNESP, 1997;

MARTINS, Eduardo Vieira. A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista. Londrina: Eduel, 2005;

MATA, Sérgio da. Leopold Von Ranke (1795 – 1886). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX.** 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010;

MOMIGLIANO, Arnaldo. As raízes clássicas da historiografia moderna. Bauru, SP. EDUSC,2004;

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. História: Questões & Debates, Curitiba: Editora UFPR, n.53, jul./dez.2010, p.229 – 230;

NOGUEIRA, Octaciano. Constituições Brasileiras, Volume I, 1824. 3ª edição. Brasília. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

OLIVEIRA, Maria Glória de. Biografia e historiamagistra vitae; sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. In: **Anos 90, Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, V.22, n. 42, p-273-294, 2015.**

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/48408/36150>

Acesso em: 27/06/2019.

PAPAGNO, Giuseppe. Instituições. In: Enciclopédia Einaudi: Direito e Classes. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, v. 39, p. 160-200;

PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? História da Historiografia. Ouro Preto. N°6 Março, 2011;

PIMENTA, J. P. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 2, n. 3, p. 53-82, 2011.

PINTO, Fabrina Magalhães. Retórica e filosofia na formação do pensamento moderno, O que nos faz pensar, n°27, maio de 2010, p.63;

RICOUER, Paul. Tempo e Narrativa, Tomo III, Campinas, SP: Papyrus, 1997;

ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de história universal**. Rio de Janeiro, Typographia do regenerador de Just. J. da Rocha, 1860. P-193.

SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo. Companhia das Letras, 2007;

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos*, 79, novembro de 2007;

SCHEIN, S. L. **Our debt to Greece and Rome: Canon, Class and Ideology**. A companion to classical receptions, ed. L Hardwick and C. A. Stray, 2007;

SHIAVINATTO, Iara Lis. **Imagens do Brasil: entre a natureza e a história**. In: **JANCSÓ**, István. **Formação do Estado e da nação**. São Paulo. Editora: Unijuí& Fapesp, 2003;

SÓFOCLES, Filoctetes 219 – 232. In: MARTINEZ, J. T.
Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270383>
Acesso em: 20/05/19;

SOUZA, Laura de Mello, **Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas**. *Signum*, Revista da ABREM (Associação Brasileira de Estudos Medievais), vol. 01, número 07, página 223-248, 2005;

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da literatura**. 4ª edição. São Paulo. Editora Ática, 1991;

TEIXEIRA, Felipe Charbel. **A retórica prudencial de Maquiavel e Guicciardini, O que nos faz pensar**, nº 27, maio de 2010.
Disponível em: http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_27_06_felipe_charbel_teixeira.pdf
Acessado em: 10/06/2019.

THIESSE, Anne-Marie. **Ficções criadoras: as identidades nacionais**. In: **Anos 90** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 9, n. 15, p-7-23, 2001. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609/3932>
Acesso em: 11/06/2019.

TURIN, Rodrigo. **A legitimidade da nação e o(s) significado(s) de uma ausência**, 2014;
Disponível em: <https://journals.openedition.org/acrh/3748#tocto1n1>
Acesso em: 20/05/2019.

_____. **A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista**. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, jul. 2015.

_____. **Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2005;

_____. **Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Doutorado, 2009, p. 241

VARNHAGEN, Francisco A. de. **Historia Geral do Brasil**, isto é do descobrimento colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos authenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da hespanha e da Hollanda. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854-1857.